

Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6



***Plano Director Municipal
2002/2005***

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL



Índice

Índice de tabelas	3
Introdução.....	4
Conceitos.....	6
1. Enquadramento legal	7
2. Caracterização Biofísica	14
2.1. Geomorfologia e Bacias Hidrográficas.....	14
2.2. Litologia e Solos	17
2.3. Clima e Zonagem Ecológica	19
2.4. Recursos biológicos	26
3. Estrutura Ecológica Municipal	27
3.1. Princípios ecológicos da Estrutura Ecológica Municipal	29
3.2. Constituição da Estrutura Ecológica Municipal	31
3.3. Valores e recursos concelhios	34
3.3.1. Valores e recursos naturais.....	34
3.3.2. Valores e recursos agrícolas.....	36
3.3.3. Valores e recursos florestais	37
3.3.4. Valores e recursos culturais	45
3.3.5. Estrutura ecológica urbana	49
3.4. Estrutura Ecológica Municipal e Corredores Verdes	51
3.5. Metodologia de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal.....	55
4. Análise Ambiental	56
4.1. Clima, Qualidade do ar e Ruído	56
4.2. Qualidade do Solo	57
4.3. Qualidade da Água.....	58
4.4. Poluição Agro-pecuária	58
4.5. Poluição industrial	60
4.6. Incêndios florestais.....	62
Considerações Finais.....	67
Bibliografia.....	68

Índice de figuras

Figura 1 – Modelo digital de terreno e bacias hidrográficas.	15
Figura 2 – Rede hidrográfica.....	16
Figura 3 – Formações litológicas.	17
Figura 4 – Tipo de solo.....	18
Figura 5 – Insolação.....	19
Figura 6 – Precipitação anual.....	20
Figura 7 – Precipitação em número de dias.	21
Figura 8 – Período de geada.....	22
Figura 9 – Nascentes de água sulfúrea sódica.....	23
Figura 10 – Caracterização ecológica.....	24
Figura 11 – Tipo de paisagem.....	25
Figura 12 – Reserva Ecológica Nacional.	34
Figura 13 – Reserva Agrícola Nacional.	36
Figura 14 – Espaço com uso florestal.....	38
Figura 15 – Elementos do património arquitectónico e arqueológico	47
Figura 16 – Zonas de interesse turístico.....	48

Índice de tabelas

Tabela 1 – Árvores notáveis.....	26
Tabela 2 – Constituição da estrutura ecológica municipal.....	32
Tabela 3 – Espécies florestais preferenciais.....	44

Introdução

O relatório 6 dos estudos de revisão do Plano Director Municipal procede à caracterização biofísica do concelho, à definição da estrutura ecológica municipal e à análise dos principais factores de degradação da qualidade ambiental.

De acordo com o n.º 5 do art.10º da Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, a elaboração de novos instrumentos de gestão territorial deve identificar e ponderar os planos, programas e projectos com incidência na área a que respeitam, já existentes ou em preparação, bem como assegurar as necessárias compatibilizações. Neste âmbito enquadram-se os principais instrumentos e documentos legais relacionados com os temas ambientais, aprovados ou em elaboração, de nível nacional, regional ou sectorial (capítulo 1).

Apresenta-se a caracterização biofísica do concelho, já constante nos relatórios do PDM de 1995, procedendo-se à actualização da representação cartográfica de alguns elementos (capítulo 2).

No Plano Director Municipal em vigor os sistemas ecológicos fundamentais estão integrados na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e nos espaços naturais, que incluem os leitos de cursos de água e mata ribeirinha, as orlas e sebes vivas e a mata ou mato a reverter ou estabelecer. Apesar de estas figuras contemplarem os principais sistemas ecológicos, a sua distribuição não obedece a uma estrutura coerente e verifica-se que não está assegurado o princípio ecológico da continuidade, resultando paisagens muito fragmentadas.

Esta fragmentação constitui o mais grave impedimento da continuidade ecológica entre os valores fundamentais pelo que se sublinha a necessidade de encontrar estratégias que restabeleçam a continuidade e que impeçam a progressão do isolamento das áreas da estrutura ecológica.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial determina a definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal. Pretende-se então estabelecer uma estrutura que assegure a manutenção dos principais sistemas ecológicos, agrícolas, florestais e culturais. Com este objectivo, e considerando as características do concelho, propõem-se a definição de uma estrutura constituída por três níveis: a **estrutura ecológica fundamental**, que integra os sistemas ecológicos fundamentais cuja protecção é indispensável ao funcionamento sustentável do território e que, por essa razão, deve assumir um carácter *non aedificandi*, a **estrutura ecológica integrada**, que integra valores naturais e culturais que, pelas suas características não obrigam à imposição de um regime não edificável mas que deverão ser sujeitas a uma regulamentação específica de acordo com a sensibilidade ecológica e/ou cultural e a **estrutura ecológica urbana** que integra os espaços verdes, os espaços abertos e os espaços de recreio bem como os valores naturais e culturais dos aglomerados urbanos (capítulo 3).

Dada a escassa informação relativamente aos critérios para a definição da estrutura ecológica municipal, determinam-se, a partir do estudo da bibliografia apresentada no final do relatório, os princípios ecológicos que devem guiar a delimitação da estrutura ecológica em todo o território concelhio (3.1). Efectua-se, em seguida, a definição e a caracterização dos valores e recursos do concelho a incluir na estrutura (3.3), fundamenta-se a proposta de integração dos valores através de corredores verdes (3.4) e apresenta-se a metodologia de delimitação (3.5).

Finalmente, elabora-se uma caracterização ambiental do concelho, designadamente dos principais factores de degradação da qualidade ambiental (capítulo 4).

Conceitos

Apresentam-se alguns dos conceitos utilizados neste relatório.

Estrutura Ecológica Municipal

É o conjunto das “sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais” (Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, art. 85º).

Ambiente

É o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem (Lei nº11/87, de 7 de Abril; art.5º, nº2, alínea a).

Paisagem

É a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica (Lei nº11/87, de 7 de Abril; art.5º, nº2, alínea c).

Continuum naturale

É o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território.

Estrutura Verde Urbana

Conjunto de áreas verdes para uso predominantemente público que asseguram um conjunto de funções ecológicas em meio urbano e ainda com funções de estadia, de recreio e de enquadramento da estrutura urbana.

Corredores verdes

O conceito de corredor verde tem sido proposto como uma estratégia de ordenamento do território e de desenho da paisagem, a qual se baseia na salvaguarda dos valores existentes e na definição de áreas prioritárias de recuperação no sentido da definição de uma rede de áreas e corredores de elevada qualidade paisagística (Associação Portuguesa de Corredores Verdes).

1. Enquadramento legal

Dando cumprimento ao estabelecido no n.º 5 do art.10º da Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto e no n.º 2 do artigo 20º do DL 380/99 de 22 de Setembro, que determina que a “elaboração, aprovação, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial obriga a identificar e a ponderar, nos diversos âmbitos, os planos, programas e projectos, designadamente da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam, considerando os que já existam e os que se encontram em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”, procede-se ao enquadramento legal dos princípios orientadores da estrutura ecológica municipal e da qualidade ambiental nos principais documentos de referência no âmbito da revisão do PDM.

O direito a "um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender" tem pela primeira vez menção legal na **Constituição da República Portuguesa** de 1976 (art. 66º), sendo, por esta via, elevado à categoria dos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos.

Na sequência deste quadro constitucional, a Assembleia da República fez aprovar e publicar a **Lei de Bases do Ambiente** (Lei nº11/87, de 7 de Abril) que estabelece claramente a relação entre o planeamento e o ambiente, identificando como instrumentos da política do ambiente o ordenamento do território a nível regional e local.

A existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida, pressupõe a adopção de medidas que visem, designadamente (artº4 da Lei nº11/87, de 7 de Abril):

- a) O desenvolvimento económico e social auto-sustentado e a expansão correcta das áreas urbanas, através do ordenamento do território;
- b) O equilíbrio biológico e a estabilidade geológica com a criação de novas paisagens e a transformação ou a manutenção das existentes;
- c) Garantir o mínimo impacte ambiental, através de uma correcta instalação em termos territoriais das actividades produtivas;
- d) A manutenção dos ecossistemas que suportam a vida, a utilização racional dos recursos vivos e a preservação do património genético e da sua diversidade;
- e) A conservação da Natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes *habitats*, nomeadamente através da compartimentação e diversificação das paisagens, da constituição de parques e reservas naturais e outras áreas protegidas, corredores ecológicos e espaços verdes urbanos e suburbanos, de modo a estabelecer um *continuum naturale*;
- f) A promoção de acções de investigação quanto aos factores naturais e ao estudo do impacte das acções humanas sobre o ambiente, visando impedir no futuro ou minimizar e corrigir no presente as disfunções existentes e orientar as acções a empreender segundo normas e valores que garantem a efectiva criação de um novo quadro de vida, compatível com a perenidade dos sistemas naturais;
- g) A adequada delimitação dos níveis de qualidade dos componentes ambientais;

h) A definição de uma política energética baseada no aproveitamento racional e sustentado de todos os recursos naturais renováveis, na diversificação e descentralização das fontes de produção e na racionalização do consumo;

k) O reforço das acções e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído.

A **Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo** (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), integra de forma inequívoca a componente ambiental ao nível dos seus fins, referindo nomeadamente o fim de “*assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a funcionalidade dos espaços edificados*” e de “*assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural*” (art. 3.º, alíneas c e d), ao nível dos princípios gerais, nomeadamente o princípio da “*sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados*” (art. 5.º, alínea a) e ao nível dos seus objectivos, designadamente o objectivo de “*assegurar a salvaguarda dos valores naturais essenciais*”, como a paisagem, os recursos hídricos, as zonas ribeirinhas, as florestas, os solos e as zonas costeiras (art. 6º, n.º3).

O Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que determina o **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial**, estabelece, no seu artigo 69º, que os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia de qualidade ambiental. Os PMOT são, portanto, na legislação portuguesa o instrumento por excelência de organização do espaço a nível local.

Têm como objectivos, entre outros, estabelecer a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, definir a estrutura ecológica municipal bem como os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural.

O regime de uso do solo é definido através da classificação e da qualificação do solo (artigos 72º e 73º), sendo que a classificação assenta fundamentalmente na distinção entre solo urbano e solo rural e a qualificação na regulamentação do aproveitamento do mesmo em função da utilização dominante.

Deste modo a classificação de solo rural determina o reconhecimento de vocação do solo para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais bem como de protecção e lazer, processando-se a sua qualificação através da integração das categorias de espaços afectos a essas actividades.

A classificação do solo urbano determina o reconhecimento de vocação do solo para urbanização e edificação, processando-se a sua qualificação através da definição do perímetro urbano que compreende os solos urbanizados, os solos de urbanização programada e **os solos afectos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.**

Mais concretamente, o plano director municipal estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, que assenta na classificação do solo e desenvolve-se através da qualificação do mesmo, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida. Assim, o plano director municipal estabelece, (com especial importância para os objectivos deste relatório) entre outros:

- A caracterização económica, social e **biofísica**;
- A caracterização da área de intervenção identificando, nomeadamente, as redes urbanas, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança;
- **A definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;**
- A referenciação espacial dos usos e das actividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;
- A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- A definição de estratégias para o espaço rural com a identificação das aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;
- A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos;
- A identificação das condicionantes, nomeadamente da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Municipal.

O artigo 14º do mesmo decreto define que a estrutura ecológica é constituída pelas “áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica”.

A Portaria nº 138/2005, que fixa os demais elementos que devem acompanhar os planos municipais de ordenamento do território, determina que o plano director municipal deve ser acompanhado de uma **carta da estrutura ecológica municipal**.

Baseando-se nos objectivos gerais formulados no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, estabelece os princípios orientadores para a elaboração do **Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território** (em elaboração) “que deverá servir de referência para a elaboração da segunda geração de PDM”. Com especial importância para a estrutura ecológica municipal, este documento sugere a adopção de “produção de formas integradoras de ocupação e transformação de espaços construídos que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica urbana, a renovação dos ecossistemas, a expansão dos espaços verdes e a mobilidade sustentável, combatam a excessiva especialização funcional, contrariem situações de segregação e exclusão e permitam a colmatação dos aglomerados urbanos existentes”.

A **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável** (documento em elaboração) propõe as seguintes orientações em matéria de protecção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade:

- A diversidade biológica e paisagística representa um património ecológico, cultural e económico a nível local, regional, nacional e global, importando proceder à implementação da "Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade", conjuntamente com a "Lei de Bases

da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo", consagrando a protecção e a valorização deste património como elemento fundamental.

- Ratificar e implementar a Convenção Europeia sobre a Paisagem.
- Ter em consideração que na elaboração dos programas e planos incluídos nas políticas de desenvolvimento económico e social e de ordenamento do território, há que definir as responsabilidades institucionais na implementação das medidas e acções que constituem essa mesma estratégia, assumindo o princípio da responsabilidade diferenciada.

Em matéria de **Qualidade do Ambiente** a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável propõem as seguintes orientações:

- **Melhorar os níveis de atendimento:**

- Promover a gestão sustentável dos recursos naturais e o usufruto de uma qualidade ambiental aceitável por todos os cidadãos, baseando-se nos seguintes pressupostos: equidade, solidariedade e responsabilidade.
- Elevar os níveis de atendimento da população com abastecimento de água ao domicílio e melhoria da sua qualidade para consumo.
- Promover uma abordagem estruturada do tratamento de efluentes líquidos do sector doméstico e industrial, apoiada em soluções municipais, inter-municipais ou multimunicipais, através de planos de recuperação, gestão, monitorização e manutenção generalizada de equipamentos, construção de novos equipamentos e sistemas integrados.
- Garantir o controlo e promoção da qualidade das águas balneares marítimas, estuarinas, fluviais e das albufeiras.
- No domínio dos resíduos deverá ser dada especial prioridade às acções de prevenção (diminuição do volume de resíduos e do seu grau de perigosidade), seguida da reutilização, reciclagem, valorização energética e, finalmente, a eliminação segura do ponto de vista da saúde humana e do ambiente.
- Neste contexto, assumir como prioritários os aspectos de transmissão de informação e conhecimentos, educação e formação dos cidadãos, e a aplicação do princípio da responsabilização do produtor, através de análises do ciclo de vida dos produtos.
- Assumir o ciclo de produção-comércio-consumo-pós-consumo. Tal perspectiva exige uma completa implementação do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), que permitiu a criação, para todo o País, de uma rede de sistemas de tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos, bem como do Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI), do Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares (PERH) e do Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas (PERAGRI) e da legislação referente aos Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

- **A qualidade do ambiente numa perspectiva transversal e integrada:**

- Impulsionar o controlo da poluição atmosférica, nomeadamente através da redução das emissões, reforçando (e criando) redes de qualidade do ar, em particular nas grandes cidades, numa perspectiva de gestão do ambiente urbano.
- Implementação do Programa Nacional de Alterações Climáticas, garantindo os compromissos apresentados por Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto e da partilha de responsabilidades no quadro da União Europeia e da preparação de objectivos mais ambiciosos em futuros processos do cumprimento da convenção respectiva.
- Reforço das estratégias de reciclagem, reutilização e redução de consumos de materiais, recursos naturais e energia favorecendo a aplicação de medidas preventivas em detrimento de opções correctivas, dinamizando os instrumentos operacionais para a sua efectivação.
- Prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos associados à introdução e uso de novos produtos e processos com impactes no ambiente e na saúde humana.
- Prevenir e minimizar a exposição da população a níveis de ruído inaceitáveis, reduzindo os respectivos impactes na saúde humana e bem-estar. Consolidar a monitorização e controlo do ruído e produzir mapas de ruído para as zonas urbanas.
- Generalizar a aplicação do Princípio do Poluidor-Pagador em articulação com o Princípio do Utilizador-Pagador, internalizar os custos ambientais nas estruturas dos custos de produção dos bens.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Setembro, adopta a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade** (ENCNB) que estabelece o ordenamento do território como um instrumento fundamental para a conservação da natureza e da biodiversidade. Neste âmbito a disciplina da ocupação do espaço deverá atender à distribuição geográfica dos valores naturais e compatibilizar a sua salvaguarda, bem como a protecção da paisagem, com as propostas de utilização do solo. Por outro lado, um correcto ordenamento do território poderá contribuir decisivamente para soluções urbanísticas também elas mais respeitadoras do património natural e aptas a proporcionar níveis mais satisfatórios de qualidade de vida.

Neste contexto a ENCNB assenta nos seguintes objectivos gerais:

- conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
- promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componente e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

O Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Março, aprova o **Plano Nacional da Água (PNA)**.

Na relação entre ordenamento e domínio hídrico, o PNA indica que a política e a prática de ordenamento do território são determinantes na protecção dos meios hídricos, no que respeita à sua qualidade e ao equilíbrio dos seus usos. A qualidade dos recursos hídricos passa nomeadamente pela compatibilização entre a localização dos aglomerados humanos, a localização das actividades conexas e as exigências de protecção das massas de águas superficiais e subterrâneas. A uma escala urbana, a diminuição dos efeitos negativos sobre pessoas e bens decorrentes de fenómenos naturais, como as cheias ou a erosão, passa pela definição de regras restritivas de uso do solo.

O PNA pretende promover uma síntese e a integração dos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH), de forma a concretizar uma política coerente e eficaz para a gestão dos recursos hídricos.

Os Planos de Bacia Hidrográfica por sua vez definem orientações de valorização, protecção e gestão equilibrada da água, de âmbito territorial, para uma bacia hidrográfica ou agregação de pequenas bacias hidrográficas.

O concelho de Barcelos encontra-se abrangido pelas seguintes bacias hidrográficas:

- Bacia Hidrográfica do Lima (Rio Neiva) (Decreto Regulamentar nº 11/2002. DR 57, Série I - B, de 08/03/2002).
- Bacia Hidrográfica do Cávado (Rio Cávado) (Decreto Regulamentar nº 17/2002. DR 63, Série I - B, de 15/03/2002).
- Bacia Hidrográfica do Ave (Rio Este) (Decreto Regulamentar nº 19/2002. DR 67, Série I - B, de 20/03/2002).

Um dos aspectos mais importantes da problemática do ordenamento do território no contexto dos PBH é o que diz respeito à compatibilização entre usos do solo e utilizações das águas dos cursos adjacentes, com especial destaque para as áreas inundáveis, em que a apetência para a instalação de actividades humanas é maior. Em geral, têm bons solos e disponibilidades hídricas necessárias para a agricultura, apresentam boa acessibilidade natural requerida para a instalação de áreas urbanas, unidades industriais e eixos viários; são também estas áreas que apresentam um maior valor ambiental por constituírem biótopos com maior riqueza e diversidade faunística e florística. O risco de inundação constitui, no entanto, uma séria limitação à instalação daquelas actividades humanas, pelo que se prevê a possibilidade de estabelecer condicionantes à ocupação de áreas efectivamente inundáveis e definir áreas adjacentes às margens, nas quais se limita ou mesmo proíbe a edificação.

É, todavia, fundamental equacionar o ordenamento de todas as áreas dos planos, mesmo em relação às zonas mais afastadas das linhas de água principais. Efectivamente, a protecção e conservação dos meios hídricos exige que o uso e a transformação do solo em qualquer região, designadamente em áreas de maior infiltração para recarga dos aquíferos, em áreas vizinhas das captações de água e em áreas marginais das águas de superfície, sejam condicionados pelos objectivos de protecção e conservação dos meios hídricos.

Como é sabido, muitos dos regimes de ordenamento, designadamente o da REN, obedecem estritamente a factores de índole biofísica, como as características geológicas, orográficas, hidrológicas, ecológicas, entre outras. Desta forma, a identificação das áreas onde ocorrem as características susceptíveis de integrar esses regimes constituem uma condicionante ao ordenamento do território, e objectivo desse ordenamento. Embora os planos de bacia não promovam a revisão ou alteração das delimitações dessas áreas, fornecem elementos que deverão vir a fundamentar essas tarefas. É, directamente, o caso de muitos dos estudos realizados no âmbito dos PBH, designadamente no que respeita à análise biofísica, à definição de objectivos de qualidade da água, à análise de cheias e identificação das zonas mais sujeitas a inundações, classificação biofísica das linhas de água, riscos de erosão, vulnerabilidade dos aquíferos, zonas de risco de poluição accidental ou, indirectamente, o caso dos estudos constantes dos projectos preconizados neste âmbito.

Em síntese, os PBH deverão permitir o reforço e a qualificação da participação em outras actividades e em instrumentos de ordenamento, de forma que os aspectos relativos a recursos hídricos sejam devidamente contemplados, contribuindo ainda para uma boa articulação entre os vários instrumentos de planeamento e para o preenchimento das respectivas lacunas.

2. Caracterização Biofísica

Procede-se à caracterização dos principais elementos biofísicos do concelho.

2.1. Geomorfologia e Bacias Hidrográficas

A Região Norte caracteriza-se por fortes contrastes de orografia, havendo, no entanto, uma transição gradual entre a zona de vale e a de montanha amenizada por uma subida progressiva da altitude, atravessado por vales no sentido Nascente – Poente que se abrem ao Atlântico.

É exactamente nesta zona de transição que se localiza o concelho de Barcelos. Em termos de unidades geomorfológicas, é abrangido por duas das sete divisões básicas da Região Norte:

- A Orla Litoral, Plataforma de Abrasão formada por planícies extensas de maior ou menor largura em relação à costa;
- a Área de Transição para Montanha, caracterizada por um relevo vigoroso, vertentes de forte pendor, vales encaixados ou estreitos plainos aluvionares.

O vale do rio Cávado, que divide o concelho sensivelmente a meio no sentido nascente/poente, ocupa uma extensa área que, se por vezes apresenta ligeiros estrangulamentos, revela também zonas onde a largura é considerável, potenciando uma importante actividade agrícola.

As áreas mais elevadas do concelho são:

- Monte de S. Gonçalo com 492 metros;
- Monte do Facho com 324 metros;
- Monte de Airó com 413 metros;
- Monte da Franqueira com 303 metros.

Nos extremos do concelho destacam-se ainda duas faixas com altitudes inferiores aos 100 metros e que correspondem aos vales do rio Neiva, a norte e a nascente, e do rio Ave, a sul (ver Figura 1).

Os recursos hídricos constituem, no concelho como na Região Norte, uma potencialidade natural muito importante. Para além da bacia hidrográfica do Rio Cávado, o concelho abrange também as bacias hidrográficas do Rio Ave e do Rio Neiva (ver Figura 2).

Figura 1 – Modelo digital de terreno e bacias hidrográficas.

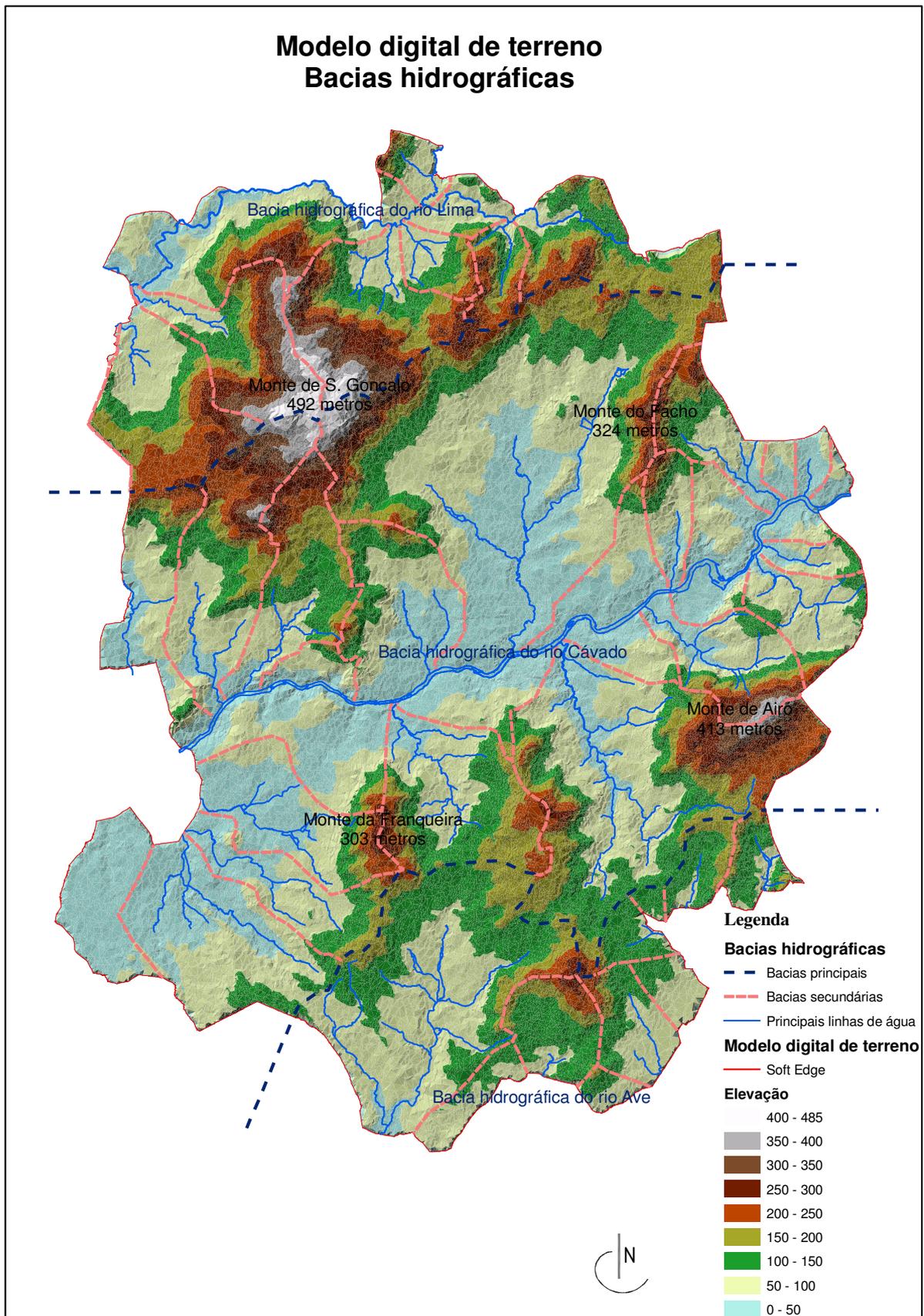
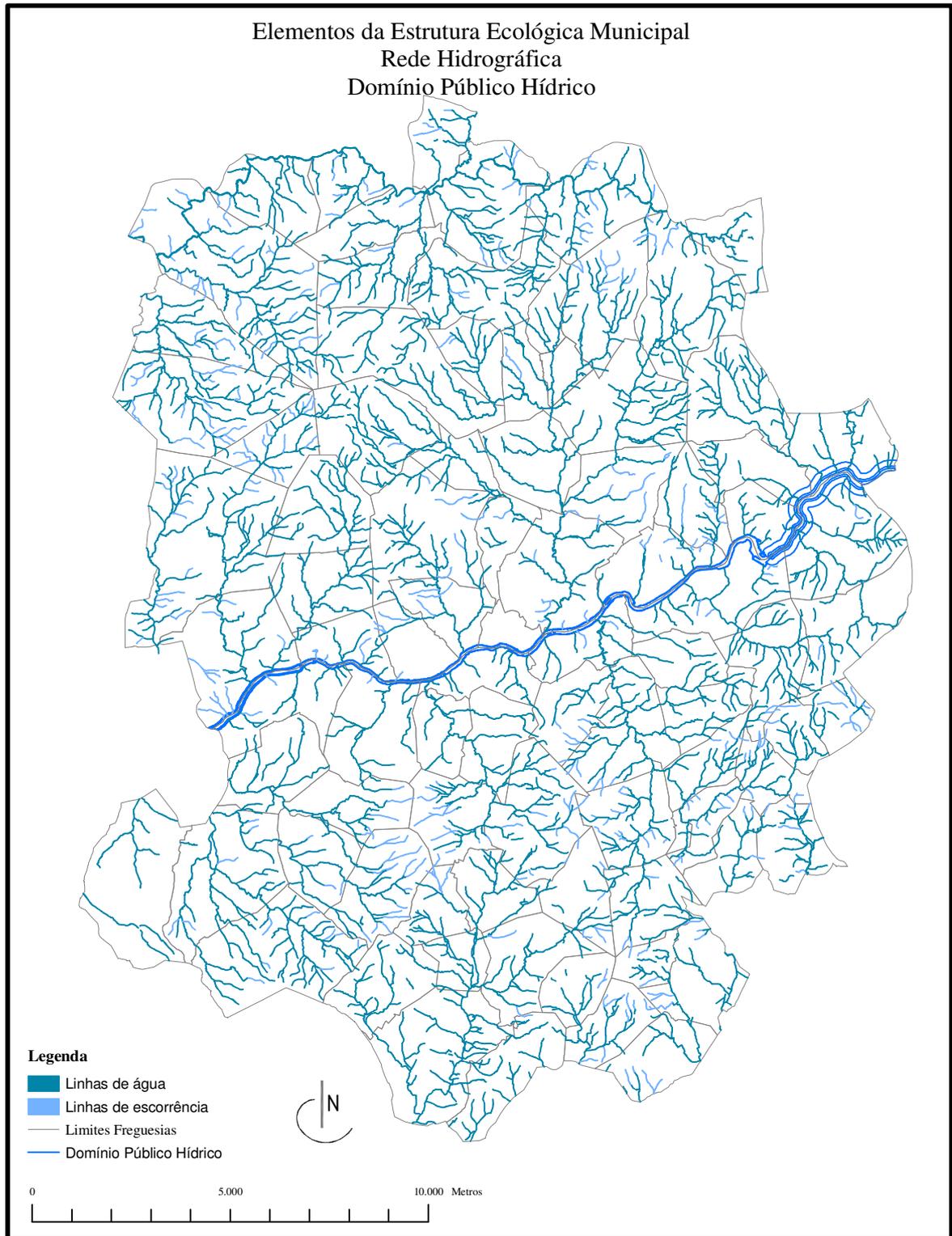


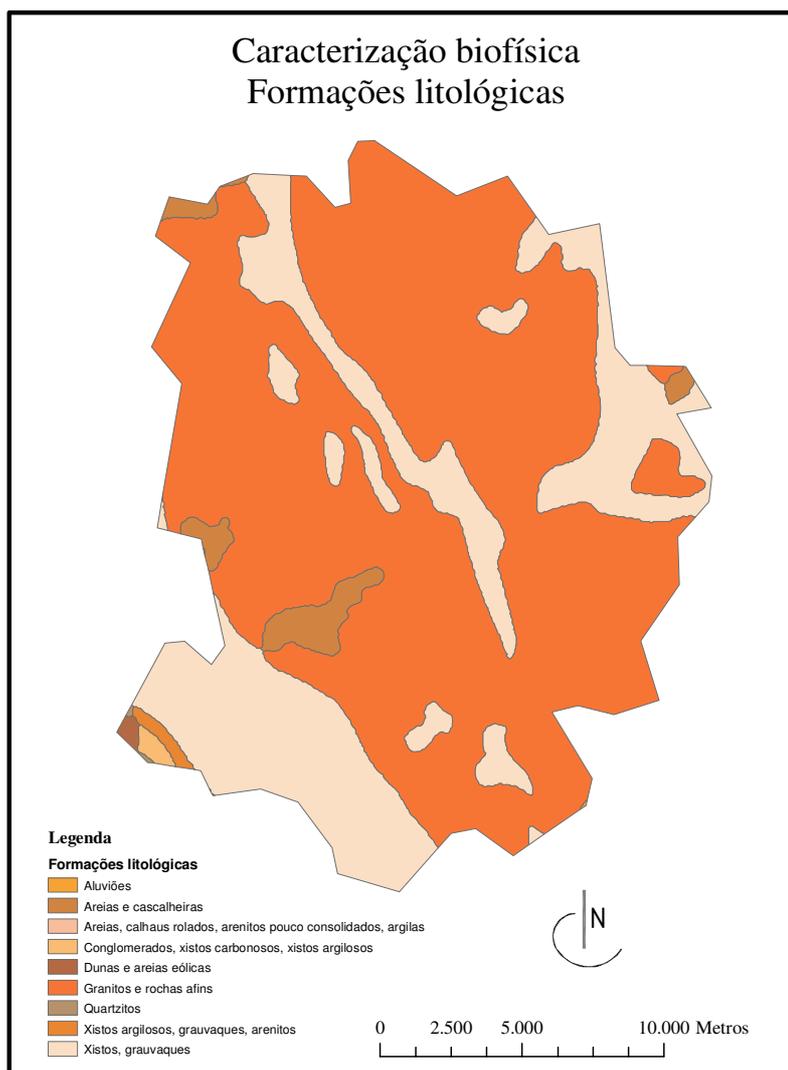
Figura 2 – Rede hidrográfica.



2.2. Litologia e Solos

O substracto geológico da Região Norte assenta sobre antigas formações do Primário, integradas no Maciço Hespérico, base estrutural da Península Ibérica. Este maciço constitui um bloco continental rígido, consolidado e estável, cujas fracturas, como reacção aos impulsos orogénicos das últimas eras geológicas, correspondem aos alinhamentos principais de vales encaixados, planalto transmontano e plataforma de abrasão.

Figura 3 – Formações litológicas.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

A constituição do solo é complexa, havendo uma predominância de rochas de origem granítica, sendo também importantes os complexos xistosos e as zonas de rochas variadas (ver Figura 3).

Dominam os terrenos impermeáveis ou pouco permeáveis, excepto nos granitos fortemente diaclasados que têm por vezes uma cobertura de alteração que os torna permeáveis.

Os solos mais representativos são os cambissolos húmicos e os regossolos dístricos. A natureza granítica do solo, as características morfológicas e a abundância de água contribuem para que o concelho seja uma área com aptidão elevada para a agricultura (ver Figura 4).

Figura 4 – Tipo de solo.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

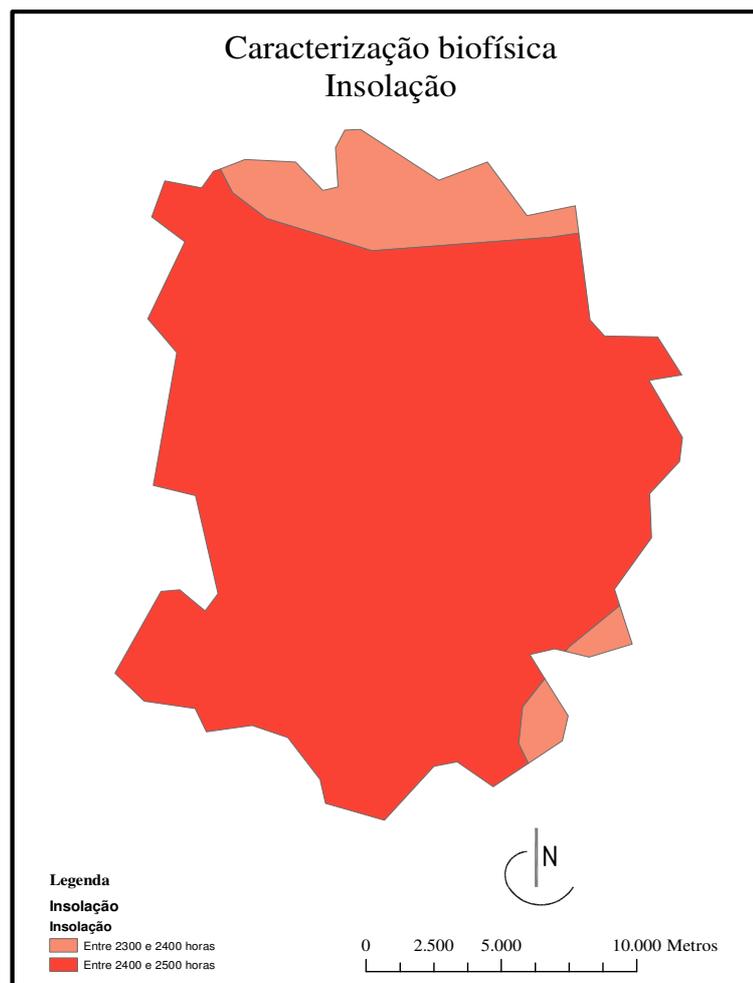
2.3. Clima e Zonagem Ecológica

Os factores regionais que mais condicionam a climatologia no concelho são o relevo e a posição relativamente ao Oceano Atlântico.

Os Invernos são moderados, sendo a temperatura mínima média do mês mais frio da ordem dos 2 a 4º C, enquanto o número de dias com temperatura mínima inferior a 0º C não ascende a mais de 30 por ano. Os Verões são temperados em quase todo o território, com uma temperatura máxima entre os 23 e os 29º C, sendo mais quentes numa mancha e noroeste que inclui a cidade, zona onde pode atingir os 32º C. A temperatura média anual é a mesma para toda a área e oscila entre 12,5 e 15º C.

A radiação solar é constante em todo o concelho, registando valores inferiores a 140 kcal/cm². Os períodos de insolação têm uma duração média de 2400 a 2500 horas anuais em praticamente toda a área concelhia (ver Figura 5), exceptuando uma faixa a norte, bem como uma pequena área a sul, em que esses períodos são mais curtos (2300 a 2400 horas anuais).

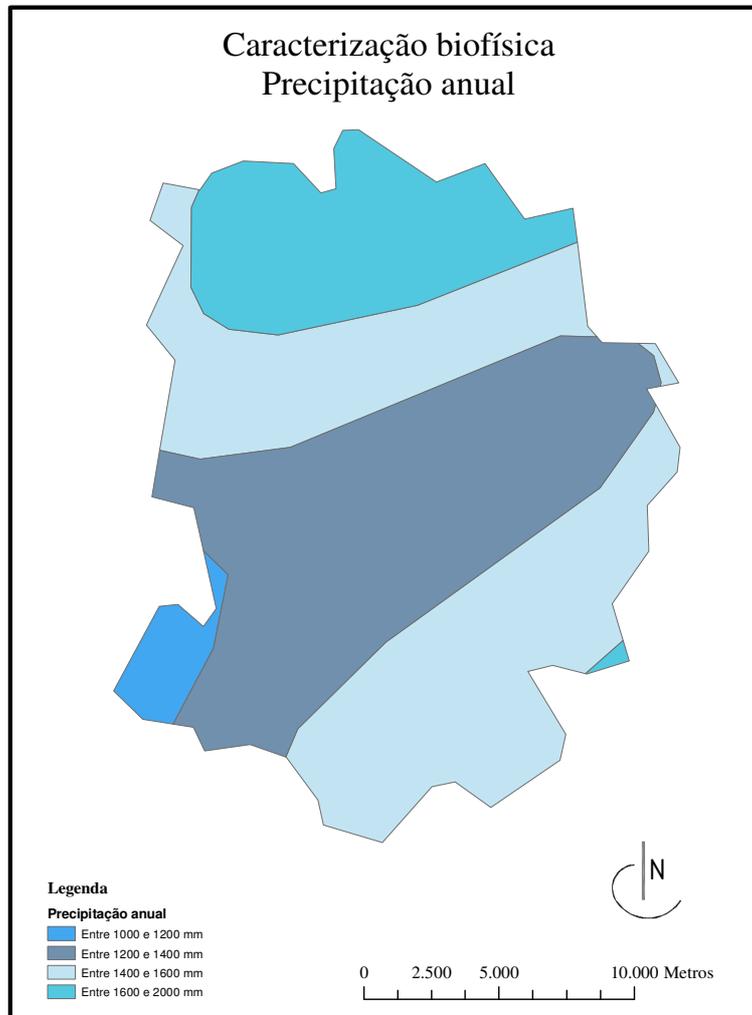
Figura 5 – Insolação.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

Em termos diários o sol encontra-se acima do horizonte e a descoberto, em média, 7 horas por dia. A quantidade de chuva caída é variável na área do município, notando-se os efeitos opostos de duas condicionantes climáticas: por um lado a influência do Atlântico e, por outro lado, o relevo e também a maior arborização que em várias zonas determinam uma maior pluviosidade (ver Figura 6).

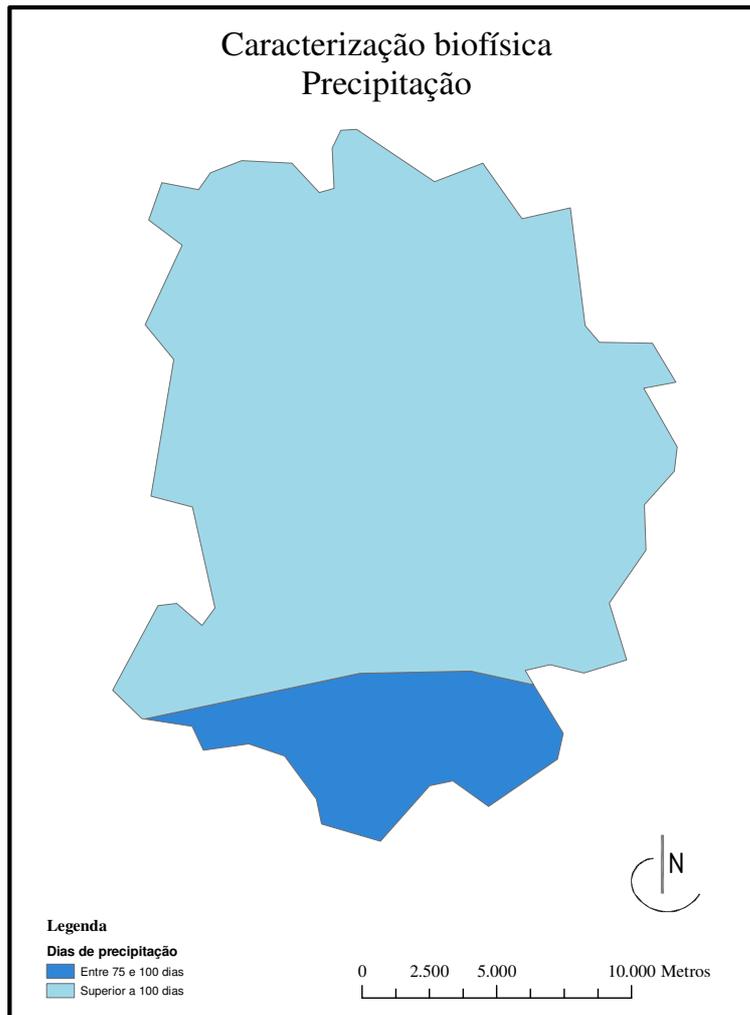
Figura 6 – Precipitação anual.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

O número de dias por ano com precipitação igual superior ou igual a 1 mm não ultrapassa os 100 em todo o território. A humidade do ar apresenta valores semelhantes nas várias zonas do concelho, registando valores entre os 75 e 80%.

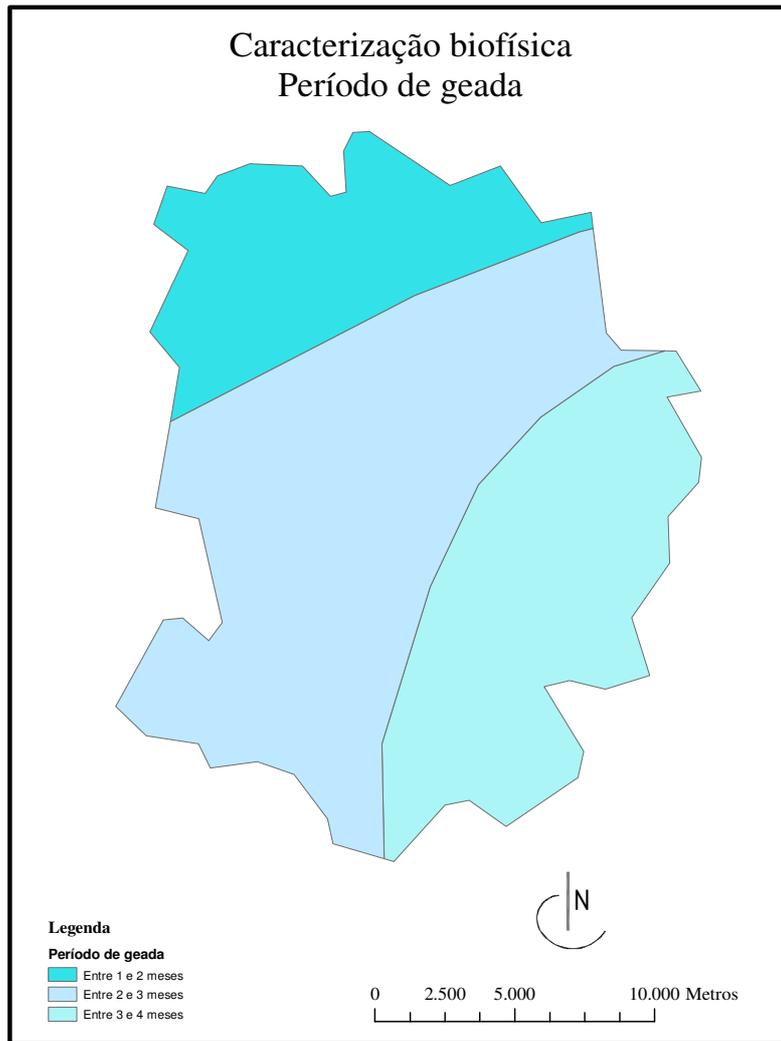
Figura 7 – Precipitação em número de dias.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

Os períodos anuais de geada são, em média, de 20 a 30 dias, verificando-se um aumento da intensidade deste fenómeno no sentido SW-NE. A duração de ocorrência de geadas aparece mais concentrada a norte do território, e vai diminuindo para sul (ver Figura 8).

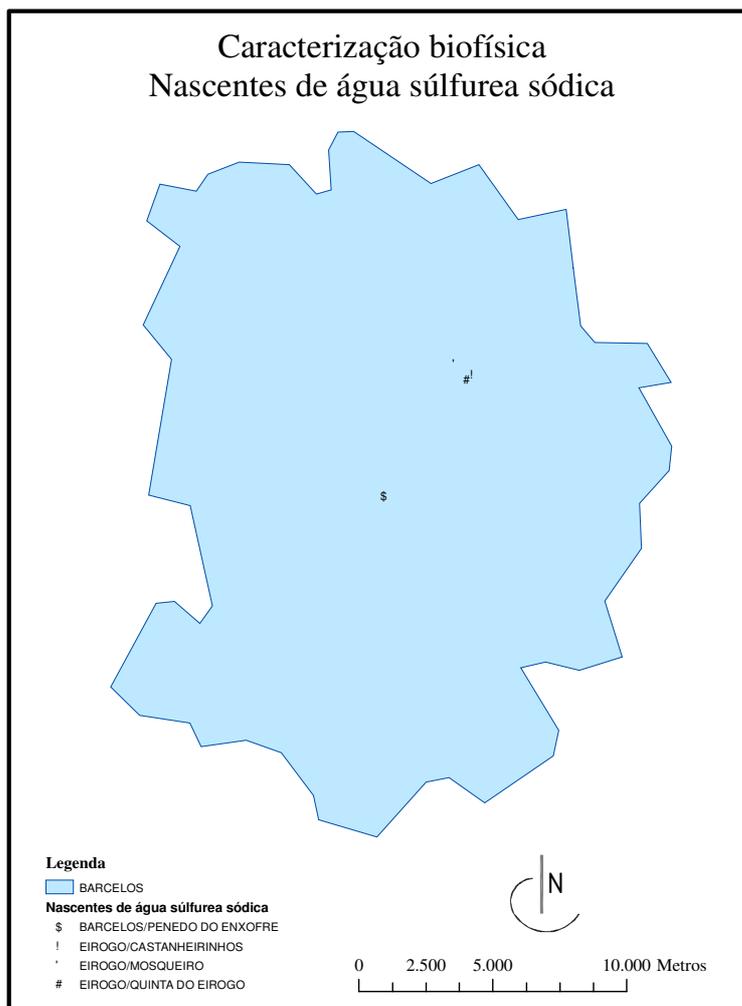
Figura 8 – Período de geada.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

Relativamente às águas minero-medicinais, existem no concelho, segundo o Atlas do Ambiente, quatro nascentes de água sulfúrea sódica (ver Figura 9).

Figura 9 – Nascentes de água sulfúrea sódica.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

As fontes de Lijó e Galegos Santa Maria têm sido recomendadas para o tratamento de doenças do aparelho gastro-intestinal, reumatismo e pele. As potencialidades oferecidas por este recurso são devidamente exploradas no Relatório 2 – Turismo.

Segundo a interpretação de Manique e Albuquerque, que correlaciona os níveis de altitude com as características fitoclimáticas, o concelho insere-se na sua quase totalidade no nível basal, com cotas inferiores a 400 metros, sendo que apenas uma pequena parte do concelho se insere no nível submontano. A maior parte do território faz parte da zona ecológica atlântica e mediterrâneo-atlântica, sendo que apenas uma pequena parte, a sudoeste do concelho, corresponde à zona ecológica mediterrâneo-atlântica (ver Figura 10).

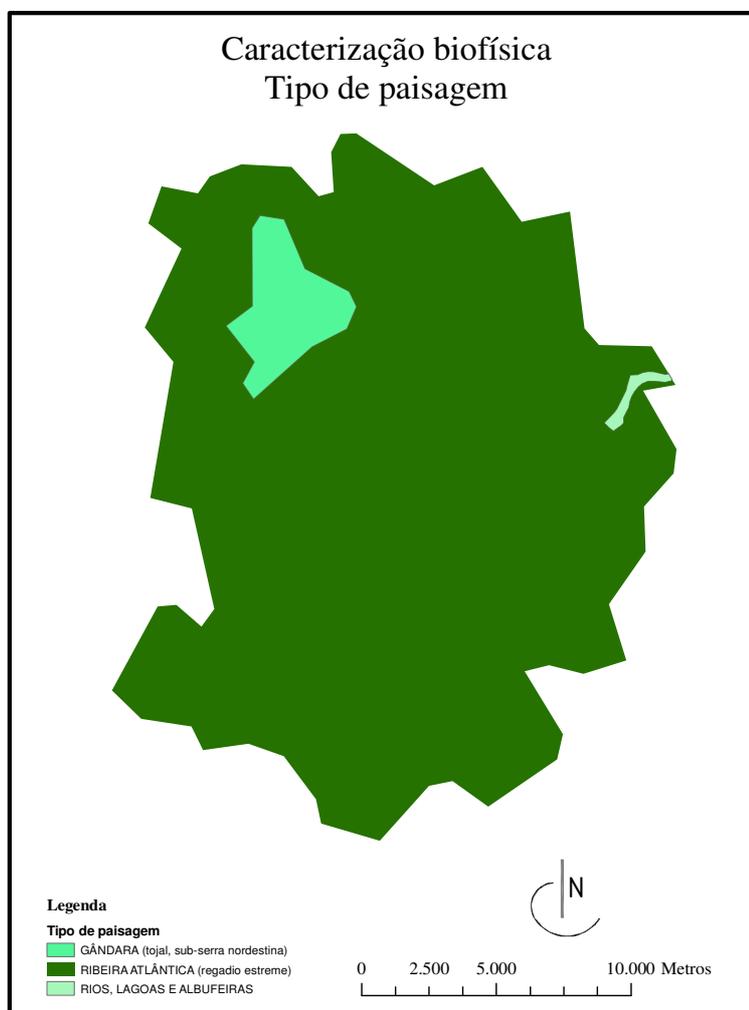
Figura 10 – Caracterização ecológica.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

Segundo a divisão eco-fisionómica por principais regiões, o tipo de paisagem do concelho é predominantemente de ribeira atlântica (regadio estreme). A Norte do concelho pode também encontrar-se paisagem de gândara, de tojal e sub-serra nordestina (ver Figura 11).

Figura 11 – Tipo de paisagem.



Fonte: Atlas do Ambiente Digital.

2.4. Recursos biológicos

Não existem estudos sobre os recursos biológicos do concelho, nomeadamente da fauna e da flora.

O Atlas do Ambiente regista 18 árvores notáveis no concelho (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Árvores notáveis.

Espécie	Freguesia
Sobreiro (<i>quercus suber</i>)	Tregosa
Sobreiro (<i>quercus suber</i>)	Aguiar
Castanheiro (<i>castanea sativa</i>)	Panque
Pinheiro (<i>pinus sp.</i>)	Alvito São Martinho
Sobreiro (<i>quercus suber</i>)	Roriz
Oliveira (<i>olea europea</i>)	Oliveira
Nogueira (<i>juglans regia</i>)	Lama
Pinheiro (<i>pinus sp.</i>)	Abade de Neiva
Carvalho (<i>quercus sp.</i>)	Encourados
Pinheiro (<i>pinus sp.</i>)	Bastuço Santo Estevão
Pinheiro (<i>pinus sp.</i>)	Gamil
Carvalho (<i>quercus sp.</i>)	Fonte Coberta
Macieira (<i>pirus sp.</i>)	Pereira
Sobreiro (<i>quercus suber</i>)	Remelhe
Sobreiro (<i>quercus suber</i>)	Silveiros
Castanheiro (<i>castanea sativa</i>)	Barqueiros
Castanheiro (<i>castanea sativa</i>)	Courel
Macieira (<i>pirus sp.</i>)	Macieira de Rates

São necessários estudos para conhecer os recursos biológicos de modo a assegurar a manutenção dos sistemas ecológicos necessários à sua preservação.

3. Estrutura Ecológica Municipal

O espaço urbano é, actualmente, caracterizado por alguma desorganização da implantação das actividades humanas e por uma escassa atenção para com o espaço público. Por outro lado, na paisagem rural, a evolução das actividades agrícola e florestal têm conduzido ao abandono do campo e a ocupações incorrectas pelas culturas destinadas à indústria, degradando as estruturas fundamentais da paisagem, indispensáveis à manutenção do seu equilíbrio ecológico, delapidando recursos fundamentais, como a água e o fundo de fertilidade do solo.

Considerando esta realidade, Ribeiro Telles defende o conceito de Paisagem Global, sublinhando que:

“O espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana (...). Para isso há que restabelecer o continuum naturale no espaço urbano e no rural, como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das actividades, nomeadamente da expansão urbana, tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente”.

Propõem-se uma metodologia de intervenção na paisagem que sintetize as suas componentes ecológicas e culturais, na qual a actuação económica deve encontrar o seu enquadramento, valorizando de igual modo a paisagem rural e a paisagem urbana, criando condições para o restabelecimento de ligações entre as duas a partir do espaço não edificado. Engloba o conceito de *Continuum Naturale*, fazendo-o corresponder a uma das estruturas da paisagem – a estrutura ecológica:

“Em Ordenamento do Território continua a ser de vital importância a delimitação das áreas onde a edificação em mancha deve ser impedida ou condicionada, bem como os termos desse condicionamento. Estas áreas são constituídas pelas áreas de maior sensibilidade ecológica e as que assegurarão a sustentabilidade da paisagem, quer rural, quer urbana, pelo que correspondem àquilo que tem sido designado por estrutura ecológica da paisagem” (Magalhães, 2001).

A estrutura ecológica é composta pelos sistemas húmidos e pelos sistemas secos.

Nos sistemas húmidos as condições para a edificação são extremamente desfavoráveis, sendo nestas áreas que a instalação de espaços verdes é facilitada devido à maior disponibilidade em água e matéria orgânica. Simultaneamente é também aqui que é necessário assegurar as circulações hídrica e atmosférica.

Nos sistemas secos protege-se o solo da erosão e, no caso dos cabeços, controla-se a formação de ar frio, durante a noite, através do seu revestimento por vegetação, melhorando o conforto bioclimático nas vertentes e nas zonas adjacentes às linhas de água.

Estas áreas são contempladas no espírito dos diplomas básicos que regulam os condicionamentos à edificação e aos quais se devem sujeitar os Planos de Ordenamento do Território, nomeadamente o Domínio Público Hídrico, a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional.

Para além das aptidões e condicionalismos determinados pelas características biofísicas do concelho, a estrutura ecológica deve estar subjacente a toda a organização do território, quer no espaço urbano, quer no espaço rural, e dela deve depender a implantação das restantes actividades no território.

Em termos genéricos, as componentes da Estrutura Ecológica deverão incluir:

- As zonas ribeirinhas interiores, criando corredores húmidos onde é maior a biodiversidade e onde são asseguradas a circulação e purificação da água e do ar;
- As zonas de cabeceira das linhas de água e as zonas declivosas – como fonte renovadora dos caudais de água subterrânea e onde é determinante a conservação do solo;
- Os solos de maior capacidade de produção de biomassa – como recurso exíguo em Portugal, cuja reposição é impossível, à escala de várias gerações;
- Os agrossistemas tradicionais, que representam a optimização da intervenção do homem na paisagem.

Para a delimitação espacial da estrutura ecológica municipal, é necessário definir os princípios ecológicos que devem orientar essa tarefa.

3.1. Princípios ecológicos da Estrutura Ecológica Municipal

Na década de 60, com a consciencialização da necessidade de conservar e mesmo reconstituir a continuidade e funcionalidade dos elementos da paisagem natural, como condição da vida urbana e rural, surgem os conceitos de contínuo natural e contínuo cultural. Caldeira Cabral, pai da arquitectura paisagista portuguesa, defende que “não se deve tratar de um sem ter em mente o outro”, sendo que “a continuidade cultural e ecológica é uma condição *sine qua non* de qualquer evolução”.

Em 1980, num Seminário promovido pelo Serviço de Estudos de Ambiente com o objectivo de preparar uma estratégia geral de Conservação da Natureza, Caldeira Cabral procura definir os princípios fundamentais a que obedece a vida na paisagem de modo a manter o *continuum naturale* (Cabral, 1980):

- Princípio da continuidade – referindo-se ao ciclo da água, o autor refere que “um rio não é somente a água que corre livremente no leito visível mas sim um sistema de que esse leito e essa água fazem parte em conjunto com toda a água que circula no leito subterrâneo, com a água dos braços mortos, com a água freática das encostas e o escoamento de toda a bacia”, exemplificando deste modo a importância da continuidade. Deste princípio “nasce” a sugestão dos corredores ecológicos (em 1970, no Congresso da Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas em Lisboa);
- Princípio da elasticidade – todos os elementos fundamentais têm de ser capazes de se adaptarem à diversidade de situações que caracterizam a vida. No caso da água, à irregularidade das quedas pluviométricas, a paisagem tem de responder com um conjunto de acções estabilizadoras como sejam o retardamento do escoamento superficial ou o dimensionamento dos leitos de cheia;
- Princípio da meandrização – designa a tendência para aumentar as interfaces dos vários elementos presentes na paisagem. Ainda no caso do curso de água, a diminuição da margem é prejudicial pela diminuição de nichos ecológicos que provoca e pela aceleração dos fluxos. Quando se procura intensificar um processo vital na paisagem, não se deve procurar maximizar alguns fluxos particulares mas antes aumentar o número de pequenos fluxos de conjunto – no caso da mata, ao diminuir a sua superfície, convém aumentar a orla, onde se verifica a máxima intensidade biológica, ajudando ainda a assegurar o princípio da continuidade;
- Princípio da intensificação – à redução da superfície ocupada por elementos fundamentais da paisagem – solo, ar, água, flora e fauna, tem de corresponder uma optimização dos efeitos na área restante, podendo esta adaptação corresponder a uma alteração da presença dos elementos. No caso da mata, e sendo a orla a zona biologicamente mais activa, a compartimentação com sebes vivas é muito importante, permitindo a continuidade, especialmente quando o espaço rural é fortemente artificializado pela agricultura. Esta consideração aplica-se também aos sistemas coerentes das zonas verdes urbanas.

A manutenção do *continuum naturale* deve ser assegurada entre espaços rurais e urbanos pois pretende-se que “a paisagem envolvente penetre na cidade de modo tentacular e contínuo, assumindo diversas formas e funções que vão desde o espaço de lazer e recreio ao de enquadramento de infra-estruturas e edifícios, aos espaços de elevada produção de frescos agrícolas e à protecção e integração de linhas ou cursos de água com seus leitos de cheia e cabeceiras”.

Para a concretização deste objectivo podem contribuir a criação de novos espaços verdes bem como a recuperação dos existentes e ainda a sua ligação através de corredores verdes.

Com a estratégia dos corredores verdes é possível uma integração dos princípios ecológicos com os valores a salvaguardar na estrutura ecológica municipal.

3.2. Constituição da Estrutura Ecológica Municipal

No Plano Director Municipal em vigor os sistemas ecológicos fundamentais estão protegidos pela Reserva Ecológica Nacional e pelo Domínio Público Hídrico.

Estão também contemplados na planta de ordenamento os espaços naturais que incluem os leitos de cursos de água e mata ribeirinha, as orlas e sebes vivas e a mata ou mato a reverter ou estabelecer. Apesar de estas figuras contemplarem os principais sistemas ecológicos, a sua distribuição não obedece a uma estrutura coerente e verifica-se que não está assegurado o princípio ecológico da continuidade, resultando paisagens muito fragmentadas, criando o isolamento dos ecossistemas e reduzindo a biodiversidade.

Para além dos sistemas ecológicos, a estrutura ecológica municipal deve também assegurar a protecção dos recursos e valores agrícolas, florestais e culturais, pelo que se estabelece uma estrutura que integra estes valores em diferentes níveis de protecção.

A Estrutura Ecológica Municipal é constituída por três níveis de estruturas (ver tabela 2):

- **Estrutura Ecológica Fundamental** – integra os sistemas ecológicos fundamentais cuja protecção é indispensável ao funcionamento sustentável do território e que, por essa razão, deve, por princípio, assumir um carácter *non aedificand* (ver Anexo I):
 - Sistemas húmidos – constituídos pelas linhas de água, zonas adjacentes às linhas de água e bacias de recepção, correspondem a zonas aplanadas ou côncavas onde se acumulam a água e o ar frio. Estes valores estão parcialmente integrados na Reserva Ecológica Nacional, sendo apenas necessário delimitar a protecção determinada pelo Domínio Público Hídrico.
 - Áreas de máxima infiltração – constituídas pelas áreas onde a infiltração da água apresenta condições favoráveis devido às características do solo, do substrato geológico e da morfologia do terreno. A protecção deste valor é assegurado pela REN.
 - Áreas de protecção às cabeceiras das linhas de água – áreas localizadas entre a linha de cumeada e o início da rede hidrográfica que se localizam em situações de litologia branda. A protecção deste valor é assegurado pela REN.
 - Áreas com risco de erosão – áreas onde a conjugação do declive acentuado e a natureza do solo e subsolo as tornam mais susceptíveis a movimentos de massa. A protecção deste valor é assegurado pela REN.
 - Solos com valor ecológico – solos com potencial elevado para a produção de biomassa. A protecção deste valor é assegurado pela RAN.
- **Estrutura Ecológica Integrada** – integra valores naturais e culturais que, pelas suas características não obrigam à imposição de um regime não edificável mas que deverão ser sujeitas a uma regulamentação específica de acordo com a sensibilidade ecológica e/ou cultural. Esta estrutura pode integrar (ver Anexo II):

- Áreas com valor paisagístico;
 - Afloramentos rochosos;
 - Áreas do espaço florestal, designadamente as áreas do maciço florestal contínuo;
 - Estruturas de integração de elementos da estrutura ecológica fundamental e da estrutura ecológica integrada, ou corredores verdes, que têm o papel fundamental de restabelecer a continuidade entre os valores e recursos ecológicos, agrícolas, florestais e culturais ao longo de espaços urbanos e rurais.
- **Estrutura Ecológica Urbana** – integra os espaços verdes, espaços abertos e os espaços de recreio bem como os valores naturais e culturais dos aglomerados urbanos. Segundo a Portaria nº 138/2005, de 2 de Fevereiro, a carta da estrutura ecológica dos aglomerados apenas é exigida nos planos de urbanização. Contudo, para assegurar a continuidade ecológica e cultural entre espaços urbanos e rurais, um dos princípios mais importantes da estrutura ecológica municipal, a carta da estrutura ecológica municipal deve indicar os seus principais valores e respectivas estruturas de integração (ver Anexo III).

Tabela 2 – Constituição da estrutura ecológica municipal.

Estrutura Ecológica Municipal	Áreas	Regime	Figuras legais
Estrutura Ecológica Fundamental	Sistemas húmidos Áreas com riscos de erosão Áreas de protecção às cabeceiras das linhas de água Áreas de infiltração máxima Solos de elevada qualidade Linhas de água permanentes	<i>Non aedificandi</i> (com as excepções previstas na legislação)	REN RAN DPH
Estrutura Ecológica Integrada	Afloramentos rochosos Espaços florestais • Maciço florestal contínuo Corredores verdes Corredores patrimoniais	Não obrigam à imposição de um regime não edificável, devendo ser sujeitas a uma regulamentação específica, elaborada de acordo com a sua sensibilidade ecológica	PROF Carta florestal
Estrutura Ecológica Urbana	Estrutura Verde Principal Estrutura Verde Secundária Corredores Verdes	Integrado no tecido urbano	Aglomerados urbanos

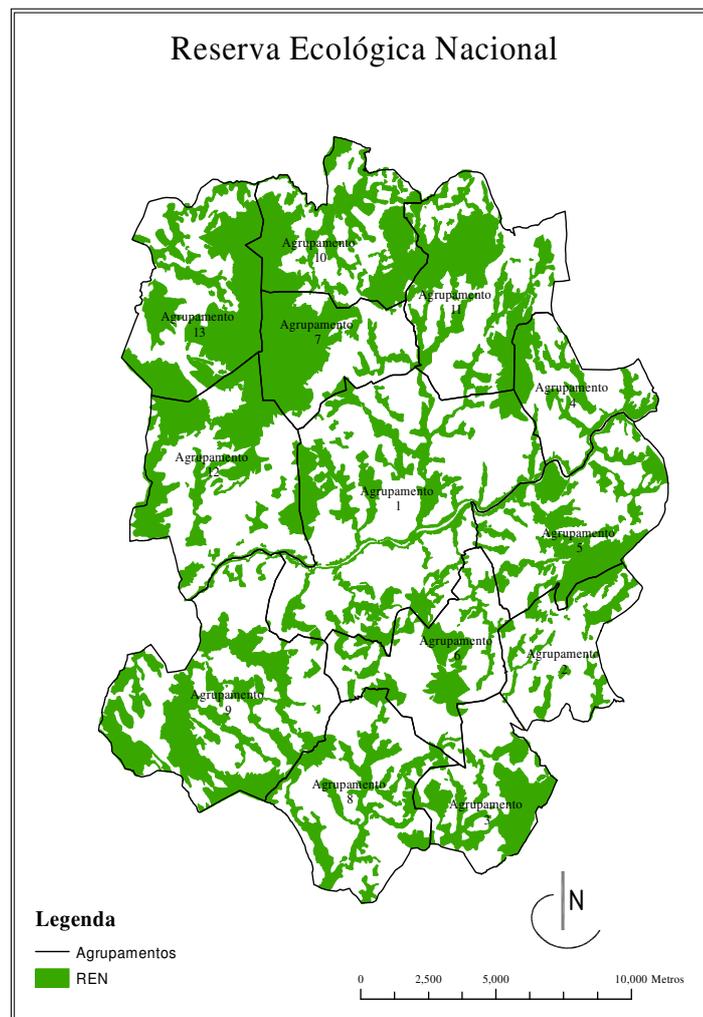
A Carta da Estrutura Ecológica Municipal apresenta a distribuição espacial destas áreas e, a título de referência, para uma melhor leitura da integração de valores naturais e culturais, os elementos do património arquitectónico e arqueológico, os Caminhos de Santiago e as áreas com interesse turístico (ver Anexo IV).

3.3. Valores e recursos concelhios

3.3.1. Valores e recursos naturais

A Estrutura Ecológica Municipal integra os sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, incluindo as áreas da **Reserva Ecológica Nacional** que “constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas” (DL 93/90 de 19 de Março). Constitui assim um instrumento importante para prosseguir objectivos de protecção ambiental e desenvolvimento sustentável, “contendo em si potencialidades capazes de assegurar o “continuum” ecológico e o estabelecimento de redes de conservação e valorização da paisagem e dos recursos naturais que possibilitem os fluxos de materiais, energia e seres vivos, fundamentais para uma estratégia de conservação da natureza e da paisagem” (Saraiva, 1998).

Figura 12 – Reserva Ecológica Nacional.



Os conceitos que estão na base do regime da REN dizem respeito, por um lado, à necessidade de salvaguarda da estrutura ecológica da paisagem e, por outro, ao princípio da continuidade, conceito básico da ecologia, consagrado na Lei de Bases do Ambiente, através do conceito de *continuum naturale*. Esta continuidade prevista no primeiro diploma da REN, de 1983, através das faixas de protecção às rodovias, deixou de ser considerada no diploma posterior, de 1990. A reintegração desta figura de protecção, no regime da REN, seria indispensável ao estabelecimento de uma continuidade desejável.

A REN integra também áreas do **Domínio Público Hídrico** que neste concelho é constituído por:

- Leito do rio Cávado navegável e fluviável, desde o extremo jusante do concelho até ao açude da Azenha do Angelino, e suas margens, com a largura de 30m;
- Leito da albufeira de Penide e suas margens até à cota de expropriação;
- Leitões dos cursos de água, de segunda e terceira ordem, não navegáveis nem fluviáveis e suas margens, com a largura de 10 m;
- Leito do Rio Cávado não navegável nem fluviável, a montante do açude da Azenha do Angelino até à barragem de Penide, e suas margens, com a largura de 10 m.

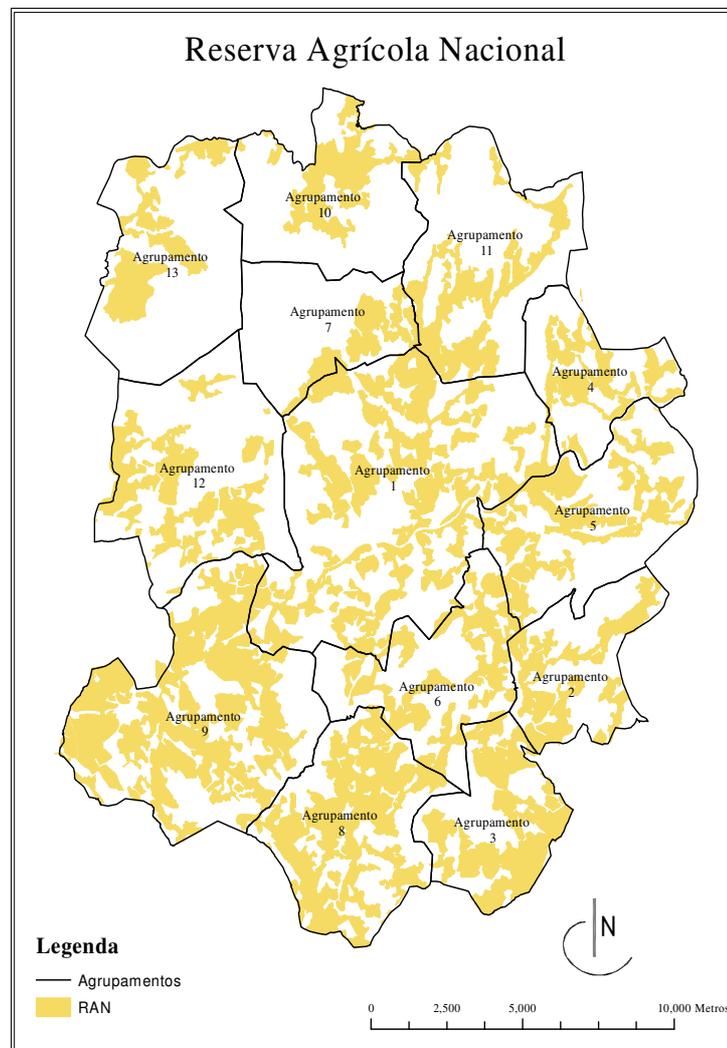
Devem ainda ser integradas as áreas com interesse ecológico não incluídas na REN, como as áreas de elevado valor paisagístico, designadamente:

- Manchas de associações vegetais do Minho;
- Manchas de carvalho;
- Mata ribeirinha;
- Afloramentos rochosos;
- Áreas de sensibilidade visual.

3.3.2. Valores e recursos agrícolas

A **Reserva Agrícola Nacional** constitui “o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas” (DL 196/89 de 14 de Junho) visando, portanto, a protecção dos solos de elevada capacidade agrícola, garantindo a sua afectação à agricultura. A RAN constitui um importante instrumento de ordenamento “dado que muitos dos solos nela integrados constituem solos de baixas associados a vales ou leitos de cheia, cujo estatuto de protecção pode permitir um alargamento ou sobreposição do contido no do domínio hídrico, contribuindo para o estabelecimento de medidas de salvaguarda abrangendo áreas componentes dos corredores fluviais. Para além disso é frequente, nestes casos, o estatuto da REN sobrepor-se ao da RAN, tornando mais efectivos os objectivos de protecção” (Saraiva, 1998).

Figura 13 – Reserva Agrícola Nacional.



3.3.3. Valores e recursos florestais

O espaço florestal ocupa 142 km², ou seja, cerca de 38% do território do concelho.

Com o objectivo de estabelecer espaços de referência para absorver as directivas de planeamento/ordenamento e de criar manchas com semelhanças nas características dominantes para as quais se propõem estratégias e prioridades semelhantes de forma a dar resposta às respectivas oportunidades e estrangulamentos, O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF/BM) considera quatro sub-regiões homogéneas, das quais o concelho de Barcelos compreende duas (ver figura 14):

- **Floresta inserida em espaço agrícola e social**
- **Maciços florestais contínuos**

Procede-se, em seguida, à caracterização dos valores e recursos florestais concelhios. A floresta inserida em espaço agrícola e social e o maciço florestal contínuo estão identificadas e caracterizadas no PROF/BM, pelo que se transpõe as orientações de ordenamento para estes espaços florestais.

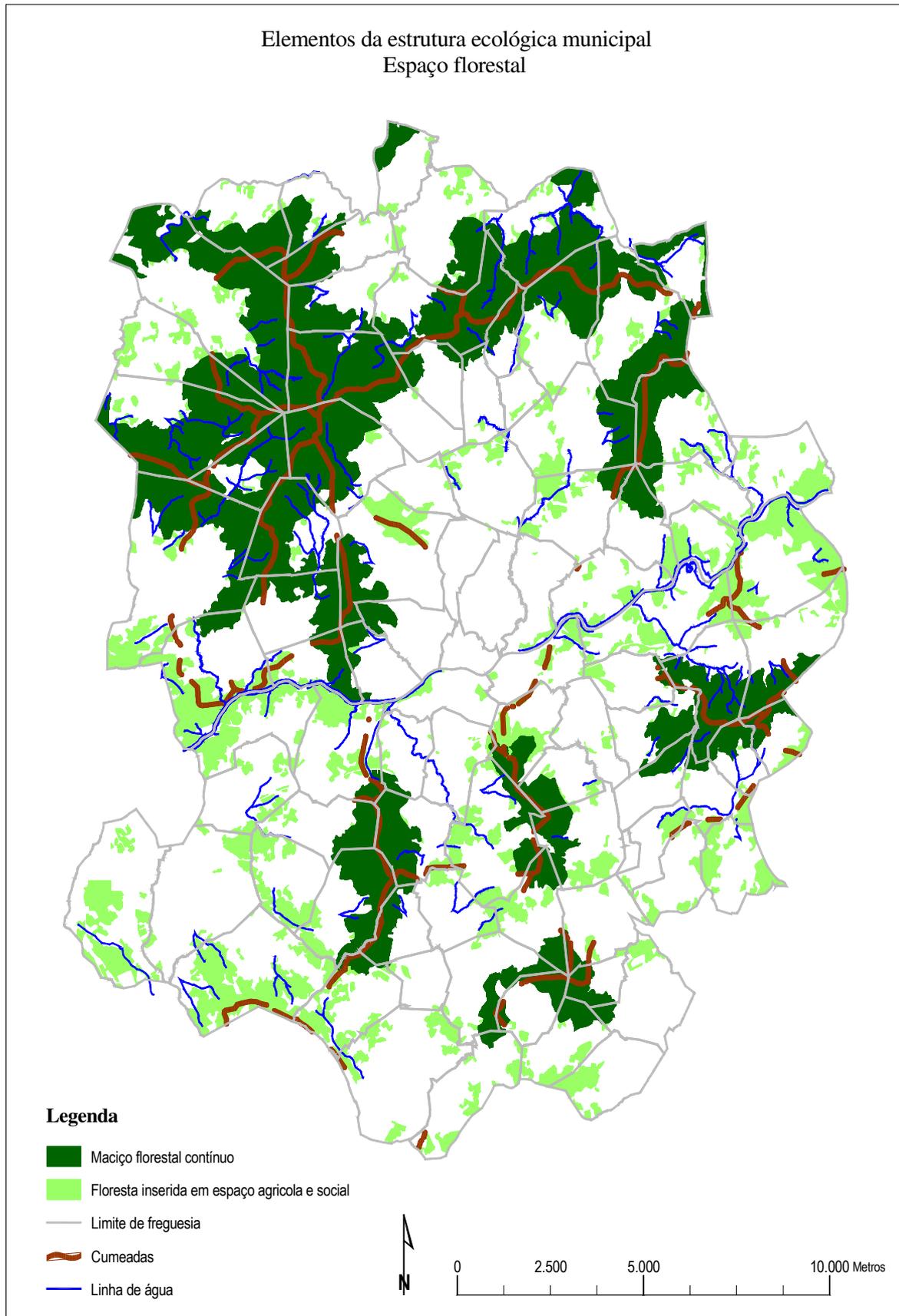
A transposição cartográfica com a respectiva delimitação das sub-regiões homogéneas foi elaborada em colaboração com a equipa responsável pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (ver figura 14 e Anexo V).

Floresta inserida em espaço agrícola e social

A floresta inserida em espaço social e agrícola caracteriza-se, em traços gerais, por ser constituída maioritariamente por freguesias onde se verifica o uso do solo social e agrícola com manchas arborizadas dispersas na área da várzea, preponderantemente constituída por bons solos e com uma ondulação suave do terreno. Esta sub-região ocupa 13% do espaço florestal do concelho, numa área total de 48 km², e a sua distribuição faz-se essencialmente pelas freguesias a sul do concelho.

Estas freguesias são atravessadas por manchas florestais arborizadas de grande monoespecificidade, principalmente de Pinheiro Bravo e Eucalipto, nas cumeadas e encostas vertentes dos montes de menor altitude, com solos mais pobres e de maiores declives, que formam corredores verdes num espaço agrícola e social de elevada pressão humana. Estas manchas arborizadas denotam um grande abandono por parte dos seus proprietários verificando-se a degradação do seu património e a sub-lotação do seu espaço.

Figura 14 – Espaço com uso florestal.



A população é preponderantemente urbana com poucas ligações ao sector primário. Os proprietários florestais são maioritariamente absentistas e desligados da actividade florestal detendo uma propriedade muito pulverizada e com uma tradicional resistência ao associativismo. As características de que se reveste tornam esta sub-região numa área com elevado perigo e algum risco de incêndio, aparecendo algumas situações de uma perigosa combinação do perigo e risco de incêndio.

Assim propõe-se para esta sub-região homogénea:

- Preservar e/ou recuperar zonas sensíveis do ponto de vista ambiental.
- Valorizar o potencial produtivo do espaço florestal e promover a sua defesa contra os incêndios florestais através do:
 - ◆ Fomento do ordenamento do espaço florestal, só possível com planos de gestão profissional de unidades florestais bem dimensionadas (PGF), que se atingem pela promoção do associativismo florestal, possibilitando o seguinte:
 - Favorecer a requalificação dos povoamentos florestais e inverter a degradação destes, bem como a sua sub-exploração;
 - Controlar o avanço das invasoras lenhosas;
 - Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e monoespecíficas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies menos susceptíveis aos incêndios, como o *Quercus robur* e o *Quercus suber* e outras da flora autóctone, ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagem intensiva;
 - Diversificar a arborização utilizando preferencialmente espécies naturalizadas ou ecologicamente bem adaptadas e que garantam áreas de baixo nível de combustível acumulado;
 - Utilizar o fogo controlado na redução do combustível nas áreas arborizadas;
 - Manter cuidadosamente as infra-estruturas de prevenção;
 - Coordenar as brigadas de sapadores florestais existentes e fomentar o seu aparecimento junto das manchas de arborização monoespecíficas e contínuas;
 - Profissionalizar a prevenção e combate aos fogos florestais;
 - Manter as campanhas de sensibilização apostando na inovação;
 - Fiscalizar o cumprimento da legislação e criar posturas municipais específicas.
 - ◆ Fomentar a produção de madeiras “nobres” nos solos de melhor aptidão florestal tendo em vista não só a produção de lenho de qualidade, bem como a adaptação deste espaço florestal peri-urbano às necessidades sociais da população residente.
 - ◆ Fomentar a produção de bens não lenhosos, como a pesca entre outras, e dos serviços, através da criação de espaços de recreio e lazer com funcionalidades diversas, de modo a servir e a abastecer o potencial mercado que circunda estes espaços.
 - ◆ Valorizar paisagisticamente o espaço florestal circundante dos locais culturais e religiosos.

- ◆ Defender o espaço florestal da pressão de construção, evitando a disseminação urbanística.
- ◆ Produção de madeiras ditas nobres nos melhores solos das terras agrícolas em abandono, que se excluem dos solos de classe A e B.

Maciço florestal contínuo

A sub-região homogénea dos maciços florestais contínuos é caracterizada, na sua generalidade, por ser constituída maioritariamente por freguesias predominantemente ocupadas por grandes manchas florestais arborizadas e monoespecíficas, com a introdução, por vezes com carácter invasivo, do Eucalipto. Esta sub-região ocupa 25% do espaço florestal do concelho, numa área total de 94 km², e a sua distribuição predomina a Norte do concelho. Caracteriza-se por uma forte omissão humana com degradação do sistema florestal produtivo e sub-lotação dos seus povoamentos.

Constata-se um crescimento das áreas de maiores declives acentuando-se o risco de erosão, aumentando as zonas sensíveis do ponto de vista da conservação do solo.

A presença humana é menor que na sub-região homogénea anterior, mas em forte crescimento. A sua população ocupa-se sobretudo no sector secundário seguido do terciário, sendo os proprietários florestais maioritariamente absentistas, com tradicional resistência ao associativismo, estando conseqüentemente a perder-se o vínculo à propriedade florestal, que continua, à imagem da sub-região anterior, muito pulverizada.

A Caça, sobretudo para satisfação dos caçadores residentes, tem nesta sub-região uma importância significativa, patente no número de zonas de caça associativas e municipais.

Existe uma “perigosa” continuidade e monoespecificidade da arborização no território e começa-se a detectar algum conflito de uso entre esta e a caça bem como, embora de uma forma muito pontual, o pastoreio.

Nestas condições é elevado o perigo e o risco de incêndio.

Assim propõe-se para esta sub-região homogénea:

- Preservar e/ou recuperar zonas sensíveis do ponto de vista ambiental.
- Valorizar o potencial produtivo do espaço florestal e promover a sua defesa contra os incêndios florestais através do:
 - ◆ Fomento do ordenamento do espaço florestal, só possível através de planos de gestão profissional de unidades florestais bem dimensionadas (PGF), que se atingem pela promoção do associativismo florestal, possibilitando o seguinte:
 - Favorecer a requalificação dos povoamentos florestais e inverter a degradação destes bem como a sua sub-exploração;
 - Controlar o avanço das invasoras lenhosas;
 - Compartimentar das áreas arborizadas contínuas e monoespecíficas quer através do aproveitamento da regeneração natural de espécies menos susceptíveis aos incêndios,

como o *Quercus robur* e o *Quercus suber* e outras da nossa flora autóctone, quer pela diversificação da arborização utilizando espécies ecologicamente bem adaptadas e produtores de madeira de qualidade, sempre que edaficamente possível;

- Utilizar o fogo controlado na redução do combustível das áreas arborizadas;
 - Manter cuidadosamente as infra-estruturas de prevenção;
 - Coordenar as brigadas de sapadores florestais existentes e fomentar o seu aparecimento junto das manchas de arborização mono específicas e contínuas;
 - Profissionalizar a prevenção e combate aos fogos florestais;
 - Fomentar campanhas de informação no que se refere à utilização do fogo;
 - Fiscalização do cumprimento da legislação e criação de posturas municipais específicas.
- ◆ Promover tecnologicamente a qualidade da madeira através dos centros existentes, nomeadamente o Centro Pinus.
 - ◆ Promover comercialmente os materiais lenhosos, criando condições para a sua certificação.
 - ◆ Fomentar a produção de bens não lenhosos, como os cogumelos silvestres e a apicultura entre outros.
 - ◆ Valorizar paisagisticamente o espaço florestal circundante dos locais culturais e religiosos.
 - ◆ Defender o espaço florestal da pressão de construção, evitando a disseminação urbanística.
 - ◆ Produção de madeiras ditas nobres nos melhores solos das terras agrícolas em abandono, que se excluam dos solos de classe A e B.

O PROF define o conjunto de operações silvícolas mínimas que devem ser aplicadas transversalmente a todas as propriedades florestais. Para além destas, apresenta modelos gerais de silvicultura que pretendem definir um conjunto de orientações e recomendações que devem ser observadas na elaboração dos Planos de Gestão Florestal, bem como em projectos florestais em função de nove estratos de arborização possíveis. Estes estratos são definidos quanto à fisiografia do território, com funções dominantes que lhe estão associadas e com as quais se pretende atingir determinados objectivos, propondo para estes acções de silvicultura de carácter geral.

Dentro dos espaços florestais, quer da floresta inserida em espaço agrícola e social, quer dos maciços florestais contínuos, serão integradas na Estrutura Ecológica Municipal, pelo seu valor ecológico, os seguintes estratos:

- ◆ Vales encaixados (estreitos);
- ◆ Linhas de água;
- ◆ Cumes e linhas de fecho;
- ◆ Afloramentos rochosos e zonas húmidas;
- ◆ Planaltos.

Estes estratos têm como funções dominantes a protecção do solo e dos recursos hídricos e a conservação e contribuição para a melhoria da biodiversidade. A regeneração natural deve ser prioritariamente salvaguardada desde que não se trate de espécies consideradas invasoras ou que, por outro motivo, se justifique a sua substituição. Estes estratos são encarados como corredores, faixas ou núcleos numa área mínima suficiente para garantir uma rede com funções de protecção do solo e recursos hídricos, conservação e melhoria da biodiversidade.

Os objectivos definidos para os vales encaixados e para as linhas de água são:

- manutenção e melhoria dos ecossistemas que este tipo de ambiência climática proporciona;
- defesa dos recursos hídricos e da flora e fauna que lhe estão associados;
- protecção da rede hidrográfica e contra erosão hídrica;
- valorização do mosaico de paisagem.

Para estes estratos devem ser utilizadas preferencialmente espécies endémicas.

Para os cumes e linhas de água os objectivos são:

- protecção contra a erosão eólica e hídrica;
- protecção da rede hidrográfica;
- valorização do mosaico de paisagem (efeito de profundidade visual);
compartimentação do espaço.

Sendo este estrado fisiográfico em regra geral constituído por solos delgados com uma baixa biodiversidade, pretende-se através de novas arborizações, contribuir para o aumento da diversificação da vegetação e também para a criação de descontinuidades que promovam o aproveitamento da sua débil produção diminuindo os seus custos de conservação. Devem-se utilizar preferencialmente espécies resistentes aos ventos, de defesa contra incêndios, ou ainda, com funções de formação do solo.

Para os afloramentos rochosos e zonas húmidas os objectivos são:

- protecção da vegetação espontânea – habitats/fauna e flora;
- compartimentação do espaço.

Para este estrato, no caso de solo muito pobres, devem-se escolher espécies rústicas que suportem solos delgados.

Para os planaltos os objectivos são:

- constituição de cortinas de abrigo;
- criação de bosquetes de abrigo para fauna / cinegética/ pastorícia;
- melhoramento das pastagens espontâneas.

Para este estrato recomenda-se:

- utilização de espécies resistentes ao vento;

- utilização de espécies preferencialmente autóctones;
- utilização do fogo controlada, de calagens e sumárias sementeiras com espécies leguminosas herbáceas.

As acções de silvicultura propostas para estes estratos são:

Instalação: aproveitamento da regeneração natural, plantação e sementeira.

Regime: Alto fuste.

Composição: Mista.

Cortes de realização: salteados e sucessivos.

Em função de cada estrato fisiográfico e de cada sub-região homogénea, considerando a adaptabilidade de um leque alargado de espécies florestais para condições edafo-climáticas que se verificam na região agrária do Entre Douro e Minho, é possível indicar um conjunto de espécies florestais preferenciais para cada (ver tabela 3).

Dentro das espécies referidas na tabela 3, as “*a promover*” são aquelas que se pretendem privilegiar nas acções de expansão e reconversão do património florestal do Entre Douro e Minho, as “*a condicionar*” são as que se pretendem para limitar/reconverter nos estratos indicados.

A nomeação das espécies *preferenciais* não invalida que possam ser utilizadas outras que se adaptem ecologicamente e cumpram a função que se pretende atingir. Entre estas espécies, existem diferentes exigências de solo, exposições, clima e diferentes expectativas de produção, pelo que deverá ter-se em conta esses factores para a sua escolha, nunca esquecendo um “clima em mudança” e se possível uma previsão de mercados de produtos florestais.

Tabela 3 – Espécies florestais preferenciais.

Estratos de Arborização	1- Floresta inserida em espaço agrícola e social		2- Maciços florestais contínuos	
	Espécies Florestais		Espécies Florestais	
	a promover	a condicionar	a promover	a condicionar
1. Vales encaixados (estreitos)	quercíneas, freixo	Espécies de rápido crescimento	quercíneas, freixo	Espécies de rápido crescimento
2. Linhas de água	freixo; amieiro, salgueiro, aveleira, carvalho roble, ulmeiro	Espécies de rápido crescimento e pinheiro bravo	freixo; amieiro, salgueiro, aveleira, carvalho roble, ulmeiro	Espécies de rápido crescimento e pinheiro bravo
3. Cumes e linhas de festo	quercíneas, cupressáceas, pinheiro bravo	Espécies de rápido crescimento	quercíneas, cupressáceas, pinheiro bravo	Espécies de rápido crescimento
4. Afloramentos rochosos				
6. Vales	nogueiras; freixo; castanheiro; carvalho americano; liquidamber; plátano; pinheiro manso; carvalho roble			
7. Encostas com declive até 30-40%	pinheiro bravo; eucalipto (reconversão de povoamentos pré-existent) carvalho americano; carvalho roble; castanheiro; noqueira, plátano, pseudotsuga, cupressáceas (compartimentação)		pinheiro bravo; eucalipto (reconversão de povoamentos pré-existent) carvalho americano; carvalho roble; castanheiro; noqueira, plátano, pseudotsuga, cupressos, cameciparis (compartimentação)	
8. Encostas com declive entre 30-40% e 70-75%				

Nota: o eucalipto é considerado uma espécie de rápido crescimento e por isso carece de autorização (Decreto Lei 175/88 de 17 de Maio) para se proceder à sua plantação.

3.3.4. Valores e recursos culturais

Os valores e recursos culturais referem-se essencialmente aos valores e recursos arqueológicos, arquitectónicos e de interesse turístico. Estes elementos foram tratados individualmente nos seguintes relatórios:

- Relatório 7 – Património Arqueológico;
- Relatório 8 – Património Arquitectónico;
- Carta do Turismo.

Estes elementos serão integrados na Estrutura Ecológica Municipal através dos corredores verdes, pelo que se apresentam resumidamente as suas características.

Os elementos do património arquitectónico integram as seguintes categorias:

- *Categoria A* – Integra os imóveis classificados que constituem servidões administrativas ou seja elementos já classificados como Monumento Nacional e como Imóvel de Interesse Público, cujas zonas específicas de protecção estão já definidas.
- *Categoria B* – Integra os elementos que têm já processos de Classificação a decorrer no IPPAR que constituem servidões administrativas.
- *Categoria C* – Integra os imóveis catalogados pela DGEMN, assim como os elementos isolados que pela sua riqueza, ou pela incidência de pressões sobre as zonas onde se situam, exigem imediata implementação de estudos de pormenor, podendo promover processos de classificação. Aqui se incluem os Aglomerados Rurais Seleccionados. Integra igualmente os elementos agrupados como potenciais valores patrimoniais (dos quais existem notícias documentais ou são indicados pela toponímia) e que deverão constituir referência obrigatória em qualquer actuação sobre as áreas do território em que se situam;
- *Categoria D* – Integra os elementos de *Traça a Conservar*, ou seja todos os elementos registados que resultaram do inquérito desenvolvido pela equipa da Revisão do PDM, com especial incidência no património arquitectónico rural existente no território.

A Carta do Turismo identifica as seguintes categorias de elementos a considerar na estrutura ecológica municipal:

Área de Protecção Turística

As áreas de Protecção Turística, a criar no quadro de instrumentos de gestão territorial em vigor, permitirão facilitar a definição e delimitação espacial e geográfica das áreas com actual vocação turística ou com significativo potencial de futuro desenvolvimento turístico.

Área de Aptidão e Vocação Turística

Estas áreas, pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação, devem poder responder às exigências de novos segmentos de mercado.

Área de Interesse Turístico Relevante

As áreas com potencial turístico relevante, capaz de redimensionar e alterar o quadro da oferta de uma dada região ou espaço desde que potenciado turisticamente, possuem normalmente recursos turísticos por explorar de forma organizada e planeada. Têm potencial para se tornar em áreas de vocação turística desde que potenciadas para o efeito. Podem ser redimensionadas para segmentos de procura ou tipologias de turismo identificadas.

C.1. Área de Interesse Turístico Relevante decorrente da existência de uma actividade endógena onde se verifique uma ligação ao meio e seja um vector de identidade cultural da sociedade e do tecido económico local.

C.2. Área de Interesse Turístico para a promoção de actividade ligadas à interpretação e fruição ambiental, nomeadamente, pedestrianismo, caça, pesca, interpretação e beleza paisagística, golfe e actividades de animação ambiental isoladamente e/ou ligadas com o Turismo no Espaço Rural e Enoturismo.

Estrada Verde

Tem por objectivo elaborar um mapa das estradas verdes fora dos grandes eixos rodoviários que privilegiará o património histórico, arquitectónico e natural. Estas estradas percorrem normalmente as áreas identificadas no ponto C, nomeadamente no ponto C.1. e C.2.

Rotas Turísticas

Estas rotas deverão ser definidas em concertação com a carta arqueológica, a do património arquitectónico e a estrutura ecológica municipal.

Os **Caminhos de Santiago** constituem também um importante valor turístico a considerar, sempre que possível, na definição dos corredores verdes.

Figura 15 – Elementos do património arquitectónico e arqueológico.

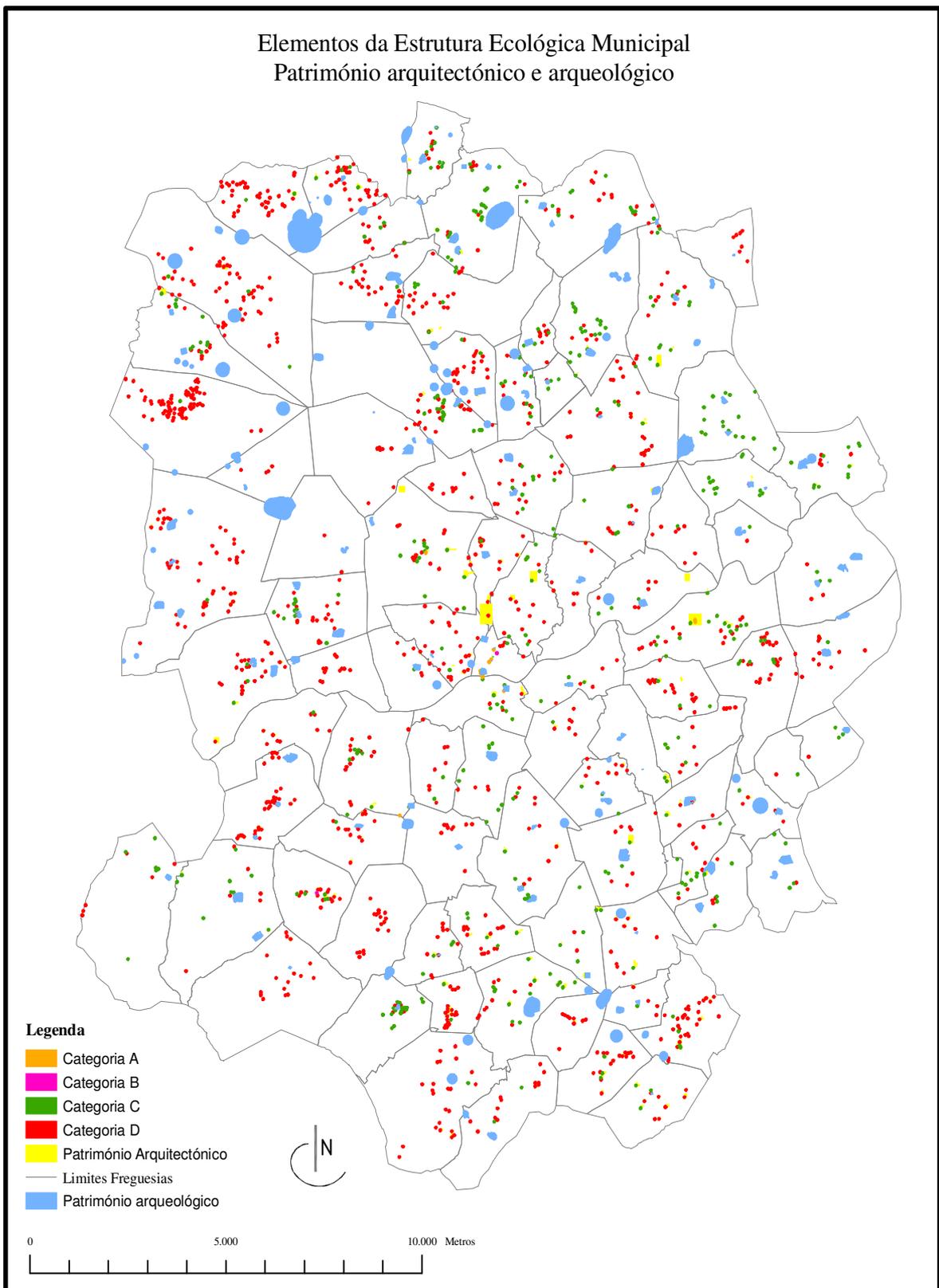
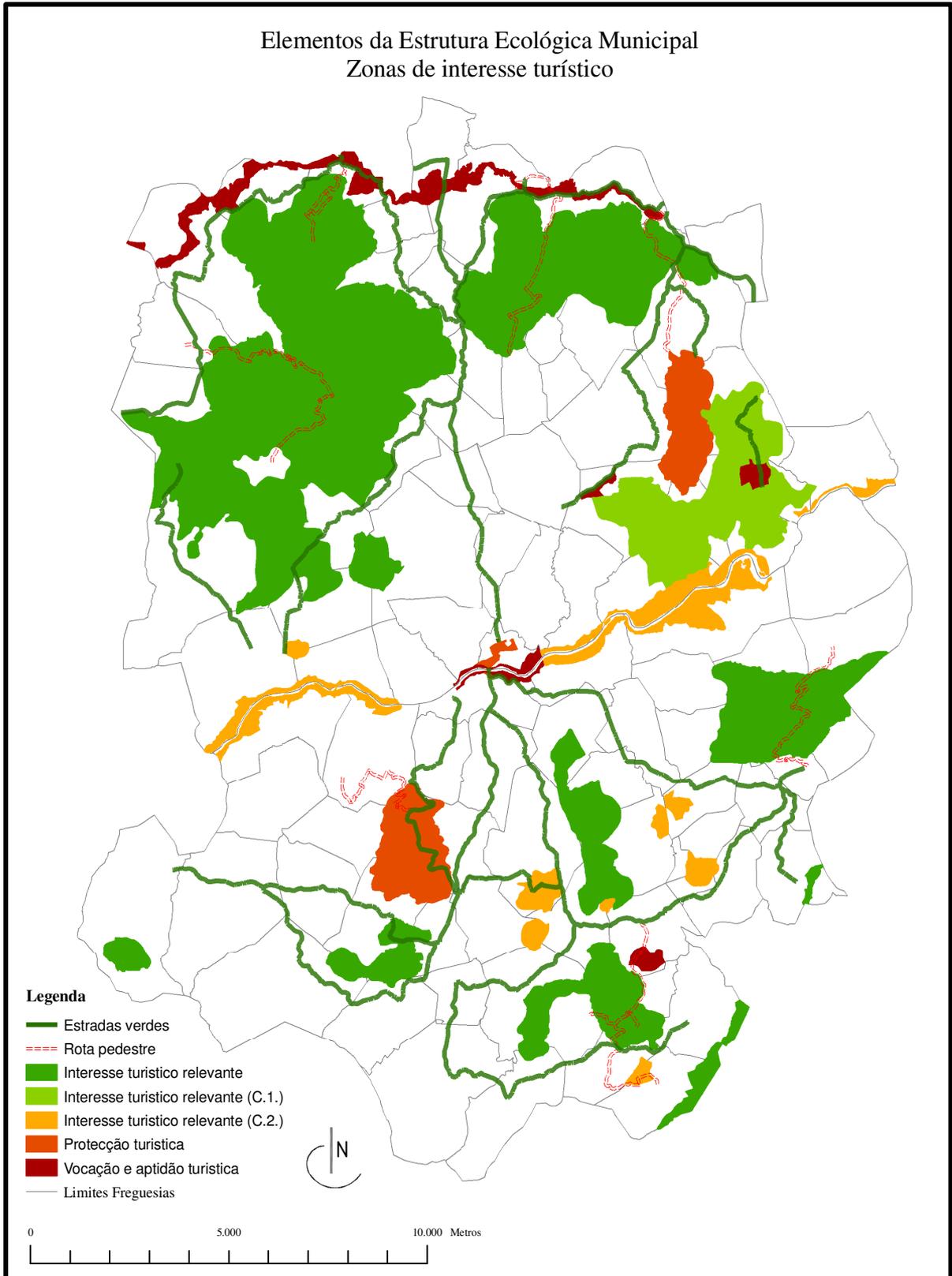


Figura 16 – Zonas de interesse turístico.



3.3.5. Estrutura ecológica urbana

A estrutura ecológica urbana é o conjunto de áreas verdes para uso predominantemente público que asseguram um conjunto de funções ecológicas em meio urbano e ainda com funções de estadia, de recreio e de enquadramento da estrutura urbana. Nesta estrutura englobam-se todos os espaços verdes, designadamente as alamedas, praças, jardins públicos e parques urbanos.

A importância e a dimensão dos espaços verdes de uso público tem evoluído com a dimensão das cidades (Marques, 2004). Na cidade tradicional, contida e compacta, delimitada por rios, conventos e quintas, não existiam de facto mais espaços deste tipo do que na cidade actual. No entanto, a pequena dimensão do núcleo urbano permitia aos seus habitantes um contacto visual e uma grande proximidade física com a paisagem rural. A dependência diária de produtos frescos do campo favorecia a acessibilidade ao campo.

Actualmente o campo e a paisagem rural tradicional vão sendo substituídos por subúrbios fragmentados, social e sensorialmente preocupantes marcados por uma dinâmica comercial volúvel e especulativa que molda a paisagem contemporânea – a paisagem da deslocalização, do não lugar e da cidade região.

Dada a crescente impermeabilização do solo nas cidades, é importante encontrar ligação para os sistemas vivos entre os perímetros urbanos e a paisagem global. Tirando partido dos elementos naturais ainda existentes e dos interstícios permeáveis é possível criar uma rede estruturante de espaços verdes articulados com os espaços impermeáveis. Esta rede de corredores verdes, estruturas lineares da paisagem, de dimensões variáveis, com um metabolismo uno, contínuo e ecologicamente congruente, constitui um sistema diversificado protagonizado pelo coberto vegetal e que integra o solo, elementos da água, animais silvestres e utilizadores humanos e que promovem o fluxo e a regeneração da água doce, do ar e a biodiversidade.

A estrutura ecológica urbana poderá incluir (Costa Lobo, 2003):

1. faixas de protecção (visual, eólica ou de poeiras);
2. parques ou jardins urbanos – zonas verdes;
3. áreas desportivas onde predomine o coberto vegetal;
4. jardins privados classificados (caso, por exemplo, de bairros de moradias com lotes profundos, visando a manutenção da vida selvagem), etc.;
5. logradouros privados ou obrigatoriamente permeáveis;
6. hortejos (áreas com parcelas agricultadas de pequena dimensão para usufruto da população urbana);
7. áreas para-urbanas.

O valor global considerado desejável para a estrutura verde urbana, enquanto equipamento verde, é de 40 m² por habitante. Este valor tem em conta a influência que os espaços verdes têm no controle climático e na purificação da atmosfera urbana, dado que “um ser humano tem necessidade de uma

quantidade de oxigénio igual à que pode fornecer uma superfície foliar de 150 m², ou seja, uma área de 40 m² (Magalhães, 1992).

A estrutura ecológica urbana deverá ser constituída por duas sub-estruturas com os seguintes dimensionamentos:

- Estrutura verde principal – 30 m² por habitante;
- Estrutura verde secundária – 10 m² por habitante.

A estrutura verde principal contempla os espaços verdes localizados nas situações mais favoráveis à sua implantação e inclui as áreas com maior valor ecológico, áreas de REN e de RAN que se localizem na zona urbana e sua periferia. Esta estrutura pretende assegurar a ligação da paisagem envolvente ao centro da cidade e o enquadramento das redes de circulação viária e pedonal através da integração dos espaços que constituem os equipamentos colectivos verdes de maior dimensão e de concepção mais naturalista.

A estrutura verde secundária engloba os espaços públicos adjacentes à habitação, aos serviços, aos equipamentos e às actividades económicas e que, por terem uma utilização diária e dirigida a todos os grupos etários, não devem situar-se para além de uma distância de 400 metros do utente. Esta estrutura representa o espaço verde integrado no “contínuo construído”, de carácter mais urbano.

No âmbito da estrutura ecológica municipal importa assegurar a ligação entre a estrutura verde de âmbito concelhio e a estrutura verde principal, bem como assegurar o dimensionamento desta última em função da população urbana.

3.4. Estrutura Ecológica Municipal e Corredores Verdes

O PDM introduz, nesta revisão, o conceito de corredores verdes enquanto estratégia de desenvolvimento capaz de assegurar a continuidade natural e cultural da estrutura ecológica municipal (ver Anexo VI).

Os corredores verdes têm-se afirmado internacionalmente como um importante instrumento de planeamento e ordenamento do território. São espaços contínuos que ligam, ao longo de corredores naturais como cursos de água, jardins ou áreas florestais, áreas urbanas e rurais e elementos do património paisagístico, arquitectónico e arqueológico.

Enquanto estratégia de ordenamento do território têm múltiplas funções:

- Função ecológica – procuram a salvaguarda da qualidade ambiental e a ligação entre os espaços naturais de modo a assegurar as condições necessárias à sustentabilidade;
- Função económica – constituem a base para a oferta de áreas atraentes para o turismo de qualidade;
- Função social – são espaços privilegiados de recreio, lazer e ocupação dos tempos livres através de uma maior proximidade da população com a natureza;
- Integração da rede de equipamentos desportivos, de lazer e de ocupação dos tempos livres;
- Potenciar os múltiplos usos do espaço rural, nomeadamente o turismo rural, a valorização dos espaços agrícolas e florestais;
- A valorização e a fruição do património arquitectónico e arqueológico por parte dos residentes e dos turistas.
- Ligação entre o espaço urbano e o espaço rural através de uma estrutura pedonável e ciclável que ajuda a criar o sentimento de um território uno, com fronteiras cada vez mais diluídas entre o que é urbano e o que é rural.
- Respostas a novas formas de utilização do espaço como sejam trajectos casa-escola, casa-trabalho, espaços verdes e ocupação dos tempos livres;
- Resposta às actuais necessidades de qualidade de vida em termos de recreio, lazer e desporto, proporcionando uma maior proximidade da população com a natureza e oferecendo ainda áreas atraentes para o turismo e lazer de qualidade

Os corredores verdes englobam ainda caminhos para peões, bicicletas e cavaleiros, trilhos de lazer, miradouros e outras formas de fruição do espaço.

Sendo cruciais na regeneração dos recursos naturais, os corredores verdes são fundamentais para a qualidade de vida humana e para a conservação da diversidade ecológica, nomeadamente para a radiação solar não letal, a água potável, o ar respirável, o solo fértil, o espaço livre acessível, a elevada biodiversidade e a elevada organização espacial.

Enquanto elementos estruturantes da paisagem urbana, os corredores verdes têm como principais funções sustentáveis (Marques, 2004):

- Promoção da qualidade do ambiente e do conforto humano – constituindo sumidouros de CO₂, favorecem a permeabilidade do solo e a circulação natural da água e formam barreiras depuradoras e elementos filtrantes contra ventos e poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual. Constituem também sistemas de moderação microclimática no ecossistema urbano contribuindo para a diminuição das amplitudes térmicas e do albedo, bem como para o aumento da humidade relativa e da drenagem atmosférica, geradoras de brisas.
- Promoção da biodiversidade, contrariando o isolamento das espécies e mantendo e criando oportunidades de habitat e movimento para a fauna e flora silvestres, em todo o espaço do concelho de Barcelos que se caracteriza por uma grande fragmentação da paisagem, quer pela urbanização quer pela rede viária. Esta função tem particular relevância no espaço urbano com uma ocupação predominante por estruturas impermeabilizantes, onde poderão constituir redutos únicos para abrigo, alimento e reprodução. Da diversidade biológica dependem todas as funções de recarga, regeneração e recriação do próprio universo biológico e psicológico, do qual cada um de nós depende.
- Função de recreio, assegurada por múltiplas oportunidades de recreio no exterior, assumindo-se que qualquer pessoa pode entrar e percorrer curtas ou longas distâncias no corredor verde, experimentando variadas situações de paisagem e incorrendo em múltiplas actividades de movimento, contemplação, produção, descanso, etc., em contacto com a natureza, essencial ao bem-estar físico e psicológico;
- Função de integração, enquadramento e valorização paisagística das zonas edificadas e dos elementos do património histórico.

Os corredores verdes urbanos devem integrar “zonas de produção hortícola e agrícola, onde seja possível cultivar alimentos ou cultivar flores, dissipando neuras e ajudando à economia doméstica. Hortas urbanas, bem localizadas e desenhadas, a par com zonas agrícolas mais extensas, constituirão num futuro próximo algumas das tipologias mais interessantes de espaço verdes urbanos, à semelhança do que já acontece noutras cidades europeias” (Marques, 2004).

Os corredores verdes podem constituir uma rede viva de unidades de paisagem que se estende da escala local à escala global, desde o bairro, à cidade, ao concelho, à área metropolitana de Braga, à região, até ao nível nacional através da REN, ligando assim também as áreas protegidas, cumprindo assim o *continuum naturale*, ligando espaços urbanos e rurais.

A continuidade ou conectividade é de facto a sua principal característica, conferindo um carácter unificador à paisagem, distinguindo-se de outras estruturas verdes isoladas.

A estratégia dos corredores verdes pode contribuir significativamente para os objectivos de desenvolvimento turístico do concelho pela manutenção da qualidade ambiental e cultural, da qual o turismo, em última análise, depende, e pelas suas potencialidades enquanto infraestrutura capaz de oferecer uma experiência turística de elevada qualidade ao visitante.

A rede de corredores verdes a definir dentro da estrutura ecológica municipal deverá contemplar várias tipologias:

- Corredores ecológicos, com funções de protecção e valorização ecológica e paisagística;

- Corredores urbanos, com a função de estruturar a malha urbana bem como de equilibrar o crescimento urbano ou suburbano;
- Corredores recreativos, com função predominante de lazer, recreio e ocupação dos tempos livres;
- Corredores cénicos, assegurando a ligação entre os principais valores de qualidade cénica e paisagística;
- Corredores utilitários, assumindo características utilitárias como os corredores ao longo de aceiros florestais que, para além das funções de protecção, constituem estruturas com grandes potencialidades de recreio e lazer;
- Corredores fluviais ao longo das principais linhas de água.

A Carta do Turismo propõe ainda a definição de um conjunto de corredores patrimoniais definidos a partir do centro histórico da cidade, designadamente (ver Anexo VII):

- Corredor patrimonial da pré-história: organização dos espaços arqueológicos concelhios com potencial para serem visitados e fruídos por visitantes. Este corredor pode ser subdividido por categorias, dada a natureza do património arqueológico existente no concelho e que se reporta a esta época. Poder-se-á aplicar aqui a tipologia de percurso pedestre de forma isolada e/ou em integração com outro tipo de rota. Criação de suportes itinerários e de interpretação destes espaços.
- Corredor patrimonial românico: organização dos imóveis cabimentados nesta arte e/ou que tenham elementos relevantes deste tipo de arte de forma a dar a conhecer o vasto património existente nesta tipologia. Criação de suportes itinerários de visita e elementos de interpretação deste património no qual se encontram espaços referência do património românico do Minho como o Mosteiro de Vilar de Frades, a Igreja Torre de Manhente e outros.
- Corredor patrimonial dos solares e casas senhoriais: cabimentação do vasto património existente a este nível de forma a permitir ao visitante o seu conhecimento. Ao mesmo tempo cruzar este Corredor com o produto de Enoturismo e Turismo no Espaço Rural muitas vezes parte integrante destes espaços. Este corredor poder-se-á desmembrar em rotas temáticas de acordo com as diversas tipologias de solares e casas solarengas existentes no concelho. Este corredor pode ser um factor estratégico para o conhecimento do mundo rural e factor de promoção das artes e ofícios tradicionais agrícolas.
- Corredor patrimonial dos santuários e igrejas: em Barcelos existem inúmeros locais dedicados ao culto religioso. Entre eles destacam-se alguns santuários de intensa religiosidade, assim como algumas igrejas de relevante valor e ainda outras de grande riqueza patrimonial mas pouco visíveis. Este corredor visa seleccionar estes locais e organizá-los de forma a permitir ao visitante o conhecimento dos mesmos de forma integrada. Poder-se-á, ainda, dividi-lo em subcategorias dada a natureza diversa dos inúmeros santuários e igrejas existentes. Além disso poderá ainda ser enriquecido com as Festas e Romarias e o património artístico que está inerente a estes espaços. Para além de suportes

itinerários é vital a criação de suportes de interpretação destes espaços de intensa religiosidade nos quais se incluem a Ermida da Franqueira, a Capela de S. Lourenço, o Santuário da Sr.^a da Boa Fé, o Mosteiro da Senhora da Aparecida, o Santuário da Senhora das Necessidades, o Santuário do Senhor do Calvário, o escadório da cruz, a Casa e Túmulo de D. António Barroso entre muitos outros espaços âncora do turismo religioso no concelho.

- Corredor patrimonial do património molinológico e aquífero: a base da economia concelhia, em tempos passados, tinha nas estruturas molinológicas um suporte de desenvolvimento efectivo. Deste vasto património existem inúmeros exemplares no concelho de Barcelos que devem ser tornados visíveis para quem nos visita. Este corredor poderá ser o passaporte para a organização destes espaços enquanto espaços de interesse turístico e símbolos da identidade do concelho. Além disso, as estruturas de rega existentes junto dos inúmeros cursos de água concelhios podem também ser aqui integradas. Estes percursos podem também ser de natureza pedestre, nomeadamente os localizados junto dos cursos de água. Importante para a concretização destes a colocação de sinalização turística e/ou de orientação e a criação de suportes de interpretação destas estruturas.
- Corredor patrimonial da rede museológica local: a criação de uma rota que integre os museus e colecções museológicas particulares é uma forma de proporcionar ao visitante um contacto mais estreito com a realidade passada e actual dos barcelenses, servindo também de veículo de interpretação, de forma mais consentânea com as tradições económicas, culturais e sociais deste povo.
- Corredor patrimonial *city - break*: a cidade, enquanto espaço âncora do património concelhio e como porta de entrada para a realização dos restantes corredores, é também ela um corredor patrimonial a potenciar, de forma a permitir aos visitantes uma melhor interpretação do centro histórico da cidade e da vivência que o mesmo encerra em si. A criação de um percurso monumental citadino é vital para esta estratégia. Este deve contemplar para além do “grande monumento”, indicações sobre a evolução histórica da cidade, as lendas e estórias, a festa e as tradições, curiosidades várias, as figuras célebres, o urbanismo medieval, a toponímia e a sua evolução, os lugares e as casas, o caminho de Santiago de forma que o visitante encontre neste vasto património uma linha de leitura e interpretação dos 700 anos deste condado.

3.5. Metodologia de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal

A metodologia de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal engloba trabalho de gabinete e levantamento de campo.

Depois de definidos os princípios ecológicos e os valores a incluir na Estrutura Ecológica Municipal, procedeu-se à sua sobreposição e impressão sobre os ortofotomapas, designadamente dos seguintes:

- Elementos dos sistemas ecológicos, florestais e agrícolas:
 - RAN
 - REN
 - Rede hidrográfica
 - Curvas de nível
 - Espaços florestais
 - Espaços naturais (PDM em vigor)
- Elementos culturais:
 - Património arquitectónico
 - Património arqueológico
 - Caminhos de Santiago
 - Áreas de interesse turístico

Com esta base, efectuou-se a definição de corredores verdes, vocacionados essencialmente para percursos pedonais ou de bicicleta: partindo da concentração de valores naturais e culturais e seguindo, sempre que possível, através de caminhos, pontos de vista mais altos e áreas que proporcionem sensações de isolamento e que ligam a núcleos rurais e urbanos.

Elaboraram-se ainda os corredores patrimoniais com base nos elementos indicados na Carta do Turismo, privilegiando-se percursos a efectuar em viaturas motorizadas.

Posteriormente foi efectuado o levantamento de campo com o objectivo de verificar no terreno os pressupostos de contemplação dos elementos considerados e de modo a encontrar as melhores possibilidades de restabelecimento da continuidade ecológica e cultural.

4. Análise Ambiental

As políticas ambientais constituem temas “*sine qua non*” da eficácia dos PDM, designadamente as políticas de protecção da biodiversidade, da luta contra a poluição e da sustentabilidade (Costa Lobo, 2003).

Apresenta-se uma análise das principais componentes ambientais, nomeadamente do clima, da qualidade do ar e do ruído, da qualidade do solo e da qualidade da água bem como dos principais factores de degradação da qualidade do ambiente do concelho, designadamente da poluição agropecuária, da poluição industrial e dos incêndios florestais, com o objectivo de contribuir para a definição de uma política ambiental.

4.1. Clima, Qualidade do ar e Ruído

A qualidade do ar e o clima são fundamentais para o bem-estar humano e a ocupação do território influencia ambos.

Do conhecimento do clima local dependem opções importantes para o ordenamento do território como a localização das actividades poluentes do ar, sendo importante conhecer, por exemplo, a direcção e a intensidade do vento. Só deste modo é possível identificar as zonas sujeitas à propagação de emissões gasosas.

Por outro lado, a combinação frequente nas cidades de espaços relvados com algumas árvores, geralmente poucas, intercalados com a vastidão dos espaços impermeabilizados, contribui para alterar o contexto climático local e regional. As cidades passam a observar um mosaico termo-higrométrico muito complexo.

A introdução de fontes energéticas artificiais associadas à natural, o sol, e de sumidouros e de emissores de vapor de água e compostos gasosos, alterou a composição química da atmosfera e, portanto, as suas propriedades enquanto filtro das trocas energéticas entre a Terra e a Atmosfera.

Apesar da proliferação de espaços ajardinados e de espelhos de água contribuir para a qualificação estética dos espaços urbanos, o mesmo não se pode dizer relativamente ao contributo que este tipo de espaços fornecem para a qualidade de vida, como o provam o aumento do stress e das patologias de foro psíquico, alergológico, respiratório e circulatório, testemunhando a inadaptação fisiológica e psicológica aos novos espaços urbanos que construiu.

Deste modo, aponta-se a necessidade de estudos microclimáticos para a área urbana do concelho.

As principais fontes de poluição atmosférica no concelho são algumas indústrias (cerâmicas, por exemplo) e os veículos a motor, especialmente os veículos automóveis. A nível local, a concentração de poluentes depende fundamentalmente das emissões e das condições meteorológicas que condicionam a dispersão. A um nível global contribuem para o aquecimento global do planeta e a destruição da camada de ozono.

Contudo, não existem dados disponíveis sobre a qualidade do ar em Barcelos pois, até ao momento, não foi efectuada nenhuma campanha de medição. Considerando que os concelhos vizinhos de Braga e Famalicão registaram, no Verão de 2004, valores de ozono superiores aos valores de referência (gás muito prejudicial pelo seu elevado poder oxidante com consequências para os pulmões e todas as mucosas do corpo humano, afectando ainda o crescimento das plantas com redução da produção agrícola e florestal), sublinha-se a necessidade da criação de um sistema contínuo de monitorização da qualidade do ar.

Os estudos em elaboração no âmbito desta revisão devem considerar a necessidade de promover a utilização dos transportes públicos e criar infraestruturas viárias verdes, de modo a permitir a sua utilização pelo peão e pelas bicicletas, reduzindo a necessidade de utilizar automóveis particulares (CEU, 2002).

Por outro lado, as actividades potencialmente poluentes devem ser localizadas e concentradas em locais seguros, afastadas das áreas residenciais, e dotadas de infraestruturas de tratamento dos respectivos efluentes bem como de cinturas verdes.

A poluição sonora constitui um dos principais factores de degradação da qualidade de vida das populações. Por esta razão, o ordenamento do território deve ter em atenção as actividades geradoras de poluição sonora, de modo a garantir a redução desta poluição através do planeamento das funções de cada área: áreas de equipamentos escolares, de saúde e de recreio em locais menos afectados pelo ruído e áreas geradoras de ruído como rede viária e áreas industriais em zonas afastadas das primeiras, rodeadas de cinturas verdes e procurando garantir todas as medidas possíveis para a redução da poluição sonora.

O Regulamento Geral do Ruído estabelece que o ordenamento do território “deve assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada, em especial, das funções de habitação, trabalho e lazer”. Este tema é tratado em profundidade na **Carta do Ruído**.

4.2. Qualidade do Solo

O planeamento sustentável, que procura dar resposta às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras, considera o solo como um recurso escasso que deve ser conservado limpo e não poluído.

Sendo um dos recursos para o desenvolvimento urbano, a eficiência do seu uso passa pela prioridade de reutilização de antigas áreas em abandono (industriais, por exemplo, como é o caso das antigas instalações da Fábrica Barcelense e Vouga) em relação a novas áreas de expansão urbana procurando contrariar o alastramento urbano que leva à redução das áreas rurais e à fragmentação da paisagem. Esta tendência de alastramento é especialmente incidente no concelho onde a distribuição do povoamento, disperso por tradição, se tem tornado desordenada e pouco coerente, com consequências negativas para a paisagem rural e dificultando o abastecimento de água e a rede de saneamento.

Relativamente à qualidade do solo, é necessário conservar os solos e as terras mais férteis para a agricultura e as florestas bem como proteger o solo de elevado valor ecológico (permeável, por exemplo) objectivos essenciais da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional e identificar as áreas de risco como áreas propensas a inundações e a deslizamentos de terras, de forma a limitar o seu uso, objectivos essenciais tratados na **Carta de Risco**.

Nas áreas rurais, a poluição do solo tem origem, essencialmente, na poluição agrícola pelo uso exagerado de químicos nas actividades agrícolas, nas silagens e nas descargas das actividades pecuárias. Nas zonas urbanas a impermeabilização excessiva é a principal fonte de preocupação na qualidade do solo, esperando-se que a Estrutura Ecológica Urbana contribua para a sua protecção.

4.3. Qualidade da Água

O sistema hídrico deve ser protegido como um todo, considerando não apenas a água que corre superficialmente mas também as reservas aquíferas, as áreas de máxima infiltração e zonas húmidas.

O concelho apresenta fragilidades importantes devido à sua artificialização, desvio e canalização que interferem no sistema natural de circulação da água. Os principais factores de má qualidade da água no concelho são os despejos de águas residuais provenientes das actividades agro-pecuárias, domésticas e industriais bem como a poluição difusa provocada principalmente pela agricultura.

A qualidade da água é fundamental quer para o consumo humano quer para a sustentabilidade dos sistemas ribeirinhos.

Para além de ser indispensável à vida, a água, juntamente com as margens ribeirinhas, constitui um elemento estruturante natural da paisagem com qualidades paisagísticas e cénicas que devem ser valorizadas através do seu uso como elemento ornamental, de recreio e lazer.

4.4. Poluição Agro-pecuária

A modernização e mecanização dos processos de cultivo tornaram dispensável a maior parte do trabalho braçal, facto que teve grandes implicações na dinâmica do meio rural. De facto, a população activa empregada em actividades agrícolas diminuiu de 11%, em 1991, para 5%, em 2001. Contudo, o surgimento de novas oportunidades de emprego através da instalação de indústrias no meio rural, bem como o aumento e melhoria dos meios de deslocação e de comunicação, têm permitido às populações continuar a habitar no meio rural e a trabalhar na sede do concelho ou em concelhos vizinhos.

Estas transformações trouxeram consigo uma nova mentalidade para a população que continua a querer fixar-se no meio rural de onde é oriunda, dando origem a novas formas de povoamento. Existe também alguma população urbana que, por opção, começa a procurar a sua residência no meio rural. A população que hoje reside no meio rural não tem ali exclusivamente origem, é uma população mais esclarecida, mais exigente e reivindicativa.

Estas transformações económicas, sociais e culturais acontecem num momento em que os agricultores do nosso concelho estão fortemente dependentes da produção leiteira. A bonivicultura do leite tem evoluído no sentido de uma concentração, quer em termos do aumento do número de animais por exploração e a diminuição destas, quer em termos territoriais pela necessidade de racionalização de custos e optimização logística ao nível da recolha de leite.

Esta evolução tem conduzido à deterioração das condições ambientais e territoriais da actividade. De facto, existem hoje no concelho um grande número de explorações leiteiras, cuja actividade se encontra registada nos serviços de agricultura, mas cujas construções não se encontram, na sua totalidade, licenciadas pela Câmara Municipal.

Em termos ambientais, a actual localização e funcionamento de grande parte das construções agrícolas, como as vacarias, tem originado a produção de grandes quantidades de efluentes cujo tratamento e destino final levanta diversos problemas a nível ambiental, nomeadamente:

- a contaminação de recursos hídricos e culturas agrícolas, com microrganismos patogénicos, metais pesados e acumulação excessiva de nutrientes com efeitos directos nos seres vivos consumidores;
- acidificação do solo;
- produção de odores desagradáveis e proliferação de insectos afectando as condições de salubridade;
- emissões de amoníaco que diminuem o valor fertilizante dos efluentes pecuários e, simultaneamente, constituem uma importante fonte de poluição atmosférica, contribuindo para a ocorrência de chuvas ácidas;
- emissões de metano para a atmosfera contribuindo para o efeito de estufa, favorecendo assim o aquecimento global do planeta.

A procura de soluções com vista a um adequado cumprimento das normas ambientais por parte das instalações pecuárias, dependerá quase sempre de investimentos avultados, dependendo a sua realização em grande parte de eventuais apoios públicos disponíveis para o efeito.

Do mesmo modo terá de modernizar-se o quadro legislativo ambiental com vista a melhor compatibilização entre pecuária e ambiente.

A nível dos agricultores, torna-se urgente investir em acções de informação/formação sobre as “Boas Práticas Agrícolas”, que poderão facilmente reduzir significativamente certos impactos negativos das suas actividades.

A produção de odores poderá ser minimizada através da rápida remoção de dejectos através de sistemas de limpeza, utilização de tanques de armazenamento cobertos, bem como a realização de uma correcta ventilação dos pavilhões. Posteriormente, quando da aplicação de chorumes no solo, o espalhamento realizado sob condições climatéricas adequadas, e evitando aplicação em dias feriados e fins-de-semana, poderá contribuir para uma política de boa vizinhança. De igual modo a taxa de aplicação no solo influencia a libertação de odores, não devendo ser ultrapassados os 50m³ de chorume por hectare.

Refira-se que a aplicação no solo dos efluentes das explorações pecuárias como fertilizante (desde que devidamente tratados), tem efeitos benéficos aumentando a produtividade e reduzindo a aplicação de fertilizantes convencionais. No entanto, no caso de explorações com cargas pecuárias muito elevadas, torna-se necessário encontrar soluções técnicas cuja escolha dependerá da sua viabilidade económica em relação à exploração. No caso dos chorumes, a separação das fracções sólida e líquida reduz os problemas de armazenamento e transporte. Poderá ainda ser integrada uma instalação de tratamento biológico de chorumes, com vista à redução de odores, emissão de gases de estufa e produção de energia sob forma de biogás (digestão anaeróbica). Após a digestão, o efluente deverá ainda ser submetido a um tratamento aeróbico complementar (ex.: lagunagem).

Alternativamente, os chorumes podem ainda ser encaminhados para as estações de processamento mesmo que mediante uma taxa. A transferência regional de efluentes é praticamente inexistente no nosso país podendo ser encarada como opção a considerar num futuro próximo conforme acontece já na Holanda.

4.5. Poluição industrial

A actividade industrial no nosso concelho está ligada, essencialmente, à indústria transformadora: é a maior empregadora, ocupando 52% da população residente em 2001, ou seja, 29 127 indivíduos. Destes, 73% dedicam-se à indústria têxtil, 8% à fabricação de produtos minerais não metálicos (quase na totalidade, cerâmicas e olarias) e os restantes 19% dividem-se por outras subsecções da indústria transformadora (dados dos Censos 2001, INE).

Em termos territoriais, a localização das unidades industriais do concelho apresenta alguns impactes, nomeadamente dificuldades de definição de uma estratégia de desenvolvimento da actividade industrial pela sua pequena dimensão e elevada dispersão e ainda pelo aporte de um tráfego desajustado às vias de acesso existentes, uma vez que muitas destas unidades se encontram disseminadas na malha urbana.

Em termos ambientais, a indústria transformadora pode estar na origem de potenciais factores de poluição: águas residuais industriais, resíduos, óleos usados, emissões atmosféricas, ruído, etc.

As águas residuais industriais, de acordo com o D.L. n.º 152/97, de 19 de Junho, são aquelas que provêm de qualquer tipo de actividade e que não podem ser classificadas como águas residuais domésticas, nem sejam águas pluviais.

A indústria têxtil geradora de águas residuais industriais, no nosso concelho, engloba unidades industriais com tinturaria e/ou estampa. As tinturarias rejeitam elevados caudais de águas residuais, pelo que são responsáveis por cerca de 70% do caudal médio total recebido na ETAR de Barcelos. Trata-se de águas com elevada temperatura no ponto de rejeição, e compostas por uma grande mistura de corantes e outros produtos auxiliares de tingimento.

As unidades de estampa apresentam, na sua maioria, caudais muito inferiores aos das unidades com tinturaria, uma vez que são provenientes, essencialmente, da lavagem de quadros; no entanto, são águas residuais mais “concentradas” em termos de sólidos, cor, etc.

A junção das águas residuais industriais com as domésticas origina um efluente mais equilibrado em termos de pH, temperatura e composição, facilitando o seu tratamento na ETAR a jusante, desde que esta esteja concebida para tal. No nosso concelho, as unidades com tinturaria estão identificadas e autorizadas a efectuarem a descarga das suas águas residuais no sistema Interceptor Geral/Estações Elevatórias/ETAR de Barcelos, após estas terem sido sujeitas a pré-tratamento. Pelo menos mensalmente, são efectuadas fiscalizações quanto ao cumprimento dos parâmetros estabelecidos para descarga no sistema e leituras dos medidores de caudal. No caso das unidades de estamparia, existem algumas identificadas e autorizadas a efectuarem a descarga de águas residuais industriais no sistema, existindo, contudo, também, algumas situações de unidades que não se encontram abrangidas pela área de drenagem do referido sistema, pelo que têm de optar por alternativas de tratamento próprio.

Para outro tipo de unidades industriais, como estações de serviço, oficinas, lavandarias industriais, cerâmicas, etc., para cada pedido de ligação e consoante a sua localização, podem ser preconizados diferentes tipos de pré-tratamento para as águas residuais produzidas, para que estas possam ser descarregadas sem afectar o tratamento a jusante.

Relativamente aos resíduos produzidos em unidades industriais, estes são, basicamente, de 2 tipos: equiparados a RSU, e/ou os propriamente ditos resíduos sólidos industriais - os gerados em actividades ou processos industriais, bem como os que resultam das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água – podendo estes ainda serem ou não considerados perigosos.

Os resíduos sólidos industriais equiparados a RSU, se a sua produção diária não exceder 1100 litros, são depositados nos recipientes colocados pela CMB ou, caso seja aplicável, nos recipientes para deposição e recolha selectiva.

Os resíduos industriais não equiparáveis a RSU são da exclusiva responsabilidade do seu produtor, que deverá zelar pela sua deposição, recolha, transporte, armazenagem, valorização ou recuperação, tratamento e eliminação.

4.6. Incêndios florestais

O PROF tem o Baixo Minho como a área de incidência do estudo sobre a problemática dos incêndios florestais. Essa área foi estudada, em pormenor, no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDMFCI). Procedeu-se à transposição das suas recomendações para as sub-regiões que o concelho integra, considerando-se que as indicações para o maciço florestal contínuo aplicam-se também às áreas de floresta de protecção.

Para a sub-região de **maciço florestal contínuo**, o PROF e o PDMFCI propõem que se privilegie a adopção urgente de medidas estruturantes, com a definição de prioridades para a utilização do espaço, que deverá ter um equilíbrio entre a floresta de produção e a de protecção/ambiente. Desta forma convirá direccionar a actuação do Estado para o estabelecimento das necessidades futuras de material lenhoso (tipo e quantidades, mercados, etc.) bem como prever a protecção integral da mancha florestal. O planeamento do ordenamento territorial, o acompanhamento das medidas de acção florestal e a orientação e aconselhamento dos agentes florestais deve ser assumido pelo Estado. Este novo posicionamento do Estado poderá ocorrer em 2 anos, já que se trata sobretudo de mudanças de atitudes e não de meios.

As medidas de silvicultura preventiva, nomeadamente a *reconversão de espécies em algumas áreas* criando corredores de descontinuidade de combustível, aproveitando o facto do pinheiro bravo, como espécie pioneira que é, ter preparado as áreas para a natural sucessão de outras espécies (folhosas caducifóleas, resinosas de folha miúda), ou *reconvertendo os espaços florestais*, integrando o uso múltiplo, criando, por exemplo, zonas de pastagens melhoradas, deste modo promovendo a descontinuidade de combustível num mosaico que privilegia a paisagem, valorizando e protegendo-a, são aspectos fundamentais para uma inversão do problema do incêndios florestais. Esta medida implica o corte de grandes quantidades de material lenhoso, devendo ser aplicada na dita reconversão, pelo menos 75% da receita.

No âmbito das medidas de silvicultura preventiva será também fundamental realçar o papel das *equipas de sapadores* florestais que deverão cobrir a totalidade da mancha em questão (propõe-se um total de 4 equipas para esta sub-região), A junção de várias destas equipas permitirá formar brigadas florestais (verdadeiras forças preparadas para a contenção dos incêndios florestais locais). As equipas de sapadores terão de ser municiadas com a ferramenta de *fogo controlado* que permitirá, durante o Inverno, reduzir o risco de incêndio. Estas equipas são o *pivot* da manutenção ou *beneficiação* das superfícies florestais.

A recuperação de áreas ardidas deve seguir as preocupações atrás manifestadas.

O panorama poderá inverter-se num horizonte de 5 anos e é protagonizado pelos detentores da propriedade florestal, devidamente enquadrados pelo novo posicionamento estatal.

Uma outra medida que convirá ver implementada é a atribuição do *estatuto óbvio de utilidade pública* para estes espaços, favorecendo obviamente as entidades detentoras da propriedade. Por outro lado devem ser criados *fundos florestais* que funcionem como seguro para eventuais perdas por incêndio ou intempérie.

Devem ser equacionados apoios à criação de empresas actuantes na prevenção, detecção e combate de incêndios, atribuindo-lhes, por exemplo, o estatuto de utilidade pública.

Deve ser revisto o tipo de ajudas dado às equipas de sapadores florestais, no sentido de que deixem de depender financeiramente das ajudas a fundo perdido do estado, utilizando, por exemplo uma combinação de benefícios fiscais, créditos facilitados, atribuição do estatuto de utilidade pública, etc..

Este tipo de medidas de carácter financeiro depende da vontade política e a sua adopção pode ser imediata.

As infraestruturas que servem esta sub-região (caminhos, pontos de água, postos de vigia) devem ser beneficiadas regularmente, apontando-se uma periodicidade de 2 anos para os caminhos e pontos de água.

Sendo assumida a actividade dos sapadores florestais deverão ser construídos pequenos e funcionais edifícios de apoio à sua actividade florestal, nomeadamente nos períodos de maior risco de incêndio. Esta medida acompanha o calendário proposto e os protagonistas das medidas de silvicultura preventiva.

A actuação dos meios de combate deve ser revista nestas áreas. As corporações de bombeiros devem privilegiar os piquetes de intervenção rápida e dispô-los dispersos pela mancha florestal. Deve haver uma articulação estreita entre os bombeiros e os sapadores florestais. Nunca esquecer as operações de rescaldo. Os serviços de Protecção Civil devem dotar-se de um conhecimento pormenorizado de todos os meios disponíveis para o combate a incêndios, quer com processos directos como com indirectos (a disponibilidade de maquinaria pesada por si só não é condição suficiente para que a sua utilização seja efectiva, estando dependente da existência operadores experientes). Estas medidas devem ter aplicação imediata, devendo ter repercussões já na próxima campanha de incêndios.

A formação ou educação periódica de grupos específicos que interagem nesta sub-região é um aspecto primordial para que haja maior respeito pela área florestal e menos conflitos de interesses.

Programas de formação florestal devem ser direccionados aos *agricultores, aos caçadores, às comissões de festas, aos presidentes da Juntas de Freguesia e aos bombeiros*. Este necessário trabalho de extensão florestal deve ser realizado anualmente por técnicos preparados pelos organismos estatais. A sua efectividade é medida em décadas, pelo que apontamos um horizonte de pelo menos 20 anos de revalidações das referidas acções de formação.

Finalmente, aponta-se a fiscalização como a medida que vem complementar todas as medidas atrás referidas. A sub-região precisa de maior fiscalização das actividades florestais e do uso múltiplo florestal, sendo apontada a necessidade de um reforço do efectivo de forças de autoridade especializadas em assuntos florestais, A duração da formação de novos elementos capazes de investigar e fiscalizar capazmente os assuntos florestais ronda os 4 meses pelo que propomos um horizonte temporal de 2 anos para dotar a sub-região homogénea de pelo menos 12 elementos.

A monitorização de todos os processos que contribuem para a resolução do problema dos incêndios florestais é também fundamental, nomeadamente na elaboração e utilização dos planos de gestão

florestal, e deverá ser efectuada por equipas de técnicos directamente affectos a células paritárias de decisão.

Concorrendo para a prossecução do objectivo de mudança progressiva das mentalidades das populações desta sub-região, vem o reforço de medidas legislativas que regulem o uso do fogo e obriguem à tomada de novas rotinas que previnam os incêndios. Exige-se nova legislação que regulamente a técnica de fogo controlado e a utilização dos espaços florestais para fins de recreio, que estabilize os processos de realização de fogueiras, queimadas, lançamento de foguetes, que resolva questões operacionais facilitadoras do combate (nomeadamente o acesso a piscinas), que reforce a proibição da deposição de lixos na floresta, que obrigue a beneficiação dos caminhos florestais após a exploração florestal, que defina com clareza as acções de redução do combustível florestal (onde como e quando) e acima de tudo que preveja a obrigatoriedade de manutenção das áreas florestais, com sanções de carácter específico relacionadas ou não com o usufruto da propriedade.

A discussão, que se quer plural, deste tipo de medidas e a sua transposição para lei precisará de um ano para se efectivar. A liderança deste processo deverá ser acometida à autoridade florestal nacional.

Devem estar consagradas facilidades financeiras, sob a forma de *benefícios fiscais para os produtores florestais* que façam gestão florestal, havendo majoração para aqueles que estejam *associados*. As *associações florestais*, elas próprias, devem ter um *estatuto especial de utilidade pública*. Deve ser criado um fundo monetário (contribuições obrigatórias da totalidade dos contribuintes – em última instância todos beneficiamos do pulmão florestal e da incorporação do carbono num recipiente que não a atmosfera) que permita a actuação ao nível municipal nas áreas onde o proprietário se descarta da sua obrigação, não procedendo à manutenção do seu espaço florestal. Para estes casos propomos a coima de 100 € por hectare de território florestal não protegido e um prazo de 15 dias para promover essa protecção. Findo o prazo deve utilizar-se o dinheiro do fundo monetário florestal e accionar as medidas judiciais normais.

Este tipo de medidas de carácter financeiro depende da vontade política e a sua adopção pode ser imediata.

Para a sub-região **floresta inserida em espaço agrícola e social**, o PROF e o PDMFCI sublinham a importância das campanhas de prevenção e informação (televisão, rádio, imprensa, escolas, dia mundial da floresta, dia mundial da criança, etc.) que devem de estar na primeira linha da actuação nesta sub-região. Só com a mudança dos usos e costumes destas populações se consegue diminuir o número exagerado de ocorrências que ocorre nesta sub-região. Estas campanhas devem focalizar os aspectos positivos da floresta, os seus benefícios, o bem-estar que proporciona e a responsabilidade colectiva de manter de forma sustentada os espaços florestais. Devem ser apoiadas as iniciativas privadas que conjurem neste sentido. Podem ser utilizadas verbas do fundo monetário florestal para campanhas nacionais. Neste caso a iniciativa deverá ser da autoridade florestal nacional e a periodicidade das campanhas deve ser anual.

Concorrendo para a prossecução do objectivo de mudança progressiva das mentalidades das populações desta sub-região, vem o reforço de medidas legislativas que regulem o uso do fogo e

obriguem à tomada de novas rotinas que previnam os incêndios. Exige-se nova legislação que regulamente a técnica de fogo controlado, que regulamente a utilização dos espaços florestais para fins de recreio, que estabilize os processos de realização de fogueiras, queimadas, lançamento de foguetes, que resolva questões operacionais facilitadoras do combate (nomeadamente o acesso a piscinas), que reforce a proibição da deposição de lixo na floresta, que obrigue a beneficiação dos caminhos florestais após a exploração florestal, que defina com clareza as acções de limpeza do solo florestal (onde como e quando) e acima de tudo que preveja a obrigatoriedade de manutenção das áreas florestais, com sanções de carácter específico relacionadas ou não com o usufruto da propriedade.

A discussão, que se quer plural, deste tipo de medidas e a sua transposição para lei precisará de um ano para se efectivar. A liderança deste processo deverá ser acometida à autoridade florestal nacional.

A formação de grupos específicos da população que utilizam o espaço florestal deverá constituir uma medida, que consideramos de carácter cirúrgico por se destinar à resolução de problemas pontuais bem identificados. É o caso da formação aos industriais, e seus trabalhadores, que têm a sua fábrica inserida na floresta ou que têm a tentação de depositar desperdícios na área florestal próxima. É o caso da formação a empresários, como é o caso da construção civil ou serviços de mecânica, que podem não respeitar da melhor forma a área florestal próxima. É o caso da formação direccionada às comissões de festas, responsáveis todos os anos pela aquisição e lançamento de determinado tipo de foguetes que reconhecidamente são causa da ignição de muitos incêndios florestais. É o caso da formação a pequenos proprietários que tem agricultura em parcelas junto de áreas florestais e que nem sempre na melhor altura do ano se desfazem do restolho, utilizando o fogo. Este necessário trabalho de extensão florestal deve ser realizado anualmente por técnicos preparados pelos organismos estatais. A sua efectividade é medida em décadas, pelo que se aponta um horizonte de pelo menos 20 anos de revalidações das referidas acções de formação.

A fiscalização como medida que vem complementar as medidas atrás referidas é transversal a todas as sub-regiões. A sub-região em questão precisa de maior fiscalização das actividades florestais, do uso múltiplo florestal e da própria área florestal, sendo apontada a necessidade de um reforço do efectivo de forças de autoridade especializadas em assuntos florestais. A duração da formação de novos elementos capazes de investigar e fiscalizar capazmente os assuntos florestais ronda os 4 meses pelo que se propõe um horizonte temporal de 2 anos para dotar a sub-região homogénea de pelo menos 15 elementos.

A monitorização de todos os processos que contribuem para a resolução do problema dos incêndios florestais é também fundamental, nomeadamente na elaboração e utilização dos planos de gestão florestal, e deverá ser efectuada por equipas de técnicos directamente afectos a células paritárias de decisão. O processo de monitorização deve iniciar-se logo que o PROF esteja concluído. Devem estar consagradas facilidades financeiras, sob a forma de *benefícios fiscais para os produtores florestais* que façam gestão florestal, havendo majoração para aqueles que estejam *associados*. As *associações florestais*, elas próprias, devem ter um *estatuto especial de utilidade pública*. Deve ser criado um fundo monetário (contribuições obrigatórias da totalidade dos contribuintes – em última instância todos beneficiamos do pulmão florestal) que permita a actuação ao nível municipal nas

áreas onde o proprietário se descarta da sua obrigação, não procedendo à manutenção do seu espaço florestal. Para estes casos propõe-se a coima de 100 € por hectare de território florestal não protegido e um prazo de 15 dias para promover essa protecção. Findo o prazo deve utilizar-se o dinheiro do fundo monetário florestal e accionar as medidas judiciais normais.

Este tipo de medidas de carácter financeiro depende da vontade política e a sua adopção pode ser imediata.

A adopção de medidas estruturantes, com a definição de prioridades para a utilização do espaço, deverá ter um equilíbrio entre a floresta de produção de madeira nobre e a de recreio. Desta forma convirá direccionar a actuação do Estado para o estabelecimento das necessidades futuras de material lenhoso (tipo e quantidades, mercados, etc.) bem como prever a protecção integral da área florestal que se prevê cada vez mais frequentada pelas populações limítrofes. O planeamento do ordenamento territorial, o acompanhamento das medidas de acção florestal e a orientação e aconselhamento dos agentes florestais deve ser assumido pelo Estado. Este novo posicionamento do Estado poderá ocorrer em 2 anos, já que fala-se sobretudo de mudanças de atitudes e não de meios.

Finalmente não se pode negligenciar medidas de silvicultura preventiva nomeadamente no estabelecimento de *redes de corredores florestais*, onde se privilegiam as *madeiras nobres* menos susceptíveis à propagação de incêndios florestais. A gestão florestal das áreas florestais associadas deve ter em conta as equipas de *sapadores florestais* (total de 10 equipas), que são o elemento fulcral da manutenção ou *beneficiação* das superfícies florestais. A utilização da ferramenta do fogo controlado terá também nesta sub-região um papel de relevo. Prevê-se um horizonte de 5 anos para a implementação desta medida e deverá ser protagonizada pelos detentores da propriedade florestal associados, devidamente enquadrados pelo novo posicionamento estatal.

Considerações Finais

O objectivo deste estudo é promover os elementos biofísicos e ambientais existentes no concelho, uma vez que o crescimento tende a simplificar os ecossistemas e ir ao encontro das necessidades das populações, dotando o espaço em que estas vivem com infra-estruturas capazes de as satisfazer e aumentar a qualidade da sua vivência.

Assiste-se a uma crescente importância de uma gestão eficiente da dimensão urbana e ecológica como sendo um dos domínios mais importantes de construção das diversas componentes da competitividade territorial. Assim, foram projectados numa extensão de 175,7 Km corredores verdes, o que corresponde a 5,9 Km² de área onde se assegura a conservação da Natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes *habitats*, nomeadamente através da compartimentação e diversificação das paisagens, de modo a estabelecer um *continuum naturale*.

A extensão de corredores verdes é constituída por:

- 42 Km de percurso de água (Rio Neiva e Rio Cávado);
- 23 Km de percurso em asfalto;
- 28 Km de percurso em paralelo;
- 79 Km de percurso em terra batida (podendo o percurso ser realizado por automóvel);
- 3,7 Km de percurso em terra batida, cujas características o transformam em pedonável.

Desta forma, contribui-se para a protecção dos leitos dos rios e das ameaças de cheias, da floresta contra os incêndios e degradação das espécies, preservação das áreas de cultivo e pastagem contra os baldios e uma requalificação dos núcleos rurais.

Do prisma patrimonial, possibilita-se a requalificação e integração dos seus componentes (Igrejas, Capelas, Solares, Acervos Românicos, Museus e *City-Tour*) permitindo uma nova dinâmica turística, conseguida através da implantação dos vastos 438,4 Km de corredores patrimoniais e pelo despertar das consciências das populações locais que passam a observar os espaços requalificados como uma mais valia tanto para a povoação como para proveito próprio, uma vez que um acréscimo no turismo impulsiona a economia do concelho.

Os corredores patrimoniais são constituídos por:

- 189,9 Km pelo trajecto do corredor do Turismo Religioso;
- 127,7 Km pelo trajecto do corredor dos Solares;
- 83 Km pelo trajecto do corredor dos Acervos Românicos;
- 34,2 Km pelo trajecto do corredor de Museus;
- 3,3 Km pelo trajecto do corredor do *City-Tour*.

Deste modo, procura-se persuadir os indivíduos à descoberta da história do meio, de modo a que possam criar uma relação de cumplicidade e compreensão de aspectos peculiares e importantes dos locais que percorrem.

Bibliografia

Atlas do Ambiente Digital, Instituto do Ambiente.

Cabral, F.C., O *Continuum Naturale* e a Conservação da Natureza, in Conservação da Natureza, Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 1980.

Conselho Europeu de Urbanistas, TRY IT THIS WAY: Desenvolvimento sustentável ao nível local. Guia do Conselho Europeu de Urbanistas. Versão Portuguesa. DGOTDU, 2002.

Costa Lobo, M.; Rolo Duarte, P.P., Planos Directores Municipais em fase de transição. Cadernos INA, n.º 7, 2003, Instituto Nacional de Administração.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, ENDS 2002, Versão para Discussão Pública.

Magalhães, Manuela Raposo, Espaços Verdes Urbanos, Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1992.

Magalhães, Manuela Raposo, Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade. Editorial Estampa, 2001, 525 pp.

Magalhães, Manuela Raposo; Silva, A. P. G.; Cunha, N. S.; Campo, S.L., Delimitação da Estrutura Ecológica Municipal de Loures. Métodos de Análise Espacial para Interpretação da Paisagem. VI Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica, 2001.

Magalhães, Manuela Raposo, O ordenamento dos espaços “naturais” à escala metropolitana. Comunicações do Seminário Internacional sobre Corredores Verdes, Coimbra, 2001.

Marques, P. F, Vias Verdes na cidade. Estrutura ecológica ao nível do perímetro urbano. Revista Arquitectura e Vida; nº 51, Julho/Agosto; 2004.

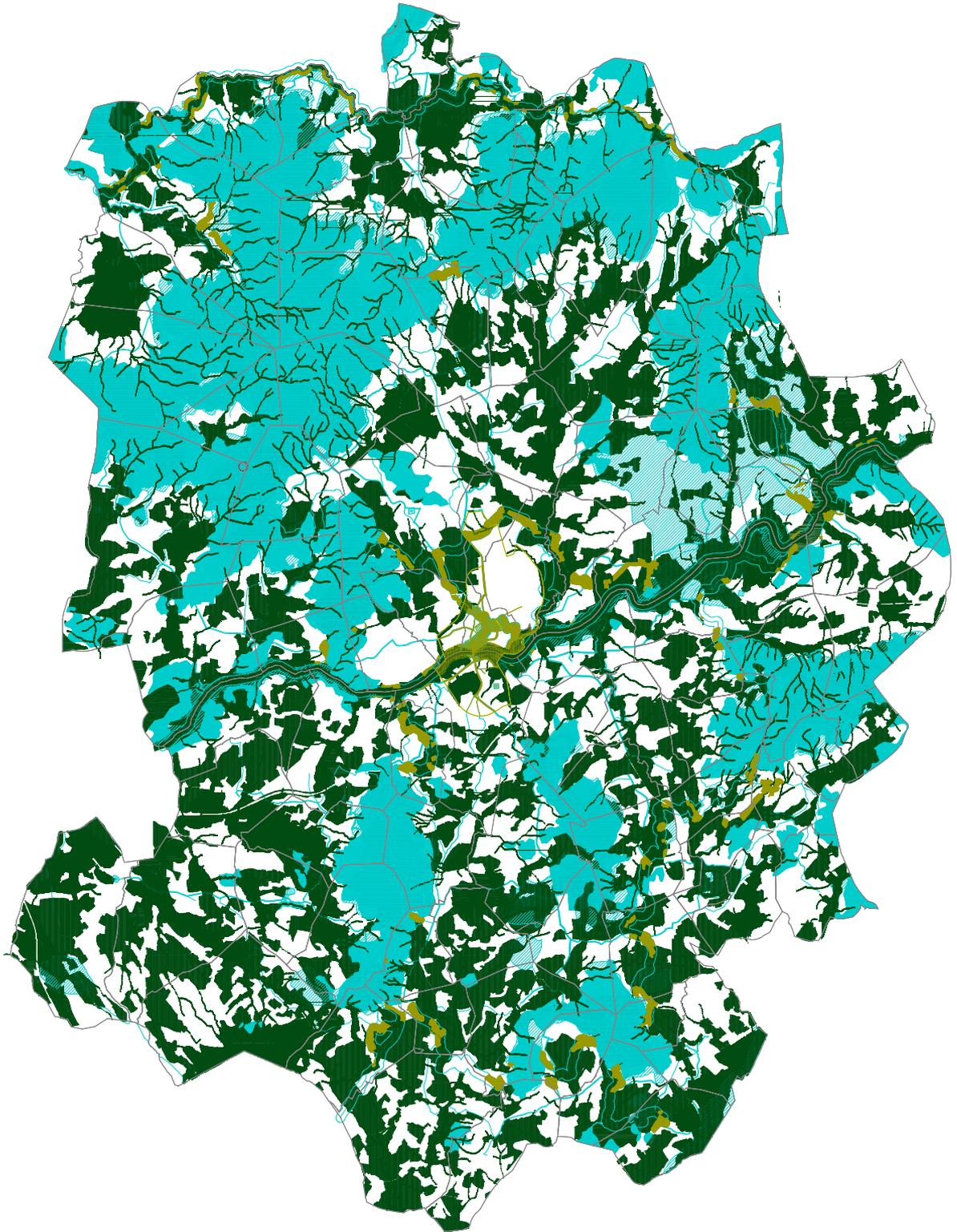
Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Município de Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 2006.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho, Direcção Regional de agricultura de Entre Douro e Minho, 2003.

Saraiva, Maria da Graça Amaral Neto, O Rio como Paisagem. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. 1998, Lisboa. 497 pp.

Carta da Estrutura Ecológica Municipal

Estrutura Ecológica Municipal



Legenda

-  Estrutura Ecológica Fundamental
-  Estrutura Ecológica Urbana
-  Estrutura Ecológica Integrada
-  Limite de Freguesias



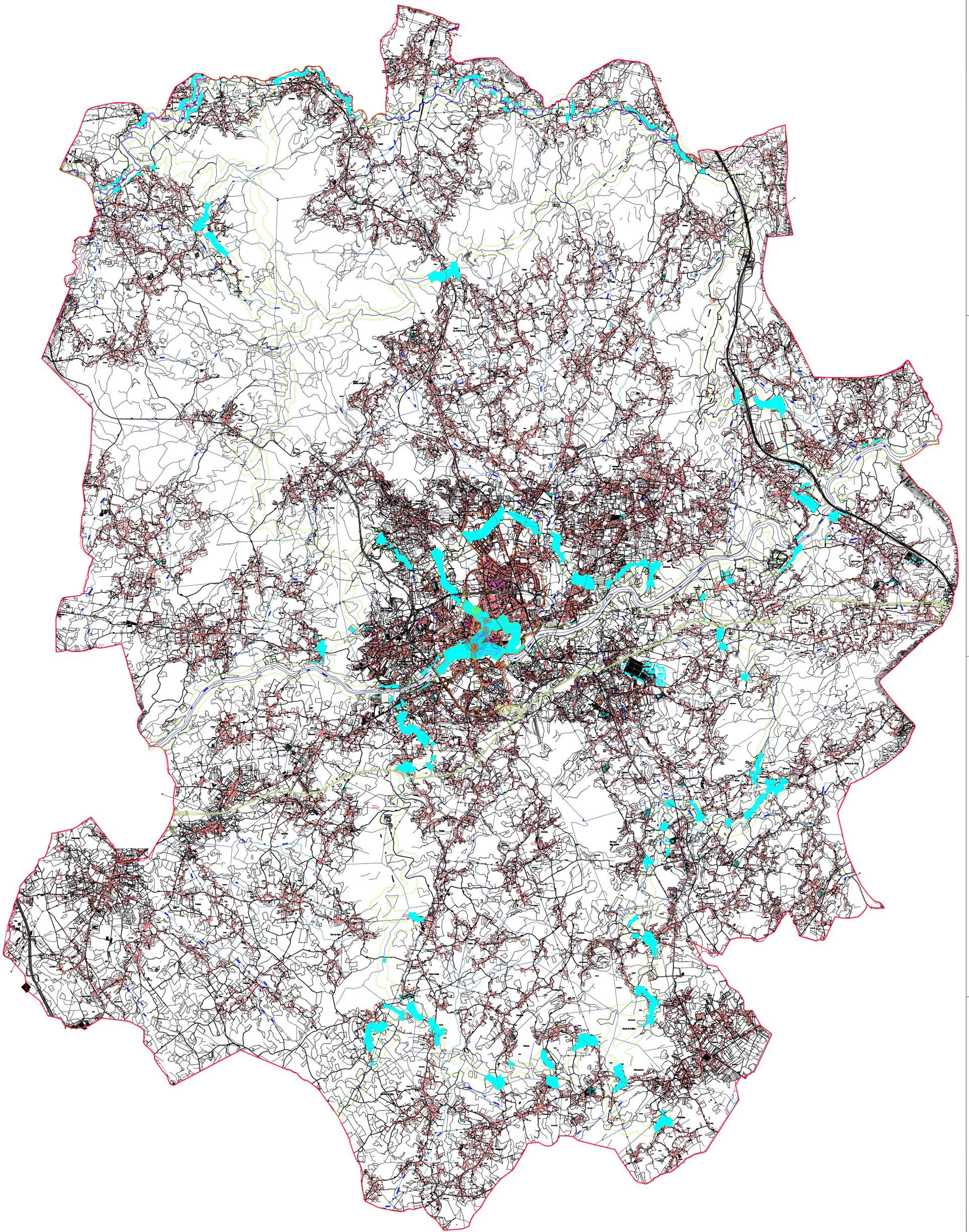
Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO I





LEGENDA

- | | |
|--|--|
|  Estrutura Verde Principal
(E.F.Fundamental e E.F.Integrada) |  Corredor Verde |
|  Estrutura Verde Secundária |  Perímetro Urbano |
|  Espaço Aberto |  Limite do concelho |
|  Espaço Verde | |

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BARCELOS - REVISÃO

2002 - 2006

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
Estrutura Ecológica Urbana
Escala 1:50.000
Projeção UTM



CONCELHO

ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA



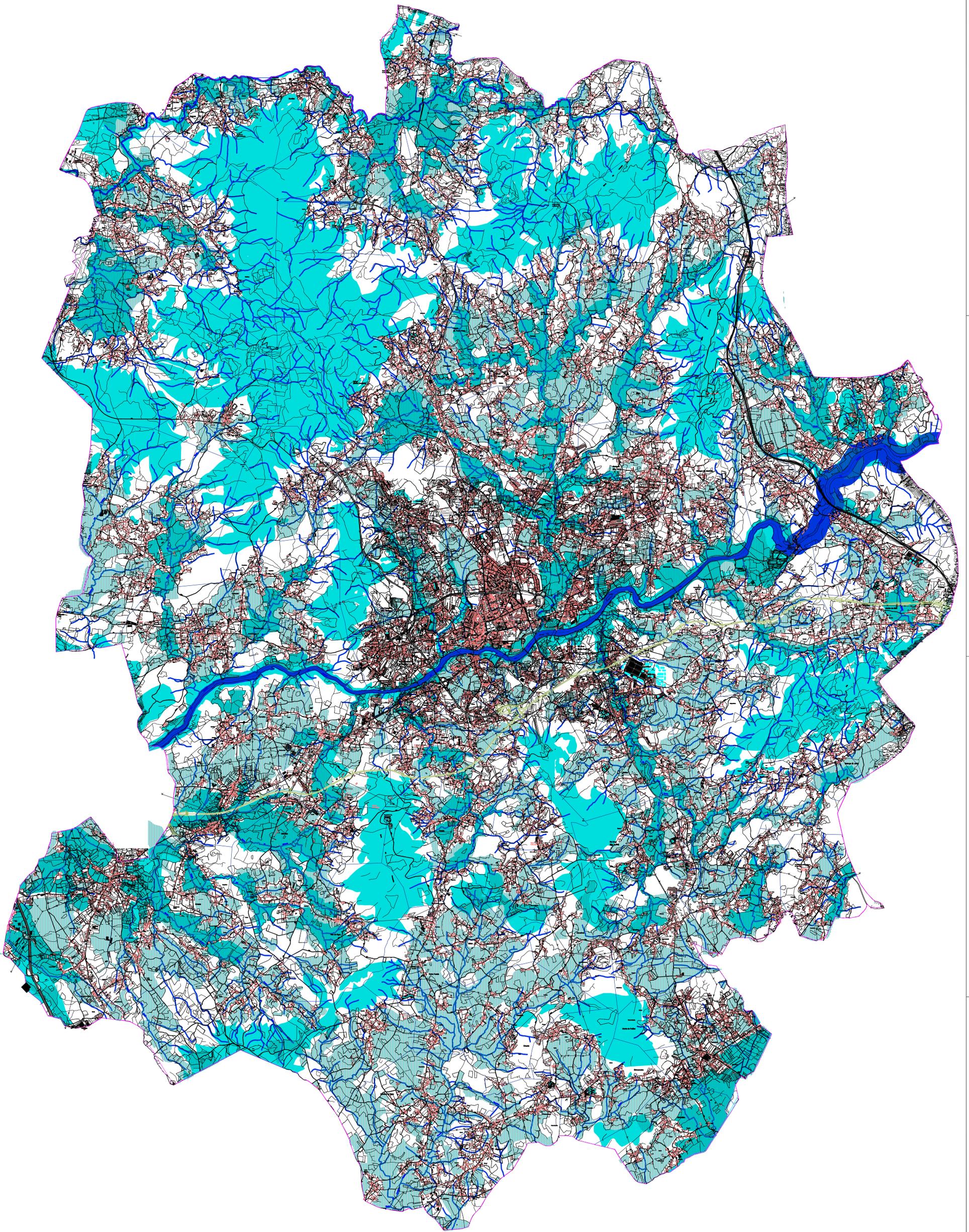
Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO II





ESTRUTURA ECOLÓGICA FUNDAMENTAL



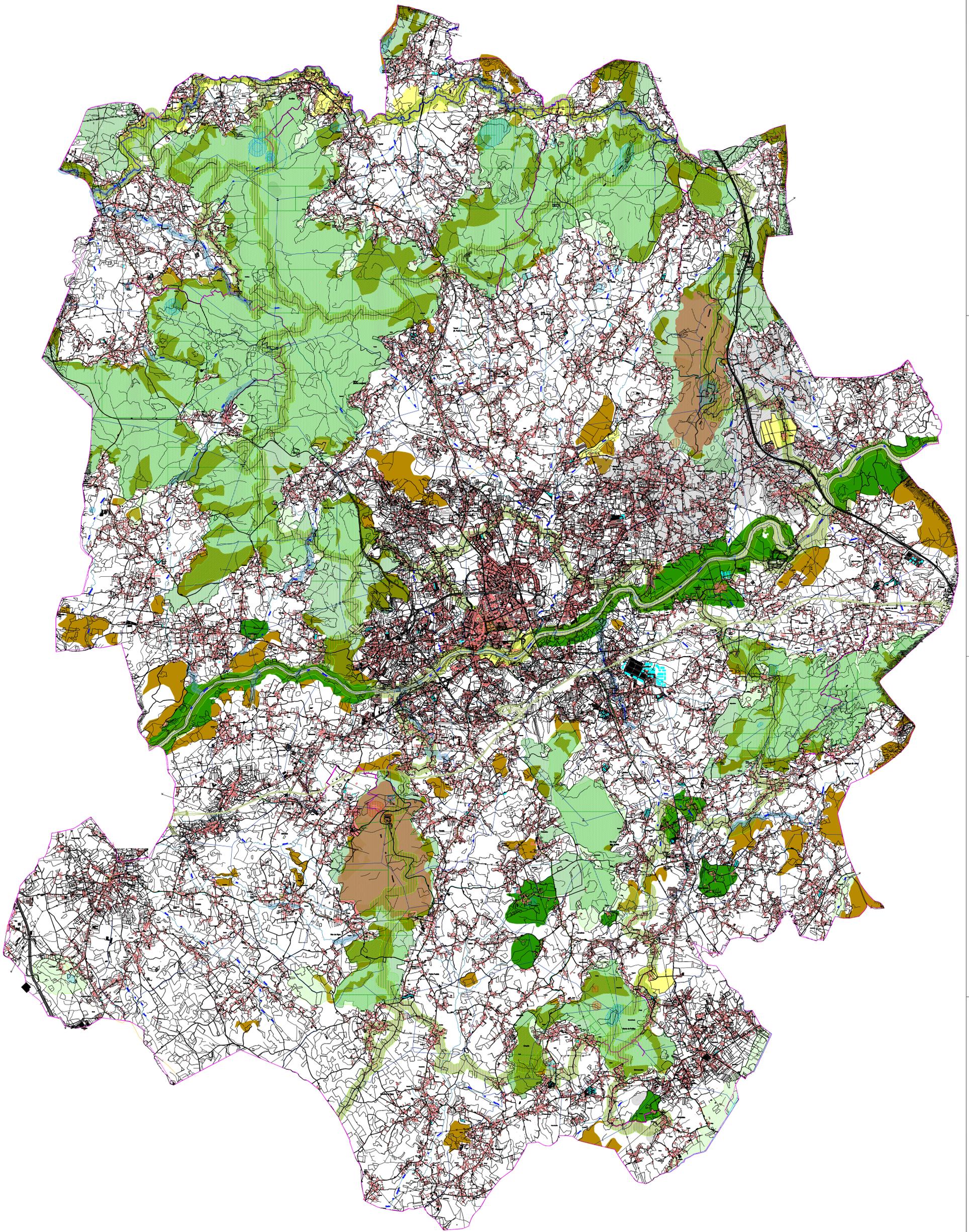
Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO III





ESTRUTURA ECOLÓGICA INTEGRADA



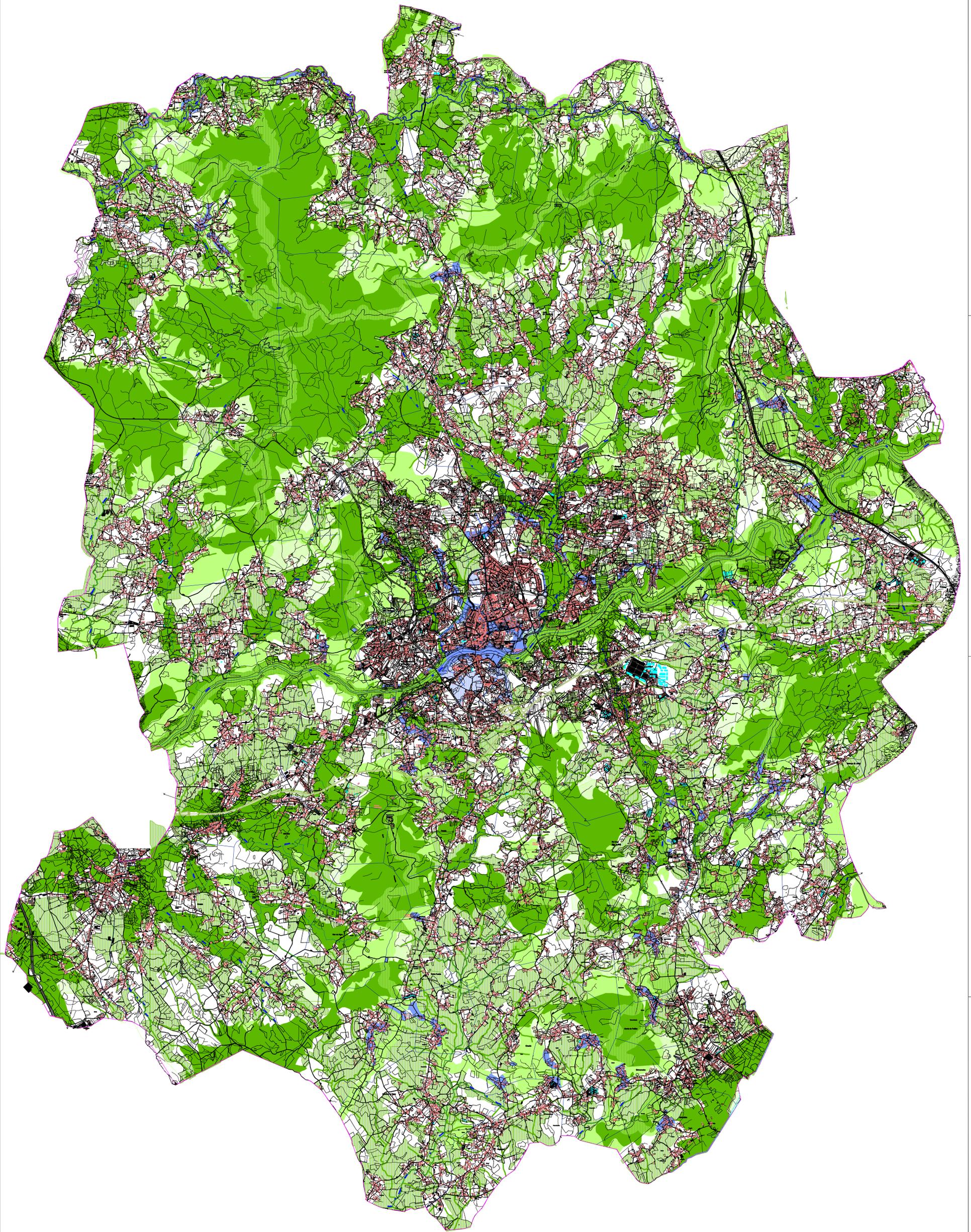
Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO IV





ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL



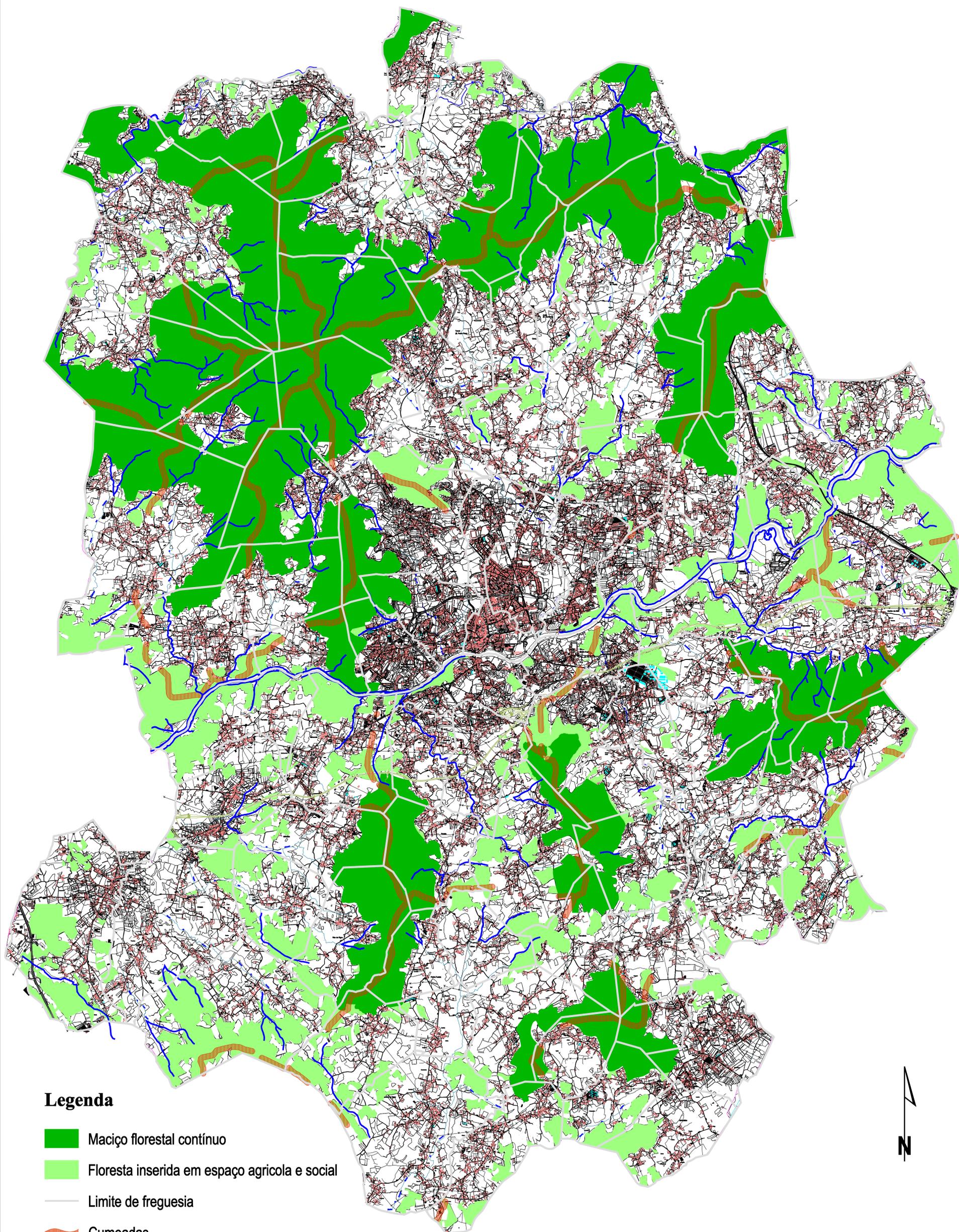
Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO V





Legenda

-  Maciço florestal contínuo
-  Floresta inserida em espaço agrícola e social
-  Limite de freguesia
-  Cumeadas
-  Linha de água



CARTA FLORESTAL



Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO VI



CORREDOR DOS ACERVOS ROMÂNICOS

Elementos constituintes dos acervos Românicos mais importantes no concelho de Barcelos:**RAN01****Igreja Românica – Abade de Neiva**

Monumento Nacional – 1927

Importante marco do estilo românico na bacia do Cávado. Não tanto pela sua dimensão, mas antes pela forma como os seus espaços estão organizados e pelos elementos decorativos que a compõem. Atribui-se a sua construção à Rainha D. Mafalda, esposa de D. Afonso Henriques, que teria idealizado aí a edificação de um Mosteiro.

Templo simples e amplo, que exhibe, na sua globalidade, um forte carácter medieval de feições românicas, visíveis nas soluções utilizadas na sua construção e ornamentação.

Caracteriza-se o seu interior por ter uma só nave, de planta rectangular, com a capela-mor a apresentar o mesmo tipo de configuração geométrica. Salienta-se na sua fachada, o profundo óculo redondo; o seu pórtico, sem tímpano, com quatro ordens de colunas, com capitéis finos e historiados, de arco levemente apontado e está ladeada, a sul, por uma torre sineira de tipo senhorial.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986.

GOMES, Paulino e SILVA, João Belmiro Pinto da, *Barcelos princesa do cávado...*, Anégia, 1998.

RAG01**Ponte das Tábuas – Aguiar**

Terá sido primitivamente uma ponte de madeira, já documentada no século XII esta ponte em pedra, tem dois amplos arcos levemente apontados, ligeiramente disposta em cavalete, com talha-mar e talhante (em avançado estado de degradação).

GOMES, Paulino e SILVA, João Belmiro Pinto da, *Barcelos princesa do cávado...*, Anégia, 1998.

RAL01**Ponte Românica de Anhel – Alheira**

Ponte com três arcos de volta redonda, onde estão evidenciadas características do estilo românico.

RAV01**Igreja de Vilar de Frades – Areias de Vilar**

Monumento Nacional – 1910

Trata-se de um antiquíssimo e majestoso monumento. Belíssimo exemplar da arquitectura religiosa no nosso país, edifício que reflecte na sua essência, o estilo manuelino, ladeado à esquerda, por uma torre sineira, e ao nível térreo à sua direita por um pórtico românico.

A Igreja de São Salvador de Vilar de Frades integrou o extinto convento dos Lóios, que foi nas suas origens mais remotas, um mosteiro Beneditino. Desses tempos antigos apenas resta um pórtico em estilo românico, que não é consensual para os historiadores, na medida em que foi já considerado como se tratando de um pórtico neo-românico do séc. XIX, portanto, um revivalismo do período anterior.

Trata-se de um pórtico de dimensão considerável, de arcada semicircular e com três arquivoltas, muito bem ornamentadas com explícitos elementos da simbologia românica. Estando aí retratados, passos bíblicos e outros temas figurativos que representam toda a lógica cristã, moral e aura de mistério da referida época, em temas como: o bem e o mal, o fantástico e o bestiário medieval.

Em síntese, a grande qualidade deste pórtico, reside no facto de conter elementos, muito expressivos, relativos a este estilo e período da história da arte.

GOMES, Paulino e SILVA, João Belmiro Pinto da, *Barcelos princesa do cávado...*, Anégia, 1998.

RBL01**Igreja Paroquial – Balugães**

Perto do Monte da Caramona, encontra-se a antiquíssima Igreja Paroquial de Balugães, que possui fortes traços do românico na sua expressão rural.

RBC01**Igreja Matriz – Barcelos**

Monumento Nacional – 1927

É um dos mais belos monumentos do centro histórico de Barcelos reflexo de várias épocas e estilos da nossa história. Porém, é no estilo românico que tem as suas raízes.

A sua fachada é ampla, tem uma grande rosácea e está ladeada a sul por uma torre sineira. Enquadrado entre dois salientes contrafortes está o seu portal, em arco quebrado globalmente em estilo gótico, composto por quatro colunelos de cada lado, de bases pequenas, de fustes longos, com

capitéis finos e decorados e as suas arquivoltas embelezadas com flores-de-lis e com o escudo condal de D. Pedro 3º Conde de Barcelos.

O seu interior é um espaço amplo, de três naves, com cabeceira tripartida e várias arcadas, que assentam em pilares baixos, em forma de cruz e, em cada um deles, várias colunas adossadas. É nestas onde se encontram vestígios muito evidentes da presença do românico, em temas que vão desde o Agnus Dei, ao ginasta com corda, a animais e vegetação diversos.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Barcelos, Cidades e Vilas de Portugal*, Presença, 1990.

RCS01

Ponte da Caridade – Cossourado

Numa das extremidades do concelho, na freguesia de Cossourado, encontra-se um belo exemplar românico patente na sua pequena ponte em arco de volta redonda.

RMA01

Igreja de São Martinho e Torre anexa – Manhente

No local onde está implantada esta igreja, existiu em tempos um mosteiro cujo couto fora concedido por D. Afonso Henriques, em 1128, conforme se verifica da inscrição patente na sua parede lateral.

Do antigo corpo desta igreja, datada do séc. XII, pouco resta. Contudo, na sua fachada ao lado do portal principal, ainda se encontra a inscrição que recorda o Mestre Gonçalo, seu edificador, no ano de 1117.

É neste, discreto, portal em arco de volta redonda que se verificam vários elementos românicos, composto em cada um dos lados por três grossas colunas, com três arquivoltas e capitéis, ricamente ornamentados como motivos vegetalistas.

A torre anexa é um elemento muito interessante, possui planta quadrada, dois andares e no topo está decorada com vários merlões pontiagudos, tem ainda uma porta em arco redondo que, possivelmente, esteve ligada à igreja por um passadiço.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986.

GOMES, Paulino e SILVA, João Belmiro Pinto da, *Barcelos princesa do cávado...*, Anégia, 1998.

RPQ01**Igreja Velha – Panque**

No local onde agora se encontra situada a Igreja Velha de Panque, foi em tempos da extinta paróquia de Mondim. Terão existido aí, de acordo com diversos achados arqueológicos, outros cultos anteriores ao cristianismo, nomeadamente um templo pré-romano e outro suevo-visigótico. Mais tarde em pleno séc. XII, é nesse local construída a igreja que chegou aos nossos dias.

Trata-se de um local cuja tipologia de construção é extremamente simples, no entanto, evidencia a grande implementação que o estilo românico teve no norte do país, nos meios mais fortemente, marcados pela ruralidade.

GOMES, Paulino e SILVA, João Belmiro Pinto da, *Barcelos princesa do cávado...*, Anégia, 1998.

RPR01**Ermida da Franqueira – Pereira**

Terá sido apenas uma pequena ermida, situada no espaço da actual capela-mor, cuja fundação se atribui a Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques.

Na cabeceira da capela, verificam-se alguns vestígios decorativos que denotam a presença de elementos da iconografia românica, patentes na sua cachorrada. Todavia, este local reflecte no seu conjunto a presença de marcas arquitectónicas posteriores. No seu interior que é simples e sóbrio, destaca-se o altar de jaspe com três colunas da referida pedra, oferta de D. Afonso, 8º Conde de Barcelos, que o trouxe de Ceuta em 1415.

Bibliografia consultada:

FONSECA, Teotónio da, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, Barcelos, 1948

RRLE01**Igreja Paroquial Rio – Covo Sta. Eulália**

A actual Igreja Paroquial de Rio Covo Sta. Eulália, edificada no final do séc. XVII, é essencialmente de estilo barroco. A anterior igreja matriz, capela-mor da actual, designada por Capela de Águas Santas, situava-se no Lugar de Águas Santas, e era muito visitada por romeiros e peregrinos que aí passavam para venerar a Santa Maria de Águas Santas e tomar banhos na sua fonte, pois eram águas detentoras de surpreendentes qualidades terapêuticas.

É um templo modesto com um único portal na sua fachada, encimado por uma ampla janela e um relógio, estando ao seu lado direito a torre sineira construída em 1752. A capela-mor está revestida de azulejos, distinguindo-se a data de 1619 no seu arco cruzeiro. Na sacristia encontra-se um lavatório em granito, com a figura de Neptuno montado num Golfinho, lendo-se a data de 1748.

Também desta época, é a capela da Nossa Senhora das Dores pertencente à confraria do Sacramento, sendo a grande parte dos materiais para a sua edificação provenientes de Águas Santas.

RTSL01

Vestígios da Igreja Românica – Tamel Sta. Leocádia

A Igreja Românica de Tamel Sta. Leocádia foi toda restaurada e ampliada entre os anos de 1980 e 1983, no entanto, conserva ainda alguns elementos românicos, nomeadamente na estrutura da sua capela-mor. Segundo dados bibliográficos, acredita-se que a edificação desta igreja resulta de um reaproveitamento de materiais de uma igreja visigótica ou moçarábica, destruída durante o séc. VII e VIII aquando da invasão dos mouros.

Para além dos vestígios arquitectónicos aqui encontrados, esta igreja possui outros elementos patrimoniais igualmente de grande interesse, nomeadamente a pia baptismal facetada em 12 palmos, os capitéis de pilastra e o seu pé de altar.

RVC01

Mosteiro de Banho – Vila Cova

Pertenceu aos cónegos regrantes de Santo Agostinho, encontrando-se documentado desde o século XII. Sofreu no início do século XIX grande destruição e, actualmente, são escassos os vestígios deste monumento. Além de algumas pedras decoradas que se encontram no Museu Arqueológico e na freguesia de origem, de pé conserva-se apenas, a capela-mor, de planta circular, já sem a abóbada, datando esta, possivelmente, do século XIII.

A igreja deste Mosteiro é, portanto, o elemento românico a destacar. Foi em tempos, de pequena dimensão, planta circular e de uma só nave. Com uma proeminente fachada ocidental que, por terminar em empena recta lhe conferia o aspecto de uma torre, tinha ainda, um grande portal, composto por seis colunelos que apoiavam arcarias decoradas. Detinha aí uma espécie de galilé com uma abóbada de pedra, que se unia a outra empena e subia a toda a altura da igreja. Existindo uma escadaria interior, que subia até à parte superior da abóbada, formando o coro alto desta igreja que estaria revestido a madeira. Na parte inferior da galilé estava uma pia baptismal. Salienta-se ainda, o portal principal que teria no seu tímpano esculpido o Agnus Dei.

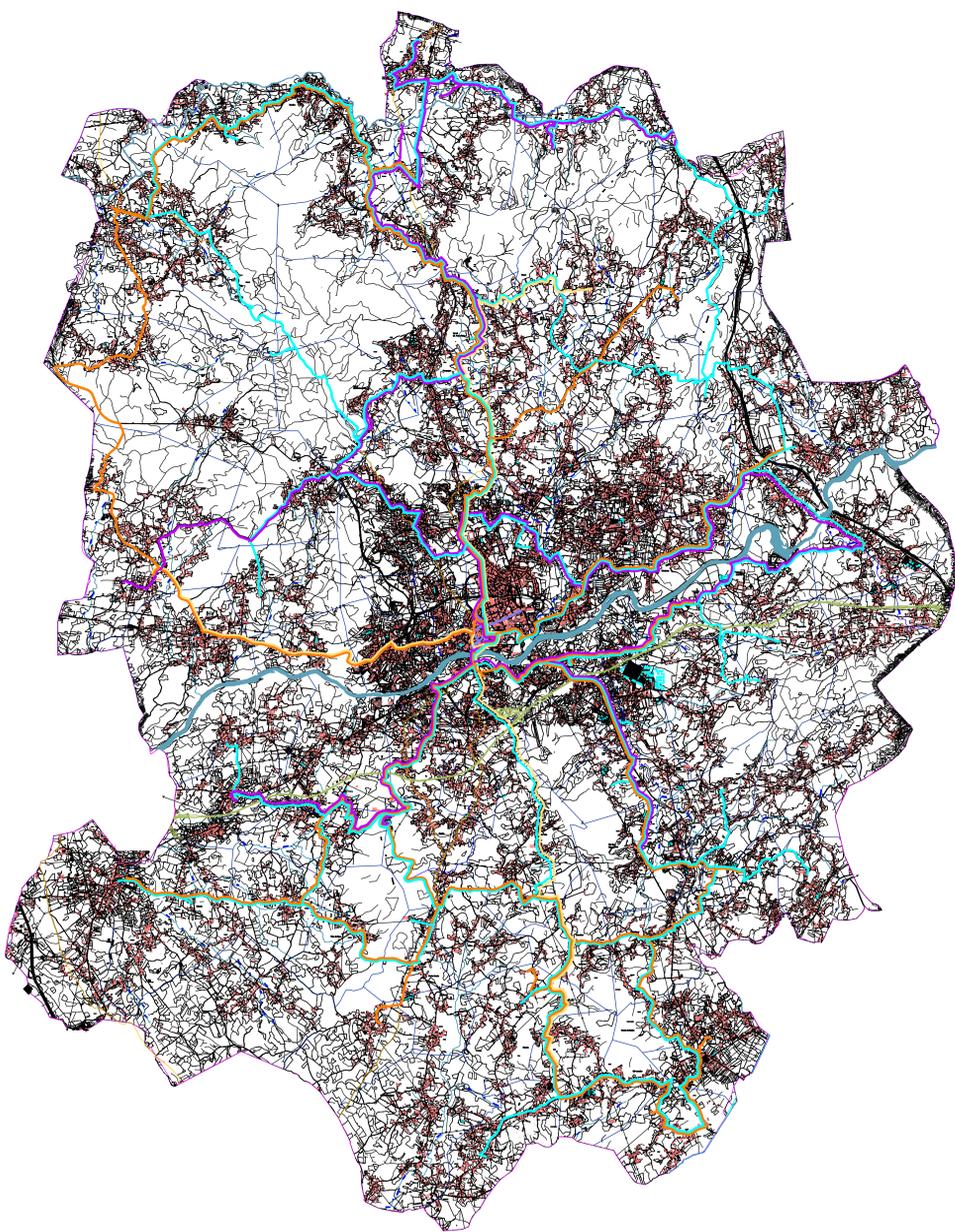
Bibliografia consultada:

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986.

RVS01

Igreja Paroquial – Vila Seca

Originalmente, a Igreja Paroquial de Vila Seca era um templo românico, encontrando-se ainda hoje alguns vestígios. Actualmente, em consequência das inúmeras intervenções, a sua configuração é bem diferente, apresentando uma frontaria simples, com um portal principal, encimado por uma larga janela. Ao lado direito da fachada, observa-se uma sólida torre, com um relógio. A tribuna do altar-mor é em estilo renascença, assim como os dois altares junto ao arco cruzeiro, os outros dois altares do corpo da igreja são modernos. O tecto do corpo da igreja é em madeira pintada e o da capela-mor em estuque. Junto a esta, encontram-se as sacristias da Confraria do Sacramento, construída em 1742, e a Paroquial, a qual dispõe de um lavabo em pedra, caindo água pela boca de uma carranca.



LEGENDA

- Corredor do Turismo Religioso
- Corredor dos Açouros Românicos
- Corredor dos Museus
- Corredor dos Solares
- Corredor do City-tour
- Limite do concelho

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BARCELOS - REVISÃO

2002 - 2006

CORREDORES PATRIMONIAIS

ESCALA 1:50.000
Fevereiro 2008



CONCELHO

CORREDOR DO CITY-TOUR

Elementos constituintes do City-Tour (referências patrimoniais, em conformidade com os serviços de *touring* efectuados pelo Turismo à Cidade)

CBI01

Capela da Senhora da Ponte – Barcelinhos

CBC01

Ponte Medieval – Barcelos

CBC02

Paços dos Condes – Barcelos

CBC03

Pelourinho gótico – Barcelos

CBC04

Solar dos Pinheiros – Barcelos

CBC05

Museu de Olaria – Barcelos

CBC06

Igreja Matriz – Barcelos

CBC07

Paços do Concelho – Barcelos

CBC08

Casa de D.Nuno Alvares – Barcelos

CBC09

Casa dos Carmonas – Barcelos

CBC10

Largo do Apoio – Barcelos

CBC11

Casa do Alferes Barcelense – Barcelos

CBC12

Capela de S. Francisco – Barcelos

CBC13

Casa do Baú – Barcelos

CBC14

Antiga Casa das Senhoras Simões – Barcelos

CBC15

Rua Direita (enquadramento geral) – Barcelos

CBC16

Capela de S.José – -Barcelos

CBC17

Teatro Gil Vicente – Barcelos

CBC18

Edifício da Biblioteca (casa Machado da Maia) – Barcelos

CBC19

Troço da Antiga Muralha – Barcelos

CBC20

Edifício do Totta & Açores – Barcelos

CBC21

Casa do Barão da Retorta (Casa de Sta Maria) – Barcelos

CBC22

Passeios dos Assentos /Jardim das Barrocas – Barcelos

CBC23

Templo do Bom Jesus da Cruz – Barcelos

CBC24

Torre da Porta Nova – Barcelos

CBC25

Chafariz do Porta Nova – Barcelos

CBC26

Enquadramento Urbanístico da Avenida Liberdade – Barcelos

CBC27

Casa Beça Meneses – Barcelos

CBC28

Chafariz do Campo da Feira / Campo da Feira – Barcelos

CBC29

Igreja da Misericórdia – Barcelos

CBC30

Igreja do Terço – Barcelos

CBC31

Igreja de Sto António – Barcelos

CBC32

Igreja do Menino Jesus de Deus – Barcelos

CBC33

Estátua D. António Barroso – Barcelos

CAZ01

Estátuas dos Alcaldes de Faria – Arcozelo

CORREDOR DOS SOLARES

Elementos constituintes do corredor patrimonial dos solares:

SAB01

Quinta do Paço de Aborim ou Solar dos Barbosas – Aborim

A Quinta do Paço de Aborim é uma casa senhorial torreada de origem medieval com telhados cercados de ameias e é um bonito solar de província. Hoje em dia possui um edifício de habitação e uma torre sineira. A esta está associada uma Capela, a do Paço, de arquitectura simples e modesta. No seu interior existe um altar em talha renascença onde figura uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes. Este Solar fica no alto de uma trincheira, junto à linha-férrea do Minho e Douro.

Noutros tempos esta casa esteve bastante arruinada mas, com o passar dos tempos, sofreu melhoramentos e várias reconstruções, principalmente no século XIX, o que resultou no seu actual ar romântico e revivalista.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 1ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 57-75.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 12,13.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado, Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 42

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1993) Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, Inventário Volume I, Lisboa, p. 9

SAL01

Solar da Torre de Pinheiro – Alheira

Solar quinhentista, com torre Manuelina e capela, dedicada a S. João Baptista, foi reformada em 1880, mantendo ainda o cunho senhorial. É armoriado de Azevedos de S. João do Rei, Cunhas, Homens e Silvas.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 92

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 22

Barcelos, Anuário da Associação Comercial de Barcelos (1989), p. 22

SAV01

Quinta do Socorro – Areias de Vilar (Lugar do Socorro)

É uma Casa Apalaçada do séc. XIX. Localiza-se perto da Capela do Socorro e do Terreiro do Socorro.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p.34

SBI01

Solar das Vessadas – Barcelinhos (Rua Irmãos de La Salle)

Casa Solarenga, belo e grandioso exemplar de moradia senhorial, onde se destacam o brasão, as armas esculpidas e a capela.

Foi construída no século XV por João Pais “o Velho”, tendo-se mantido pelos seus descendentes até ao século XVII, quando foi adquirida pela família Vale, que a reconstruiu, ampliou e colocou nas traseiras um fontanário com as suas armas.

Mais tarde adquiriu novos proprietários, a família Távora e Noronha. Possui uma Capela dedicada à Senhora da Agonia, construída em 1885. Anteriormente possuía ainda uma outra capela, a de Santo António que com a construção da estrada foi separada desta.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 47, 48.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 38, 39.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 59

MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p. 75.

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1993) Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, Inventário Volume I, Lisboa, p. 9

SBI02

Casa Solarenga de José Marques da Costa Freitas – Barcelinhos

Edifício datado de finais do século XIX (1879). Pertencente ao Dr. Sá Carneiro, genro de José Marques da Costa Freitas

FONSECA, Teotónio da, O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado, vol. II, Barcelos, 1948

SCSM01

Quinta de Tamariz – Carreira S. Miguel

A Quinta do Tamariz é dotada de Casa Solarenga. Foi adquirida em 1939 por D. Lúcia Borges Vinagre como sua residência na região. Actualmente é uma quinta de produção de vinho verde, estando mesmo enquadrada na Rota dos Vinhos Verdes.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 85

SCH01**Casa de Loubarinhas – Chorente (Rua de Amins)**

Casa brasonada do séc. XIV, de linhas baixas e aparentemente simples. Encontra-se rodeada por campos. Actualmente serve de habitação secundária aos seus proprietários.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 129

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 64

SCO01**Casa Grande – Courel (Rua Dr. Valentim Miranda Figueiredo - Lugar da Aldeia)**

Casa mandada edificar por Dr. Valentim Miranda Figueiredo no ano de 1934. É uma construção com características arquitectónicas da época da Arte Nova. Serve de habitação, principalmente, durante o fim-de-semana, aos seus proprietários.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 68

SCR01**Casa da Torre – Cristelo (Lugar de Hortal)**

Esta casa é uma construção do século XVII, tem capela anexa, dedicada à Nossa Senhora das Dores. Possui um nicho de “alminhas”, o da Torre.

É possível que a Casa da Torre tenha adquirido tal designação devido a ter existido no local uma antiga Torre baixo-medieval.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 139 - 145

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 74,75.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 81

MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p. 77.

SFA01**Quinta de Pedregais – Faria**

A Casa e Quinta de Pedregais, conhecida também por Solar dos Farias de Barcelos, pertenceram sempre à linha varonil de Nuno Gonçalves de Faria, tronco desta família, até D. Catarina Afonso de Faria, quarta neta do grande Alcaide.

Da sua nobre e antiga casa hoje, já quase nada existe, apenas se pode admirar o grandioso pórtico de estilo D. João V. Este é encimado por um escudo com armas em chefe dos Farias, um brasão, concedido em 1535, a Sebastião de Faria, quinto neto de Nuno Gonçalves, o tronco principal desta nobre família. Desta quinta foi levado para o Museu Arqueológico de Barcelos um sarcófago móvel, sem tampa, de formato rectangular, ornamentado na face esquerda e cabeceira com diversos motivos em baixo relevo.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 153 - 160

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 80, 81.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 84

MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p.77

MAGALHÃES, Ernesto de Amorim (1958) No Passado Barcelos no Presente, edição da Papelaria “Liz” Livraria, Barcelos, p. 230

SFR01

Casa da Espregueira – Fragoso (Lugar da Breia)

É uma casa solarenga, datada do século XVIII (1744), sendo uma bela construção barroca do período dito “pombalino”. Foi uma das mais importantes casas agrícolas e rurais desta zona.

Anexada a esta casa existe a Capela de Sto. António que data de 1776. Possui também uma fonte, a da Espregueira, que é afluente do rio Neiva. Hoje em dia, funciona como habitação familiar da família Espregueira.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 237-249

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 88, 89

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 88, 100

SGI01

Quinta Convento da Franqueira – Gilmonde

A Quinta Convento da Franqueira foi construída em 1560 com as pedras do Castelo Histórico de Faria, um Mosteiro Franciscano. No local existia uma fonte antiga, designada por “Fonte da Vida”.

Este espaço é composto por um terraço ladrilhado, uma piscina que é enchida pela fonte. Junto a esta temos uma vista magnífica sobre a casa e a Igreja. Cercada por carvalhos, eucaliptos e pinheiros cria uma atmosfera de paz e tranquilidade. Hoje em dia, funciona como casa de Turismo de Habitação.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, (V.II) Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 302 e 303

Brochura Turística da Quinta Convento da Franqueira (www.quintadafranqueira.com)

SGI02

Quinta da Fervença - Gilmonde (Lugar da Fervença)

Casa nobre rural setecentista, de arquitectura simples e pitoresca. De linhas baixas e telhados de curva suave, é formada por um corpo rectangular em cuja fachada se abre uma larga varanda sustentada por colunas e assente em arcos abatidos. Num dos extremos tem a escadaria de acesso, perpendicular à fachada, e no outro ergue-se a capela privativa invocando Nossa Senhora da Ajuda, em cuja frontaria se destaca o frontão decorado por uma cruz. Os cunhais são rematados por pirâmides. No interior, existe um altar de pedra Ançã do século XVII e no pavimento uma lápide sepulcral de D. Maria Felgueiras Gaio (1688).

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 188

Barcelos, Anuário da Associação Comercial de Barcelos (1989), p. 29

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p.100

MACHADO, Luís (1984) "Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho", Norte Revista, nº 4, Braga, p.79

SLA01

Solar dos Azevedos – Lama (Lugar de Azevedo)

A casa Solar dos Azevedos é uma construção quinhentista que esteve sempre associada a homens valorosos e nobres, como Lopo Dias de Azevedo, que viveu nesta casa e foi um dos capitães de Aljubarrota e, Martim Lopes de Azevedo, um dos Doze de Inglaterra.

É um perfeito exemplo de um Solar Minhoto da Renascença, com varandas, pátios e torre coroadas de ameias.

Numa das faces da torre existe uma inscrição de 1536, que se refere a Martim Lopes de Azevedo. Junto à Torre ergue-se um outro edifício onde se localiza a porta principal. Por cima desta encontra-se um escudo, coberto por uma coroa que retracta uma águia negra estendida em campo de oiro.

No seu interior podemos encontrar nobres salões, uma valiosa livraria, azulejos antigos e retratos e telas pintados a óleo dos seus dos seus senhores, que representam batalhas e factos históricos. Pode-se admirar ainda o montante e morrião que Martim Lopes de Azevedo usou na Batalha de Aljubarrota.

Possui também uma Capela privativa, dedicada a Nossa Senhora do Leite, onde estão os Túmulos dos primeiros Condes de Azevedo.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 1ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 272-275.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 106, 107.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 97

MACHADO, Luís (1984) "Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho", Norte Revista, nº 4, Braga, p. 79.

SLI01

Casa do Paço de Lijó – Lijó (Lugar do Paço)

É uma casa brasonada onde figuram as armas dos Barbosas. É um brasão em granito que possui um escudo com elmo e timbre de Barbosa, representado por um leão sainte.

Esta Casa apresenta no seu portal as típicas ameias do Brasil, que costumavam, nesta época decorar as casas de oficiais de milícias como é o caso do capitão Barbosa.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 281 – 287

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 108,109

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 98

MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p.77

SENRA, António Duarte; BARBOSA, José Gomes (1996) Retalhos Monográficos de Lijó Barcelos, Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Lijó, 1ª edição, Barcelos, Portugal, p. 155 – 160, 177 – 181

SMA01

Quinta do Barco – Manhente (Lugar do Barco)

É uma casa de arquitectura civil.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 289-296

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 112, 113.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 100

SMZ01

Quinta de Argemil – Mariz (Lugar de Mouriz)

Na Quinta de Argemil surgiram testemunhos de tegulae a apontar para a Alta Idade Média e o topónimo Argemil (de Argemirus) pode indiciar uma ocupação, ou suévica ou de um posterior presor.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 114,115

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 116

SMD01

Casa de Arrabalde – Midões (Lugar de Arrabalde)

É uma casa apalaçada. Em termos arquitectónicos é claramente uma construção do século XIX. O seu interior é relevante devido à junção dos princípios arquitectónicos do seu século de construção, nomeadamente os tectos em estuque.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 229-237

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado, Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 103

SMTS01

Quinta de Torrente – Minhotães

Durante séculos, esta Quinta foi propriedade da nobre família Felgueiras. O escudeiro – Fidalgo, Álvaro Felgueiras, viveu aqui parte da sua vida. O seu neto, Frutuoso da Silva Felgueiras, foi pai de Constantino Sá Felgueiras, que era Juiz dos Órfãos na cidade de Braga e Juiz de Fora da cidade de Barcelos. Este nobre senhor da Casa de Minhotães, além do brasão dos Felgueiras, adquiriu ainda o brasão dos Sás, dos Almeidas e dos Cerqueiras. Ainda hoje pertence a descendentes desta família.

É uma casa solarenga localizada no meio rural. Possui uma capela dedicada a Santa Ana.

Actualmente dedica-se à exploração agrícola e vinícola.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 38, 39.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p.

MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p. .

SMF01

Quinta de Fralães – Monte de Fralães (Quinta de Fralães)

Casa torreada e solarenga dos inícios do século XVIII, sofreu sucessivas alterações através dos séculos.

Do antigo edifício restam ainda algumas portas e um interessante tanque com carrancas no pátio. Actualmente este edifício resulta de uma reconstrução do século XIX, onde podemos ver uma imponente torre romântica. O seu interior mantém alguns elementos arquitectónicos medievais, como por exemplo uma porta em arco apontado que se pensa ser quatrocentista.

Segundo um estudo geográfico de C. da Costa, esta casa possui grandes salas, muitas fontes, jardins, hortas, pomares e uma grande mata de carvalhos e castanheiros.

Esta casa pertenceu à Igreja Matriz de Monte de Fralães e à família Correia.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 259-267.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 101, 106, 107.

MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p. 80.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 124, 125.

SQT01**Quinta de La Sallate (ou Moinho-Vedro) – Quintiães**

Trata-se de uma quinta recente, com 31 mil metros quadrados, constituída pelo Padre Joaquim Félix Machado, mediante a aquisição e junção de eirados, courelas e coutadas, posteriormente vedados com ótimos muros e paredes. A Quinta e o Solar são de rara beleza. Pertence à Família Novais Machado.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 146
Sousa, Manuel Baptista de (2005) Apontamentos para a História da Santa Maria de Quintiães, Barcelos, p. 229

SRE01**Casa Torre de Moldes – Remelhe**

Edifício de traça setecentista, com torreão, foi solar da “Honra de Molnes”. Actualmente serve de residência aos seus proprietários. Pertence à família Trigueiros.

Câmara Municipal de Barcelos (1997) Barcelos Património, nº5 (Vol. II), p. 83
A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 148

SRLE01**Casa do Paço – Rio Côvo S. Eulália**

Casa Solarenga, cabeça de exploração agrícola, com capela e brasão. Nesta casa existiu uma capela dedicada a Santa Ana.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 335-346.
A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 152.
MACHADO, Luís (1984) “Nas Pedras dos Monumentos Figura a História do Concelho”, Norte Revista, nº 4, Braga, p. 80.

SSIV01**Solar de Vila Meã, ou Vila Meão – Silveiros (Lugar de Vila Meã)**

Casa solarenga dos inícios do século XVI. Reconstruída nos inícios do século XX. Possui uma capela anexa que foi reconstruída pelo conselheiro Dr. José Novais. Actualmente funciona como habitação familiar.

Foi mandada edificar, cerca de 1910 pelo conselheiro Dr. José de Abreu do Couto de Amorim Novais, nascido em Balugães – Barcelos, assim como também a capela anexa. O palácio e a capela foram construídos no mesmo sítio onde estava a Casa dos Correias.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 360, 361

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 160,161

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p.125

SVT01

Casa da Capela – Viatodos (Campo da Feira)

Casa apalaçada do século XVIII. Esta casa sempre pertenceu a uma família abastada lá das terras de Sta. Maria de Viatodos. Eram detentores de inúmeras explorações agrícolas logo, senhores de uma grande riqueza.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 376.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 174, 175.

SVT02

Casa da Igreja – Viatodos

Casa construída no Século XIX, localizada junto do adro da Igreja Paroquial de Viatodos. É uma casa solarenga à maneira Minhota. Possui um excelente portal e enquadra-se no espaço Clerical da freguesia de Viatodos. Recentemente foi alvo de uma intervenção que lhe devolveu alguma da grandiosidade que teve outrora.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 373

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 174

SVC01

Casa de Vale de Lima – Vila Cova

Casa solarenga do século XIX.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 1ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 407-418

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda (1999) Barcelos Freguesias, A Nossa Terra, p. 80, 81.

SVFM01

Solar do Benfeito – Vila Frescaíña S. Martinho (Largo do Benfeito)

É um edifício senhorial, setecentista, brasonado e de estilo D. João V.

O nobre Solar do Benfeito, é um paço urbano, ordenado em “L”. O portal nobre abre-se no centro da fachada principal que se volta para o largo e dá acesso a um amplo átrio interior, encabeçado por uma grande escadaria. Nesta fachada incorpora-se, lateralmente, a frontaria da Capala de Sta. Ana, a que se segue, ainda, um outro portal enobrecido.

Este edifício deve ter sido desenhado pouco antes de 1750. Sofreu ao longo do terceiro quartel do século XVIII obras de remodelação. Possui ainda jardins e escadarias ornamentadas com bustos.

FONSECA, Teotónio (1987) Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado, 2ª edição, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, p. 172.

AA.VV (1998) Barcelos – Princesa do Cávado..., Paços de Ferreira, Anégia Editores, p. 61

CORREDOR DO TURISMO RELIGIOSO

Elementos constituintes corredor turismo religioso:

IAN01

Igreja Paroquial de Santa Maria de Abade de Neiva – Abade de Neiva

Classificada como “Monumento Nacional” desde 1927, a Igreja de Sta. Maria de Abade de Neiva e a sua imponente torre sineira, formam um belo conjunto arquitectónico de estilo românico – gótico.

De acordo com a corrente tradicional, a construção dos seus edifícios deve-se à rainha D. Mafalda que, em meados do século XII, terá querido edificar ali um mosteiro.

IAG01

Igreja de Sta. Lucrecia de Aguiar – Aguiar

A Igreja Paroquial de Aguiar encontra-se ao lado da linha-férrea do Minho e Douro. Primitivamente, esta igreja encontrava-se perto do lugar de Vila Nova, onde supostamente era a antiga vila de Aguiar, tendo sido mudada para o local actual no final do século XVII. Esta Igreja apresenta uma frontaria alta, de estilo simples, com portal rectangular e uma larga janela, encimada por um pequeno nicho com a imagem da padroeira Santa Lucrecia. Ao seu lado esquerdo, ergue-se uma sólida torre sineira e ao lado direito, junto à capela-mor, apresenta-se a sacristia.

A capela-mor é forrada a madeira pintada, assim como o tecto da igreja, contendo este a imagem da padroeira bem no centro. Quanto aos altares, dispõe de quatro altares, o da capela-mor é em talha simples pintada a branco e doirado, os dois altares laterais são também em talha pintada a doirado, por último, encontra-se um outro altar do lado direito, o qual já é em talha moderna e bastante simples. Ao lado esquerdo deste altar, encontra-se um grande oratório metido na parede, o qual apresenta uma bela imagem de Cristo crucificado.

IAI01

Capela de S. Martinho em Airó – Airó

A pequena Capela de S. Martinho situa-se precisamente num parque arborizado designado pelo mesmo nome. Este parque resulta de uma reestruturação do espaço, no sentido de proporcionar aos residentes e visitantes um local de repouso e convívio, num ambiente calmo, em contacto com a natureza. Quanto à capela que aqui reside, esta foi deixada ao abandono durante vários anos, porém, algumas pessoas desta freguesia resolveram recuperar este imóvel, assim como a tradição de comemorar o S. Martinho com o habitual magusto. Relativamente à sua arquitectura, destacamos o seu portal ogival e o sino que se encontra no cimo do telhado, do lado esquerdo da capela.

IAU01

Capela de N. Sra. do Pilar – Aldreu

Situada num bucólico monte no extremo da freguesia de Aldreu, a Capela de N. Sra. do Pilar conta já com mais de 300 anos de existência.

Localizada num amplo adro, com antigas oliveiras, destaca-se pela sua fachada, emoldurada em pedra trabalhada.

No seu interior, o seu corpo é de madeira pintada, possuindo um altar em estilo barroco.

IAL01

Capela de S. Lourenço – Alheira

A Capela do Monte de S. Lourenço situa-se no cume do monte do mesmo nome, desfrutando assim de uma magnífica paisagem sobre a freguesia.

Precedida por um amplo jardim de oliveiras e parque de merendas, esta sólida capela, apresenta-nos uma fachada simples, com um único pórtico rectangular e uma pequena rosácea que ilumina o seu interior.

Todos os anos, a Capela de S. Lourenço é palco de uma enorme festa em honra do seu padroeiro.

IAL02

Igreja Paroquial de Alheira – Alheira

Este é um templo bastante modesto e simples, erguendo-se ao seu lado esquerdo, uma alta torre sineira, desproporcional com o resto do edifício. Atrás desta, encontram-se a sacristia e a casa de arrecadação da igreja. A capela-mor é forrada a estuque, belamente pintado e decorado, estando ao centro, uma imagem alusiva ao Santíssimo Sacramento. Além do altar-mor em estilo moderno, existem mais quatro altares laterais em talha de estilo barroco muito bem trabalhada.

Também dignos de referência são os tectos do corpo da igreja em madeira pintada com diversas decorações, destacando-se ao centro um quadro com um coração.

IASM01

Igreja de S. Martinho de Alvito – Alvito S. Martinho

A Igreja Paroquial de Alvito S. Martinho encontra-se virada a poente, sendo este um pequeno e antigo templo. A sua fachada apresenta-se com um único portal ogival, um amplo alpendre sustentado por

oito colunas com bases e capitéis trabalhados. Por cima do mesmo, encontra-se uma pequena rosácea que ilumina o interior da igreja, e encimando o telhado, uma cruz e dois pináculos. Ao lado direito, ergue-se um pequeno torreão com um único sino. O corpo da igreja é forrado a madeira pintada, possuindo dois altares em talha antiga, assim como um coro, um púlpito e uma pia baptismal igualmente antigos. Quanto à sua capela-mor, esta é também forrada a madeira e o seu altar é em estilo moderno.

IAZ01

Igreja do Convento das Missionárias Franciscanas – Arcozelo

A Igreja das Missionárias Franciscanas de Arcozelo é um templo relativamente recente, construído no século XX. Este templo, juntamente com o convento, situa-se no interior de uma quinta pertencente às Missionárias Franciscanas de Maria, as quais encarregam-se do cultivo destas terras, existindo também neste espaço, um Jardim de Infância ao serviço da comunidade.

Apesar da sua simplicidade arquitectónica, este templo destaca-se pela real beleza paisagística do local onde se encontra, um espaço verdejante repleto de paz e harmonia com a natureza..

IAS01

Igreja Paroquial de Areias S. Vicente – Areias S. Vicente

A Igreja Paroquial de Areias S. Vicente, mandada construir pelo Conselheiro P.^a Domingos José de Sousa, esteve primitivamente no Lugar da Aldeia, existindo ainda hoje, nesse local, um cruzeiro. No final do século XIX, este edifício foi transferido para o local actual.

É um templo relativamente alto e espaçoso, o qual pelas suas características considera-se um dos mais ricos do Concelho de Barcelos. A sua fachada apresenta um único portal rectangular, no qual vê-se o ano de 1899 gravado, ano em que terminaram as obras da igreja, em cima, destaca-se uma ampla janela. Ao seu lado esquerdo, eleva-se uma sólida torre sineira, com o respectivo relógio. O corpo da igreja é forrado a estuque, encontrando-se ao centro a imagem pintada do padroeiro São Vicente. A capela-mor é igualmente forrada a estuque ricamente pintado, o seu altar em talha moderna é também pintado e doirado. Para além deste, existem ainda dois altares laterais em talha moderna, dois púlpitos, um coro sustentado em arco abatido e uma pia baptismal de mármore trabalhada.

IAV01

Capela de Nossa Sra. do Socorro – Areias de Vilar

A Capela de Nossa Senhora do Socorro situada no cimo de um grande escadório é uma reconstrução relativamente moderna, na qual se pode observar a data de 1812 inscrita na padieira da sua porta

principal. Na frontaria apresenta-se um amplo alpendre suportado por quatro colunas de ferro, erguendo-se no seu lado direito, um torreão com dois sinos, verificando-se por cima do sino maior a seguinte inscrição: - «Oferecido por Manuel da Boa fortuna e sua esposa Ana d'Oliveira ano de 1900».

IBL01

Igreja Paroquial – Balugães

Perto do Monte da Caramona, encontra-se a antiquíssima Igreja Paroquial de Balugães, que possui fortes traços do românico na sua expressão rural.

IBL02

Santuário de N. Sra. da Aparecida – Balugães

Datado do século XVIII, o Santuário de N. Sra. da Aparecida, assume-se como um dos locais religiosos de maior interesse em todo o Concelho de Barcelos.

A primitiva ermida foi mandada construir no seguimento da Aparição da Virgem Maria a João Alves, um pastor mudo, a quem, miraculosamente, foi concedido o dom da voz. Com frontaria voltada a Nascente, é amparada por duas sólidas torres.

É de salientar a primitiva ermida (a mais pequena de duas capelas), situada no penedo sagrado, debaixo do qual os peregrinos passam e, caso toquem ou não, ficam a saber se têm pecados mortais.

IBC01

Igreja Matriz– Barcelos

D. Pedro, 3º conde de Barcelos, mandou construir esta igreja (românico - gótica), no decorrer do séc. XIV. No séc. XVI é sujeita a profundas modificações. Da sua fachada ressalta o pórtico entre dois contrafortes de arcos apontados de cinco arquivoltas, apoiados em quatro pares de colunas de fustes lisos, bases e capitéis historiados.

Rematado superiormente por um primitivo vitral em rosácea. No interior de três naves as paredes estão revestidas de azulejos (1740). A capela-mor de grande beleza possui esculturas de santos de valor incalculável, isto para além do órgão e do cadeiral. (Monumento Nacional)

IBC02

Templo do Bom Jesus da Cruz – Barcelos

Este templo foi projectado em 1704 pelo arquitecto João Antunes e construído no local de uma pequena capela edificada em memória do “Milagre das Cruzes” (segundo o qual, o sapateiro João Pires em 1504, teria tido a visão de uma cruz negra impressa no chão).

Um belo templo barroco, de planta octogonal, com uma interessante decoração interior, com azulejos, esculturas, pinturas e um magnífico altar em talha dourada (Monumento Nacional).

IBC03

Igreja de Nossa Senhora do Terço – Barcelos

Edifício do século XVIII, construído para albergar as religiosas Beneditinas. De arquitectura simples, tendo no entanto no seu interior elementos decorativos de extrema riqueza onde se destacam o tecto em caixotões com pinturas a óleo, três grandes telas e azulejos em azul e branco, todos eles representando a vida de S. Bento. A destacar também a talha dourada e policromada do altar principal e do púlpito do entalhador Gabriel Rodrigues. (Imóvel de Interesse Público)

IBQ01

Santuário de Nossa Senhora das Necessidades – Barqueiros

Datado do último quartel do século XVIII, o Santuário da N. Sra. das Necessidades tem vindo a substituir a antiga Matriz setecentista de Barqueiros. Majestoso templo barroco, com planta em forma de cruz latina, possui na sua frontaria e sobre a porta principal, uma grande sacada com oratório, onde figuram as armas reais e a imagem de N. Sr.a da Purificação.

No seu interior, são de particular destaque a bonita imagem da padroeira, figura central do Altar – Mor e as campas brasonadas de ilustres famílias.

ICB01

Escadório e Capelas alusivas à Paixão de Cristo – Cambeses

Correntemente denominado “Os Calvários”, este escadório, alusivo à Paixão de Cristo, assume-se como um dos mais atractivos pontos de interesse a ser visitado, na freguesia de Cambeses, Concelho de Barcelos.

Adornado com sete capelas, cada uma alusiva aos vários passos da Paixão de Cristo, o Escadório é coroado, ao cimo, pela Capela do Bom Jesus, levantando-se sobre esta e ao lado esquerdo do escadório, sobre um pedestal, a imagem do venerado Santiago, padroeiro desta freguesia.

ICH01

Igreja Velha de Chorente – Chorente

A antiga matriz de Chorente é um templo baixo de simples aparência, a qual em tempos passados esteve situada no Monte de Adro, nos limites da freguesia de Macieira de Rates, sendo mudada para o local actual muito antes do séc. XVII, pois consta que em 1638 foi alvo de restauro. No ano de 1664, foi-lhe acrescentado um púlpito em pedra, seguidamente, em 1750, tendo em conta que vários elementos arquitectónicos estavam em ruína, foi efectuado um outro restauro, no qual fez-se uma nova frontaria e retirou-se o alpendre junto à porta principal. No ano seguinte, foi mandado construir o torreão que se encontra no lado direito da igreja com os dois sinos de dimensões diferentes, porém, só em 1818 foi construído.

ICS01

Capela de Nossa Sra. da Cadavosa – Cossourado

Incluída no roteiro dos caminhos de Santiago, velhos documentos asseguram que esta bonita capela, existia já no tempo da invasão dos Mouros (séc. VIII), contando-se a história da fuga do abade da ermida, com a imagem da padroeira da capela, de modo a evitar que a mesma fosse destruída pelos infiéis.

Aquando a sua morte, a imagem, perdida no mato, foi encontrada por pastores e desde então foram realizados tantos milagres que decidiram construir ali uma Ermida, onde seria venerada a então chamada “Nossa Senhora da Abadia”. Actualmente, a N. Sra. da Cadavosa atrai, em Setembro, dezenas de romeiros àquela que é a maior festa da freguesia de Cossourado.

ICT01

Igreja Paroquial – Couto

A Igreja Paroquial de Couto, assume-se como um ponto de atracção no Concelho de Barcelos, devido ao seu interessante aspecto arquitectónico, com elementos do estilo manuelino, nomeadamente na porta travessa do lado Sul da Igreja e no seu pórtico.

Datada de 1592, esta Igreja foi alvo de algumas alterações ao longo do último ano, mas que muito contribuíram para que se conseguisse um belo e harmónico conjunto arquitectónico.

ICX01

Capela de Nossa Senhora do Rosário – Creixomil

Segundo dizem, a Capela da Nossa Senhora do Rosário foi fundada por uns brasileiros no século XVIII, tendo sido em 1928 restaurada por devotos da padroeira. Em termos técnicos, esta capela apresenta uma frontaria relativamente baixa, com uma porta principal em estilo renascentista e por

cima uma janela também rectangular, encimada por um nicho, ao seu lado esquerdo, ergue-se um pequeno torreão para ostentar dois sinos.

A capela-mor é forrada a estuque, tendo no centro uma imagem pintada da padroeira Nossa Senhora do Rosário, o seu altar é em estilo moderno, ao seu lado, existe uma sacristia de igual proporção. Quanto ao corpo da igreja, este é forrado a madeira pintada com doirados, e para além do altar da capela-mor, esta possui mais dois altares laterais, um coro e púlpito com guardas de ferro, e do lado esquerdo da igreja existe também um nicho com a imagem do Senhor da Cana Verde.

IEN01

Capela de Sta. Luzia em Encourados – Encourados

A Capela de Sta. Luzia é relativamente recente e foi mandada edificar pela Família Matos, com a finalidade de substituir a antiga que aí existiu. De grande valor artístico, digno de visita é a bela imagem de Santa Luzia de 1730, que foi retirada da antiga capela.

No primeiro domingo de Setembro, realiza-se a Festa em honra de Santa Luzia, dirigindo-se aqui inúmeros devotos que vêm cumprir as suas promessas à santa venerada, invocada por todos aqueles que sofrem doenças dos olhos.

IFR01

Igreja Paroquial de Fragoso – Fragoso

O local onde se encontra a igreja paroquial da freguesia S. Pedro de Fragoso, nem sempre foi o actual, consta que anteriormente esteve situada no sítio da Seara. Este templo, segundo uma inscrição que se encontra no lado direito da igreja, foi reedificado no ano de 1873, pelo Sr. José Zeferino Pereira da Silva. É uma estrutura relativamente espaçosa e bem iluminada pelas cinco amplas janelas que compõem a fachada da mesma. Ao cimo, encontramos um nicho com a imagem de S. Pedro, ao seu lado direito, temos uma imponente torre sineira, com um relógio.

O interior da igreja é forrado a estuque, apresentando ao centro uma bela tela com a imagem do padroeiro, S. Pedro, esta tem também lugar para seis altares (dois junto ao arco cruzeiro e quatro laterais), púlpitos, coro e baptistério. Relativamente à capela-mor, esta apresenta uma rica tribuna em estilo renascença que pertencia à igreja matriz de Caminha.

IFR02

Capela de S. Vicente em Fragoso – Fragoso

A Capela de S. Vicente, matriz da antiga freguesia de S. Vicente de Fragoso, encontra-se na encosta norte do monte Arefe. Este imóvel denota antiguidade, encontrando-se a referência ao ano de 135 sobre a padieira da porta, contudo, pelas sucessivas reformas, a sua arquitectura primitiva foi

alterada. Junto a esta capela existe uma nascente de água considerada milagrosa, a qual cai em um tanque com uma cruz no fundo, sendo popularmente designado pelo o poço de Santa Isabel, uma vez que, conta a tradição, de que a Rainha Santa Isabel aquando da sua peregrinação a Santiago de Compostela passou por aqui para rezar e descansar na capela, assim como saciar a sua sede com esta água, dita milagrosa.

IGM01

Igreja Paroquial – Grimancelos

A Igreja Paroquial da freguesia de Grimancelos situa-se no cimo do outeiro de S. Mateus, enquadrando-se num interessante panorama. Esta mandada edificar nos finais do séc. XVIII, apresenta-nos uma imponente fachada, decorada com um único portal rectangular, encimado por um nicho com a imagem do padroeiro S. Mateus em tamanho natural, destacando-se ao lado desta, as duas amplas janelas decoradas com o respectivo frontão. Ao centro da fachada, apresenta-se a torre sineira, sob a qual distinguimos um relógio.

Possui, na sua fachada, um nicho com uma imagem em pedra e em tamanho real do padroeiro da freguesia, S. Mateus, cuja festa se realiza no mês de Setembro. Pertencente à Comenda de S. Salvador de Minhotães, foi mandada edificar graças a uma subscrição pública da freguesia.

O corpo da igreja é forrado a madeira pintada, assim como a capela-mor, sendo o altar desta e dos outros quatro, em talha simples, pertencendo o primeiro do lado direito da porta principal à Casa de Assade (Turismo em Espaço Rural).

A tribuna deste belo espaço é fechada por uma tela que representa S. João a baptizar Jesus Cristo.

ILA01

Igreja Paroquial da Lama – Lama

A primitiva igreja paroquial dispunha de um espaço excessivamente reduzido, facto este, que conduziu à sua demolição no ano de 1907, sendo construída uma nova, relativamente próxima do espaço onde se situou a anterior.

O actual edifício de arquitectura muito simples, apresenta à sua esquerda a torre sineira e atrás desta, a sacristia. O seu interior é forrado a estuque liso, à excepção da capela-mor que é também forrada a estuque, mas com ornamentos em gesso. O altar desta, apresenta um retábulo moderno, assim como as capelas laterais são também em talha moderna, sendo apenas antigo as duas colunas de um altar e os frontais de ambos os altares que se encontravam na igreja velha. Para além destes elementos, a igreja da Lama dispõe também de um coro, um púlpito e uma pia baptismal antiga, mas bastante simples.

Além do valor artístico deste imóvel, desfruta também de um enorme valor paisagístico, visto encontrar-se num local bastante elevado, precedido por um grande escadório.

ILI01

Capela de Santa Cruz – Lijó

A Capela de Santa Cruz, na freguesia de Lijó, foi construída na sequência da aparição de uma Cruz negra no lugar onde foi edificada, durante a procissão de S. Sebastião, no ano de 1843.

À semelhança do sucedido noutros locais do Concelho, nomeadamente na cidade de Barcelos, que deu origem à primeira grande Romaria Minhota, a Capela de Santa Cruz, é o orgulho do povo de Lijó, assim como motivo da sua fé e devoção.

IMA01

Igreja Românica – Manhente

A Igreja “Velha” de Manhente foi edificada em 1117, por Nestro Gonçalo e conserva ainda a sua traça românica primitiva, embora tenha sofrido algumas alterações, em obras posteriores.

Pensa-se que era daqui o Arcaz romano que está no Museu Arqueológico da cidade, onde se pode encontrar também a mesa judicial do medieval Couto de Manhente.

Em frente à igreja podemos ver a imponente torre – fortaleza, com dois andares coroados de merlões, possuindo ainda uma porta que se pensa ter estado ligada à igreja por um passadiço.

Em suma, trata-se de um património rico e único na região, aliado ainda a algumas pedras lavradas, resultantes de antigas construções e que foram dispostas pelos escuteiros da freguesia.

IMD01

Igreja Paroquial de Midões – Midões

A Igreja Paroquial de Midões mandada construir no séc. XII, é um templo pequeno de estilo românico simples. De uma única nave, apresenta na fachada um portal com arco de volta perfeita, encimado por um tímpano liso, com a sua cornija. A cornija da capela-mor possui cachorros, nos quais ainda se denotam restos de figurados. Na ábside do altar-mor pode-se observar uma bela pintura na parede com imagens de santos, a qual data do séc. XVI. Ao longo dos anos, sobretudo na década de 60, esta igreja sofreu inúmeros restauros e acrescentos, nomeadamente a colocação do torreão com sinos, no seu lado direito.

IMF01

Tapete de Flores (Santuário de Nossa Sra. da Saúde) – Monte Fralães

Na freguesia de Monte Fralães realiza-se a festa em honra de N. Sra. da Saúde, no dia 15 de Agosto e uma das formas que a população tem de a homenagear é fazendo um belíssimo tapete de Flores.

Com 1 km de extensão que vai desde o Santuário Mariano até à Estrada Nacional 304, para a sua confecção são necessárias duas semanas e toda uma preparação prévia que conta com a colaboração das gentes da freguesia.

IMO01

Igreja Paroquial – Moure

A Igreja Paroquial de Moure é um templo consideravelmente alto construído nos finais do século XVIII, princípios do século XIX. Este situa-se num local alto, no centro de um adro, precedido por um íngreme escadório, proporcionando uma óptima visibilidade para as freguesias circundantes.

O seu interior caracteriza-se por uma enorme simplicidade decorativa, apresentando os seus tectos em castanho pintados, altares em talha simples moderna e um baptistério muito modesto. Ao seu lado esquerdo, encontra-se a sacristia e uma pequena torre sineira, a facear com a frontaria.

INE01

Igreja Paroquial de Negreiros – Negreiros

A Igreja Paroquial da freguesia Sta. Eulália de Negreiros esteve primitivamente situada no lugar de Seara, sendo posteriormente demolida, para se instalar no local actual, bem no centro de um adro cercado de oliveiras, mandadas plantar pelo arcebispo D. Fr. Caetano Brandão, não apenas aqui, mas em todos os adros das igrejas da sua diocese.

Este edifício dispõe de três portas, sendo o seu pórtico principal decorado com duas colunas toscanas. Ao lado esquerdo, encontra-se uma sólida torre sineira e ao lado direito, foi construída a sacristia.

O interior da igreja é amplo e espaçoso, todo forrado a estuque liso, sendo os seus altares (altar-mor e quatro laterais) em talha simples e moderna. Dispõe também de dois púlpitos antigos e uma pia baptismal em granito com labores e pé torcido muito trabalhado.

E é nesta freguesia que aquando da magestosa Festa de Sta. Justa, se efectua uma tradição única, o extraordinário “Cortejo dos Vasos” formado por raparigas solteiras da terra e acompanhado por bandas de música.

IOL01

Capela da Senhora do Facho em Oliveira – Oliveira

No monte do Facho situa-se a Capela de mesmo nome, a qual é motivo de uma importante peregrinação concelhia, no primeiro domingo de Julho.

Esta capela é uma construção em pedra bastante simples, apresentando um único portal ogival, encimado por uma pequena janela decorada com vitrais. Ao seu lado direito, ergue-se um pequeno torreão com dois sinos. O seu interior encontra-se despido de grandes decorações, observando-se apenas algumas imagens de santos.

IPQ01

Igreja Velha de Panque – Panque

Segundo alguns documentos, esta igreja pertencia a S. Martinho de Mondim, uma antiga e extinta freguesia. Actualmente, é designada por Igreja Velha de Panque, podendo-se observar na sua fachada um pórtico com arco românico e restos de paredes sustentadas pelas eras protectoras. No seu interior, na área designada por baptistério, encontra-se de um lado, a pia baptismal de granito desmantelada, e do outro lado, um mealheiro de pedra com portas de ferro corroídas, o qual destinava-se à recolha de esmolas dos devotos. Na capela-mor, consegue-se observar um galheteiro de pedra metido na parede e restos de uma fresta. No adro desta igreja, encontra-se uma tampa tumular com singelos ornatos, e por trás da capela-mor, outra tampa de sepultura com caracteres ilegíveis. Segundo a tradição, conta-se que nesta igreja foi enterrada o corpo de uma mulher santa que fazia muitos milagres.

IPF01

Capela de N. Sra. das Brotas – Pedra Furada

Embora se desconheça a data da sua edificação, a Capela de N. Sra. das Brotas parece datar dos séculos XV e XVI. De construção pobre, possui no entanto um extraordinário Altar – Mor em talha Renascença dourada, tendo sido local de passagem de peregrinos de Santiago de Compostela.

Ligado à protecção dos animais, o culto a N. Sra. das Brotas, tem origem na tradição de se realizar no Domingo Gordo, uma missa seguida de um leilão, onde os animais e seus derivados eram postos à venda. Actualmente, esta festa é realizada no 3º fim-de-semana do mês de Agosto.

IPR01

Ermida e Escadório da Franqueira – Pereira

Localizada no Monte da Franqueira, na freguesia de Pereira, a sua fundação é atribuída a Egas Moniz. Na cabeceira da capela são ainda visíveis elementos românicos, testemunhando a sua origem longínqua. Todavia, o frontispício é setecentista e a torre a este adossada é do Século XVIII.

O seu interior é simples e sóbrio, destacando-se o altar de jaspe oferecido pelo Conde de Barcelos que o trouxe de Ceuta em 1415.

IPO01

Igreja Paroquial – Pousa

A Igreja Paroquial da Pousa é um edifício de construção recente, datado de 1937, mas trata-se de um edifício belo e imponente.

Com belíssimos altares em talha dourada e artísticas imagens, serviu de inspiração à construção da Igreja de Aveleda em Braga, sendo o orgulho das gentes da freguesia da Pousa.

IQT01

Igreja Paroquial de Quintiães – Quintiães

A Igreja Paroquial de Quintiães encontra-se desde há muitos séculos no lugar do Assento, sofrendo grandes reformas em meados do séc. XVIII, encontrando-se ainda alguns vestígios de construções no lugar de Besteiros, local onde esteve primitivamente.

A sua fachada é em estilo renascentista, apresentando um pórtico principal, estando sobre este uma pequena rosácea. Ao seu lado direito, ergue-se a torre dos sinos e atrás desta a sacristia da Confraria das Almas, existindo uma outra, a paroquial, junto à capela-mor, do lado esquerdo, contendo um lavabo em pedra do mesmo estilo da fachada da igreja. A capela-mor, assim como o corpo da igreja, são forrados a madeira em caixotões pintados e doirados, as paredes são revestidas a azulejos modernos e o seu altar é antigo e em talha doirada.

O interior da igreja é dividido em três naves, sendo estas separadas de um lado por dois arcos, e o outro lado, por três arcos, todos eles apoiados em colunas de base, fuste e capitel lisos e simples, exibindo a nave central duas clarabóias forradas a estuque. Do lado direito da igreja, destaca-se uma capela igualmente forrada a madeira em caixotões formando a cruz de Cristo, possuindo dois altares em bela talha antiga e doirada. No pavimento desta, vê-se duas sepulturas, uma pertencendo à Casa dos Assentos e outra ao Sr. António José da Silva Neiva, um brasileiro que à ocasião do terramoto de 1755, se encontrava em Lisboa e vendo-se aflito efectuou o voto de edificar esta capela. Em frente a esta, vê-se a Capela do Coração de Jesus em arco ogival e abóbada em pedra com florões nos fechos.

Além destes elementos, esta igreja possui outros de grande valor artístico e arquitectónico, designadamente mais dois altares em estilo barroco, um oratório onde se venera a imagem do Senhor dos Passos, dois púlpitos, uma pia baptismal em granito muito bem trabalhada e uma cruz processional em prata do séc. XVII.

IRE01

Casa do Bispo D. António Barroso – Remelhe

D. António Barroso, homem ilustre de Barcelos, nasceu na freguesia de Remelhe a 5 de Dezembro de 1854, tornando-se missionário e bispo em terras africanas, assim como bispo na cidade do Porto,

falecendo nesta mesma cidade a 30 de Setembro de 1918. Relativamente à casa desta notável personalidade, refere-se apenas que este mandou construir uma modesta habitação junto à casa onde tinha nascido (Lugar de Moldes), sendo hoje, motivo de peregrinação juntamente com o seu túmulo.

IREG01

Igreja Paroquial de Rio Côvo Sta. Eugénia – Rio Côvo Sta. Eugénia

Segundo alguns documentos, esta situa-se exactamente no mesmo lugar que a primitiva igreja matriz, desta freguesia. A actual igreja foi reformada no ano de 1756, sendo-lhe colocada, no lado direito do seu frontispício, um torreão de duas sineiras. No entanto, consta que já tinha sido efectuado uma outra reforma em 1712, na qual foi acrescentada uma pequena sineira, mas não existindo quaisquer vestígios actualmente. Posteriormente, foi reconstruída a Capela – Mor dedicada a Nossa Senhora da Vitória, sendo benzida em 8 de Dezembro de 1760. Outros elementos de interesse são os dois quadros bastante antigos e valiosos que permanecem na parede direita do corpo da Igreja, assim como um túmulo românico (séc. XIII) encontrado no adro da Igreja, mas que presentemente, se encontra no Museu Arqueológico de Barcelos.

IRLE01

Igreja Paroquial de Rio Côvo Sta. Eulália – Rio Côvo Sta. Eulália

A actual Igreja Paroquial de Rio Côvo Sta. Eulália, edificada no final do séc. XVII, é essencialmente de estilo barroco. A anterior igreja matriz, capela-mor da actual, designada por Capela de Águas Santas, situava-se no Lugar de Águas Santas, e era muito visitada por romeiros e peregrinos que aí passavam para venerar a Santa Maria de Águas Santas e tomar banhos na sua fonte, pois eram águas detentoras de surpreendentes qualidades terapêuticas.

É um templo modesto com um único portal na sua fachada, encimado por uma ampla janela e um relógio, estando ao seu lado direito a torre sineira construída em 1752. A capela-mor está revestida de azulejos, distinguindo-se a data de 1619 no seu arco cruzeiro. Na sacristia encontra-se um lavatório em granito, com a figura de Neptuno montado num Golfinho, lendo-se a data de 1748. Também desta época, é a capela da Nossa Senhora das Dores pertencente à confraria do Sacramento, sendo a grande parte dos materiais para a sua edificação provenientes de Águas Santas.

IRO01

Igreja Paroquial de Roriz – Roriz

A Igreja Paroquial de Roriz apresenta-nos uma sóbria fachada com um portal em estilo renascentista, encimado por uma pequena rosácea proporcionando alguma luminosidade ao coro da igreja. Ao lado

esquerdo, encontra-se a torre sineira e por detrás desta, as duas sacristias, a paroquial e a da confraria das Almas.

O corpo da igreja é forrado a madeira pintada, podendo-se observar ao centro a imagem do padroeiro São Miguel e a do Coração de Maria, ladeadas pelos quatro Doutores da Igreja. Também a capela-mor é forrada da mesma forma, possuindo ao centro um quadro alusivo ao Sacramento, sendo o seu altar moderno e em talha simples. Para além deste, existem ainda mais cinco altares, sendo quatro deles em talha de estilo barroco, e o outro moderno em talha bastante simples.

ITSL01

Vestígios da Igreja Românica de Tamel Sta. Leocádia – Tamel Sta. Leocádia

A Igreja Românica de Tamel Sta. Leocádia foi toda restaurada e ampliada entre os anos de 1980 e 1983, no entanto, conserva ainda alguns elementos românicos, nomeadamente na estrutura da sua capela-mor. Segundo dados bibliográficos, acredita-se que a edificação desta igreja resulta de um reaproveitamento de materiais de uma igreja visigótica ou moçárabica, destruída durante o séc. VII e VIII aquando da invasão dos mouros.

Para além dos vestígios arquitectónicos aqui encontrados, esta igreja possui outros elementos patrimoniais igualmente de grande interesse, nomeadamente a pia baptismal facetada em 12 palmos, os capitéis de pilastra e o seu pé de altar.

ITSF01

Capela de Nossa Senhora da Portela em Tamel S. Pedro Fins – Tamel S. Pedro Fins

Presume-se que esta capela foi construída nos finais do séc. XVII, pois na verga da porta principal consegue-se ler o ano de 1691. Esta é uma capela relativamente baixa, encimada por uma cruz de Cristo e ladeada por pináculos, existindo na parte da frente um alpendre sustentado por duas colunas. Do lado direito da mesma, está anexada uma robusta torre sineira. O interior da capela é forrado a madeira pintada e cercada por uma bancada de pedra encostada às paredes, onde se encontram dois altares laterais pequenos com retábulos em talha muito simples, sendo também o altar da capela – mor forrado em madeira. À entrada do terreiro onde se encontra esta capela, pode-se também apreciar o seu cruzeiro. Em meados de Maio, esta capela é alvo de uma importante romaria.

ITSF02

Igreja Paroquial de Tamel S. Pedro Fins – Tamel S. Pedro Fins

A presente igreja paroquial caracteriza-se por ser um edifício em estilo renascença, no qual se abre um único portal rectangular e uma pequena rosácea no centro da fachada, encimada por uma cruz

pontifícia. Ao seu lado esquerdo, observa-se uma robusta torre sineira, encontrando-se por trás desta, a sacristia. O interior da igreja é forrado a madeira e decorado com pinturas antigas, entre as quais, destaca-se uma pintura com S. Pedro, padroeiro desta freguesia. O altar-mor está decorado em rica talha doirada de estilo barroco, os quatro altares laterais estão igualmente decorados em talha antiga. Esta igreja apresenta também no seu interior um púlpito com guardas de madeira, um coro e uma pia baptismal em granito.

ITR01

Santuário da Senhora do Calvário em Tregosa – Tregosa

Na encosta do monte, a sul da freguesia de Tregosa, encontramos a pequena Capela de Nossa Senhora do Calvário, a qual dispõe de escassas descrições técnicas e históricas, apenas referindo que esta é precedida por várias cruzes ao longo de um extenso escadório que formam o Calvário.

IVZ01

Igreja de S. Bento da Várzea – Várzea (S. Bento)

S. Bento da Várzea é palco de inúmeras romarias de grande fé e devoção ao S. Bento, santo este, que foi nomeado padroeiro da Europa pelo Papa Paulo VI. Sabe-se que primitivamente, o santo padroeiro era S. Salvador, porém, consta-se que após a descoberta de uma imagem milagrosa de S. Bento na sua Igreja, passou a ser este o orago desta freguesia. No ano de 570, S. Martinho de Dume, fundou aqui, um mosteiro de monges beneditinos, o qual encontrava-se praticamente no mesmo local que a actual Igreja Paroquial. Este facto vem contribuir ainda mais para o incremento da forte religiosidade da população.

Durante as festas que aqui se realizam (21 de Março e 11 de Julho), milhares de fiéis dirigem-se a esta freguesia para cumprir as suas promessas e visitar locais como a Capela da Tentação de S. Bento, popularmente designada por a “Capela do Diabo”, assim como a própria Igreja Paroquial que alberga no seu interior um magnífico tesouro de azulejaria beneditina, da autoria de Frei Paulino.

IVT01

Igreja Paroquial de Viatodos – Viatodos

A Igreja Paroquial de Santa Maria de Viatodos, reconstruída nos finais do séc. XVIII, evidencia que pertenceu à Ordem de Cristo, nomeadamente através das cruzes patentes nas paredes desta igreja.

IVB01

Igreja Paroquial de Vila Boa – Vila Boa S. João

A Igreja Paroquial de Vila Boa é um templo baixo, todo em granito sem qualquer reboco. A sua fachada é decorada com apenas um único portal, uma pequena rosácea e ao cimo, uma cruz de Cristo. Na parte inferior, observa-se um pequeno alpendre sustentado por seis colunas, o qual alberga a sepultura de A. J. Domingos Manuel Duarte Pinheiro, pároco desta freguesia. Ao seu lado direito, encontra-se uma torre com um único sino e atrás, a sacristia.

O corpo da igreja é forrado a madeira pintada, assim como a capela-mor, o altar desta é antigo em bela talha de estilo renascença, para além deste, existe ainda dois altares, um moderno e outro da mesma época e estilo do altar-mor.

IVS01

Capela e Cruzeiro da Nossa Senhora da Consolação – Vila Seca

A presente capela desfruta de um maravilhoso panorama sobre as inúmeras freguesias que constituem o Concelho de Barcelos, visto esta se situar no alto de uma pequena colina.

É um templo relativamente pequeno e antigo, tendo sido modificado ao longo dos tempos. Ao seu lado direito, encontra-se uma pequena torre com o seu sino, batendo as horas no relógio. O seu interior é formado por dois corpos, sendo o da capela-mor em abóbada e o altar em talha moderna.

Relativamente ao seu cruzeiro que aqui se encontra, local de passagem aquando das procissões da freguesia, é um cruzeiro antigo, mas com data gravada de 1889, a qual se supõe que seja a de reconstrução ou mudança, e não da sua construção.

IVS02

Igreja Paroquial de Vila Seca – Vila Seca

Originalmente, a Igreja Paroquial de Vila Seca era um templo românico, encontrando-se ainda hoje alguns vestígios. Actualmente, em consequência das inúmeras intervenções, a sua configuração é bem diferente, apresentando uma frontaria simples, com um portal principal, encimado por uma larga janela. Ao lado direito da fachada, observa-se uma sólida torre, com um relógio. A tribuna do altar-mor é em estilo renascença, assim como os dois altares junto ao arco cruzeiro, os outros dois altares do corpo da igreja são modernos. O tecto do corpo da igreja é em madeira pintada e o da capela-mor em estuque. Junto a esta, encontram-se as sacristias da Confraria do Sacramento, construída em 1742, e a Paroquial, a qual dispõe de um lavabo em pedra, caindo água pela boca de uma carranca.

IVF01

Igreja Paroquial de Vilar de Figos – Vilar de Figos

A Igreja Paroquial de S. Paio dos Principais de Vilar de Figos é um templo mandado construir pelo brasileiro Pedro Gomes Simão, natural desta freguesia, nos meados do séc. XVIII. É um templo de construção sólida e relativamente espaçosa.

O seu exterior é formado por um pórtico central rectangular, e por cima uma ampla janela, ao seu lado esquerdo ergue-se uma torre sineira, existindo também um pequeno portal e um óculo, atrás desta segue-se a sacristia. Do outro lado, foi construída um outro espaço em forma de sacristia, tendo por objectivo ser um local para arrumos.

O interior desta, tem os tectos de castanho pintados, capelas laterais modernas em talha simples e o altar-mor em estilo barroco. Como grande preciosidade deste templo, é a custódia que foi escondida pelo tesoureiro, aquando da primeira invasão francesa.

IVM01

Capela de Nossa Senhora da Boa Morte – Vilar do Monte

A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, situada na freguesia de Vilar do Monte, foi erigida no ano de 1754. Desde esta data que se realiza uma festa dedicada à santa, na qual como o próprio nome indica, pede-se uma feliz transição para o outro lado da vida. No entanto, esta festividade foi sucessivamente interrompida ao longo dos anos que se seguiram. Em 1882, a ermida cai em ruínas, sendo demolida e substituída, em 1898, pela actual capela, na qual se passou a realizar-se regularmente no mês de Setembro a Festa em honra de Nossa Senhora da Boa Morte.

Bibliografia consultada:

FONSECA, Teotónio da, 1987, "O Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado", Volume I e II, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda., 1999, "Barcelos Freguesias".

Índice

Corredor do Turismo Religioso.....	3
Corredor dos Solares.....	21
Corredor dos Acervos Românicos.....	33
Corredor dos Museus.....	39
Corredor do <i>City-Tour</i>	42

REDE DE MUSEUS

Elementos constituintes da rede de museus:

MASP01

Museu Regional e Etnográfico de Alvito S. Pedro – Alvito S. Pedro

O Museu Regional e Etnográfico de Alvito, situado na Rua Daniel Lopes de Miranda, baseia-se essencialmente na exposição de cerca de 400 peças para uso doméstico, de alfaias agrícolas e de instrumentos ligados aos trabalhos do linho.

MBC01

Museu de Olaria – Barcelos

O Museu de Olaria instalado na Casa dos Mendanhas, criado em 1963 e originariamente designado por Museu Regional de Cerâmica e, posteriormente, Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, resulta da doação de uma colecção de peças de Joaquim Sellés Paes de Vilas Boas. Este espaço dispõe de três salas de exposições, sala para inventariação, restauro, reservas, arquivo, biblioteca, serviços administrativos, salas de reuniões e gabinetes, salas para serviços educativos, auditório e bar.

Actualmente, o Museu de Olaria dispõe de um espólio com mais de 7000 peças provenientes de diversas regiões do país, de países lusófonos e algumas do estrangeiro, o qual resulta de inúmeras doações, trabalhos de campo em centros oleiros extintos ou em vias de extinção e outros ainda em laboração, aquisição a particulares e antiquários.

MBC02

Museu Arqueológico de Barcelos – Barcelos

O Museu Arqueológico de Barcelos instalado nos Paços dos Condes, castelo apalaçado construído na primeira metade do século XV, foi criado oficialmente em 1920, pelo Dr. Miguel Fonseca. Este local alberga inúmeras peças de cariz arqueológico, provenientes de vários pontos do Concelho, fruto de achados ocasionais e desmantelamento de monumentos arquitectónicos, destacando-se o Cruzeiro do Galo, ex-libris de Barcelos.

MCV01

Museu Etnográfico de Chavão – Chavão

O Museu Etnográfico de Chavão, situado no Lugar da Aldeia, alberga uma vasta colecção de peças de cariz agrícola, nomeadamente alfaias agrícolas, bem como peças decorativas e de uso doméstico, brinquedos, trajes, entre outras. O espólio deste museu resulta da recolha de peças na freguesia de

Chavão e doações de outras freguesias do Concelho de Barcelos. Aberto ao público desde 2000, o Museu Etnográfico de Chavão tem como principais funções a conservação e preservação do respectivo espólio, bem como dar a conhecer a riqueza patrimonial e etnográfica de Chavão.

MVC01

Museu Particular – Vila Cova

O presente Museu, situado no Lugar de Samo, da freguesia de Vila Cova, pertence ao Sr. António Silva, um artesão concelhio. Este espaço dispõe de cerca de 60 peças elaboradas por este artesão, feitas com material reciclado, nomeadamente ferro e seus derivados. Este museu, apesar de particular, abre ao público quando solicitado, nomeadamente a escolas em visita de estudo.

Bibliografia consultada:

FONSECA, Teotónio da, 1987, “O Concelho de Barcelos Aquém e Além – Cávado”, Volume I e II, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos.

A NOSSA TERRA – Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda., 1999, “Barcelos Freguesias”.

CORREDORES PATRIMONIAIS



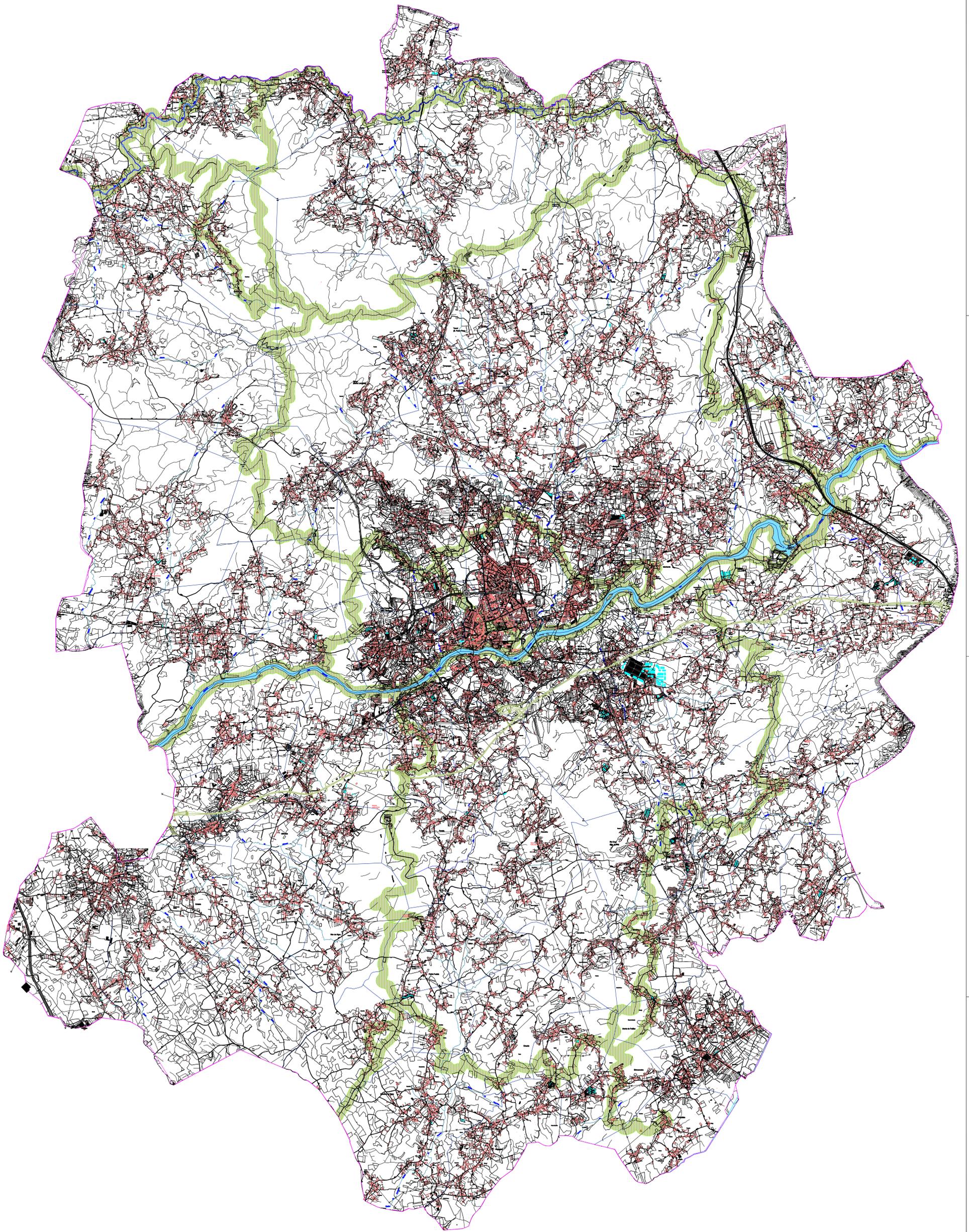
Estudos de Caracterização Territorial

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

RELATÓRIO 6

ANEXO VII





CORREDORES VERDES



